



SONAE, SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Lugar do Espido - Via Norte - 4471- 909 MAIA

Capital Social: Euro 2.000.000.000

C.R.C. Maia - Matrícula nº 14 168

Pessoa Colectiva nº 500 273 170

RELATÓRIO E CONTAS

31 DEZEMBRO 2005



CARTA DO PRESIDENTE

Carta do Presidente 2005

O ano de 2005 foi um ano excepcional para todos os negócios do Grupo, com impacto directo e sensível no valor de mercado das subsidiárias cotadas e consequentemente da *holding*. Se compararmos o valor de mercado da Sonae SGPS em 31 de Dezembro de 2004 com o de 31 de Dezembro de 2005, e com o somatório deste valor com o valor de mercado da Sonae Indústria (já autonomizada em 31 de Dezembro de 2005), teremos aumentos de 10% e 55%, respectivamente, os quais sobem para 26% e 80% se tomarmos como referência as cotações a 31 de Março de 2006.

Vale pois a pena, este ano, dedicar a carta do Presidente, sobretudo às grandes modificações das várias *Sub-holdings*, quer do ponto de vista da consolidação dos resultados operacionais, quer do ponto de vista de reforço do balanço, quer ainda do ponto de vista da governação.

Assim, na *Sub-holding* Modelo Continente foi possível alienar os activos da operação brasileira, valorizados em cerca de 750 milhões de euros, em condições bem mais favoráveis do que o previsto, tendo em conta as condições de mercado em geral e de iniquidade fiscal no sector do retalho. Tal facto permitirá, no futuro, refocar a empresa noutras negócios e noutras geografias, e, no curto prazo, permitiu reduzir a sua dívida para níveis invulgarmente baixos.

Considerados o carácter eleitoral da Assembleia Geral de 31 de Março e o muito reduzido *free float* da *Sub-holding* no mercado de valores mobiliários, o novo Conselho de Administração passou a ser constituído pelos mesmos Administradores que compõem a Comissão Executiva da Sonae SGPS.

Carta do Presidente 2005

O Dr. Nuno Jordão que, com pleno sucesso, liderou o processo de alienação da Sonae Distribuição Brasil, pelas razões então explicitadas (e agora reafirmadas), e tendo completado a reestruturação da Sonae Turismo – aprovação dos planos de pormenor de Tróia, alienação de negócios não estratégicos em Tróia (Casino) e em Lagos (Palmares) e aquisição da totalidade do capital de Soltróia – vai enfrentar novos desafios.

Para além naturalmente da tarefa de completar a implantação dos vários formatos que exploramos em Portugal, vai iniciar estudos para definir eventuais novas geografias de actuação, propor uma estratégia para melhorar o poder aquisitivo em todo o mundo, sobretudo de artigos não alimentares e grandes contratos com multinacionais, e estudar ainda novos formatos de retalho, tendo desde já assumido um projecto de desenvolvimento da Star Viagens que passará para o controlo a 100% da Modelo Continente.

É-me grato deixar registado o esforço pessoal – tempo de trabalho e viagens, longas e cansativas – exigido por estas acções que clarificaram o nosso portfólio e fortaleceram o balanço da empresa, não só vendendo activos não estratégicos, com vultuosas mais valias, como ainda reduzindo e amenizando as perdas que vinham ocorrendo sistematicamente na operação da Sonae Distribuição Brasil.

O Eng.º Angelo Paupério, não só teve um ano intenso na reestruturação e fortalecimento do Balanço da Sonae SGPS como participou nas grandes negociações com a banca nacional e internacional no sentido de melhorar as taxas de juro dos empréstimos das várias empresas do Grupo, alongar os respectivos prazos e diversificar – em termos de nacionalidade e especialização – o número dos nossos fornecedores de serviços financeiros.

Carta do Presidente 2005

Para além das responsabilidades como CFO do Grupo, que mantém, assumirá também, enquanto CEO da Sonae Capital, a gestão das empresas da Sonae Turismo.

O Eng.^o Alvaro Portela teve um ano intenso, com vários projectos de grande dimensão a nascer e terminou, também com total sucesso, a consolidação da nossa associação com a Grosvenor, criando um fortíssimo grupo Europeu na área muito focada de *shopping centres* de grande qualidade. Tem mais de uma dezena de novos projectos em construção ou negociações de aquisição, pelo que o ano de 2006 se apresenta com perspectivas de muito forte actividade.

O Eng.^o Paulo Azevedo liderou todo o processo de consolidação da Sonaecom – implementação de uma estratégia de investimento geradora de crescimento, reforço do balanço, clarificação das relações com a France Telecom e, no final do ano, apresentou à Holding uma proposta ousada de aquisição da PT que foi aprovada pelo Conselho de Administração, após a obtenção de elevado financiamento junto de um grande banco internacional, em excelentes condições de prazo e preço, só possíveis com uma reputação exemplar de capacidade de geração de fundos e permanente cumprimento das nossas obrigações financeiras.

É uma operação não concluída, mas estamos confiantes no seu sucesso total. Trata-se de uma operação transparente, feita no mercado, aplaudida pela generalidade dos analistas e apreciada positivamente nos diversos meios de comunicação.

Completamos o processo de autonomização da Sonae Indústria, com pleno sucesso, só possível face à notória melhoria da performance económica da

Carta do Presidente 2005

empresa, à sua liderança mundial e à competência da equipa liderada pelo Dr. Carlos Bianchi de Aguiar.

Registe-se também um grande salto qualitativo na governação, sendo de registar o facto de a Comissão Executiva ter maioria de não Portugueses (3 em 5) e de o Conselho de Administração ter igualmente larga maioria de não Portugueses (7 em 11).

Será a última vez que a Sonae Indústria aparecerá na carta do Presidente da Sonae SGPS, embora os valores por que se vai pautar serão seguramente os mesmos da sociedade irmã, visto que o accionista de referência continuará a ser o mesmo (Efanor Investimentos SGPS).

Não temos dúvidas que a Sonae Indústria – já uma grande empresa, com volume de negócios de cerca de 1.500 milhões de euros, *capitalização bolsista* de quase 1.100 milhões de euros e 5.500 trabalhadores – vai continuar o seu processo de expansão, passando a ser a maior empresa global, a operar em 11 países, que terá como concorrente mais próximo na internacionalização a Sonae Sierra.

Termino, como habitualmente, com a forte declaração de grande apreço por todos os colaboradores, que têm sido inexcedíveis nos esforços de melhorar as operações e na disponibilidade para a formação permanente, única forma de haver renovação em ambiente de coesão social. É esta a fórmula que manteremos no futuro quer nos negócios actuais quer nos novos negócios, sejam estes resultantes de expansão orgânica ou de aquisições, em Portugal ou em qualquer outro país.

Carta do Presidente 2005

Aos nossos fornecedores em geral, e sobretudo, no passado ano, aos fornecedores de serviços financeiros, o nosso agradecimento pela extraordinária colaboração e provas de confiança.

Aos nossos clientes, prometemos que tudo faremos para continuar a merecer a sua confiança, oferecendo produtos da melhor qualidade, a preços competitivos e com rigoroso controlo ao longo da cadeia de valor.

Pretendemos ser exemplares no modelo de governação. Querendo mesmo procurar testar uma das minhas fortes convicções, qual seja, demonstrar que uma empresa pode estar no mercado com sucesso com o capital largamente pulverizado, mas com um accionista de referência de rosto visível e princípios estáveis ao longo de muitos anos.

Há já alguns anos disse que acreditava que liderança forte e inequívoca associada a gestão profissional de excelência são a fórmula certa para a longevidade saudável das empresas que competem em mercados exigentes e globais.

Manifesto o meu apreço aos colegas dos corpos sociais (executivos e não-executivos), pelo permanente desafio e conselho, e aos órgãos de fiscalização, pelo rigor que ajudaram a implementar, o que permitiu apresentarmos as contas certificadas sem reservas, apesar da mudança para um normativo internacional mais exigente.

Maia, 6 de Abril de 2006

Belmiro de Azevedo



RELATÓRIO DE GESTÃO

31 DEZEMBRO 2005



Sonae, SGPS, SA - Sociedade Aberta
Lugar do Espido Via Norte Apartado 1011
4471-909 Maia Portugal
Capital Social Euro 2 000 000 000.00
C.R.C. Maia (Matrícula n.º 14168)
Pessoa Colectiva n.º 500 273 170

RELATÓRIO DE GESTÃO

A 31 DE DEZEMBRO DE 2005¹

ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL

O ano de 2005 ficou assinalado pela consolidação do crescimento global. Embora ligeiramente menos intensa que em 2004, a expansão alastrou a novas regiões. Assim, a par da firme prossecução do ciclo expansionista na América do Norte e na Ásia Oriental, as economias da Europa Ocidental e do Japão registaram sinais de gradual abandono de um contexto macroeconómico marcado por modestos índices de crescimento ou, até, pela estagnação. Num ano marcado pelo vigoroso crescimento do comércio internacional, a generalidade das economias emergentes, incluindo a Europa do Leste, beneficiou igualmente de uma economia global em franca expansão. São de destacar, neste contexto, a União Europeia, com uma taxa de crescimento de 1,5% (valor modesto mas já mais próximo do que se julga constituir o crescimento do PIB potencial), e o Japão, com uns surpreendentes 2,4% (muito acima do expectável após década e meia de quase estagnação). Não obstante, o consumo privado dos Estados Unidos e o PIB da economia chinesa constituem, de momento, os principais *drivers* do crescimento da economia mundial.

Numa fase já relativamente avançada do ciclo de crescimento, a economia dos Estados Unidos cresceu ainda à taxa de 3,5%, valor ligeiramente excedido pelo crescimento do consumo privado (3,6%). Este crescimento não é, porém, inteiramente saudável, porque ancorado no sucessivo agravamento de desequilíbrios, que ameaçam tornar-se estruturais, ao nível da balança comercial e do défice orçamental, os quais constituem a maior ameaça à sua sustentabilidade a médio prazo.

¹ Os valores apresentados neste relatório reportam-se ao ano de 2005, a não ser quando especificado outro período. Os valores comparáveis relativos ao ano anterior são apresentados dentro de parêntesis.

O vigor do crescimento económico global coexistiu com a eclosão de focos de turbulência de origem e natureza variadas, de que foram exemplo a ocorrência de catástrofes naturais, a escalada dos preços do petróleo e outros produtos primários, e a intensificação de riscos de ruptura nos dispositivos de aprovisionamento energético. Não obstante, na generalidade das economias a inflação manteve-se relativamente imune a choques pró-inflacionários, sem indução de efeitos relevantes na actividade económica. Em particular, o temido contágio inflacionista aos bens não energéticos foi sustido por políticas monetárias apostadas numa firme ancoragem das expectativas de inflação, ainda assim consentâneas com a expansão sustentada das economias.

Atenta a exposição global do seu *portfolio* de negócios, a actividade do Grupo Sonae em 2005 reflectiu a evolução conjuntural das economias em que mantém interesses, nomeadamente Portugal, os principais mercados europeus e o Brasil.

A economia portuguesa manteve em 2005 uma dinâmica muito modesta, de quase-estagnação (crescimento de apenas 0,3% em termos reais). Pelo quarto ano consecutivo, Portugal evoluiu em divergência face aos níveis de vida médios da União Europeia. Pese embora a degradação da confiança, o tímido crescimento assim alcançado foi na sua essência devido a um andamento mais favorável do consumo privado. O pessimismo empresarial traduziu-se em nova queda na formação bruta de capital fixo, cujo volume real terá sido próximo do registado cinco anos antes. Também as exportações líquidas reiteraram um contributo negativo para o crescimento, reflectindo a degradação estrutural da competitividade dos sectores de vocação exportadora, mesmo sob uma conjuntura em que as trocas globais conheceram vigorosa expansão.

Reflectindo este clima de anemia, registou-se nova progressão do desemprego, enquanto a inflação tenha sido mantida sob controlo. Os objectivos de consolidação orçamental no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento obrigaram a nova subida da carga fiscal, bem como à adopção de cortes relativamente severos em categorias específicas da despesa pública. Considerando a imperativa adopção de reformas que diminuam significativamente o peso da despesa corrente e viabilizem a desburocratização da Administração Pública, a indução de estímulos fiscais à economia permanecerá fortemente condicionada nos próximos anos. Por outro lado, ainda atrasado no processo de reconversão do seu modelo de especialização, é expectável que Portugal continue a evidenciar taxas de crescimento inferiores à média da União Europeia, pelo menos durante 2006 e 2007.

Com taxas de crescimento de, respectivamente, 1% e 1,5%, as duas maiores economias do centro da Europa, França e Alemanha emitiram finalmente sinais de saída do longo período de estagnação iniciado no dealbar dos anos 2000. Embora ainda sujeita a um crescimento débil, cumpre enfatizar os sinais de melhoria evidenciados pela economia alemã, com destaque para descidas significativas dos custos unitários do trabalho (fruto da contenção salarial e de ganhos de produtividade), a que acrescem, mais recentemente, o impacto favorável de medidas de estímulo à flexibilidade da economia e à contenção da despesa pública. A Alemanha apresenta-se agora, sem margem para dúvidas, como uma das economias da Área do Euro em melhor posição para beneficiar das perspectivas favoráveis para o crescimento económico global.

Tendo atravessado a conjuntura adversa dos últimos anos com índices de crescimento muito satisfatórios - inclusive com decréscimos do desemprego - , tanto o Reino Unido como a Espanha correm agora o risco de uma evolução em contra-ciclo, com taxas de expansão aquém do crescimento potencial do PIB. Disso exemplo, no Reino Unido o crescimento anual caiu de 3,2% em 2004 para 1,7% em 2005. Já o caso da Espanha merece particular atenção. Apesar de continuar a manter taxas de crescimento potencial da ordem dos 3%, consideravelmente acima da média europeia, e de, nos últimos anos, ter observado ritmos de crescimento real sempre próximos daquele referencial, a economia espanhola tem vindo a acumular desequilíbrios que prenunciam uma deterioração do crescimento a curto prazo. Com efeito, a expansão acentuada do consumo, um endividamento das famílias potenciado por taxas de juro reais entre as mais baixas da Área do Euro, o agravamento considerável dos custos unitários do trabalho, um crescimento das importações muito acima do das exportações e um défice da balança corrente superior a 5% do PIB, tornam improvável que a economia possa furtar-se a um abrandamento do crescimento nos próximos anos. Todavia, cabe realçar que a folga consentida pelo superávit orçamental poderá vir a permitir uma resposta expansionista da política fiscal em reacção a uma eventual desaceleração da economia.

Mais a Sul, Itália e Grécia continuam a evidenciar posições completamente distintas no ciclo económico. Assim, a Itália foi em 2005 o país da União Europeia com mais fraco crescimento do PIB potencial (1,2%, inferior aos modestos 1,3% estimados para Portugal). Em 2005, o crescimento do PIB situou-se em 0,2%, com as melhores previsões a apontarem para taxas de crescimento que dificilmente excederão 1% em 2006 e 2007. Como em Espanha, o crescimento da economia italiana tem sido excessivamente suportado pelo consumo privado, apoiado em crescimentos salariais insustentáveis que têm vindo a degradar consideravelmente a competitividade. Este cenário surge agravado por níveis de défice e dívida pública superiores a, respectivamente, 3% e 100% do PIB, quase eliminando a capacidade de intervenção pela via fiscal.

Pelo contrário, a Grécia registou um ritmo de crescimento real francamente positivo (3,5%) e que, no quadro da União Europeia, apenas foi excedido pela Irlanda. Assente num modelo de crescimento muito específico, em que a expansão dos serviços se sobrepõe claramente à fraca dinâmica de uma indústria assente em baixíssimos índices de competitividade, a Grécia mantém como *drivers* fundamentais desta expansão o crescimento do consumo privado e das exportações de serviços de turismo, não evidenciando indícios de que este quadro possa vir a confrontar-se com adversidades significativas nos próximos anos.

Tendo passado em 2005 por uma fase de acentuada instabilidade política, o Brasil continuou a apresentar resultados económicos francamente satisfatórios ao nível da taxa de crescimento do PIB (3,2%) e das contas externas (balança corrente com um excedente de 1,6% do PIB, não obstante o aumento das importações induzido pela apreciação do Real). Em resultado da boa saúde dos dados fundamentais da economia, espera-se para 2006 o início de uma fase de descida sustentada das taxas de juro do Real, uma vez que o bom desempenho ao nível da balança de pagamentos se prefigura agora consentâneo com o gradual abrandamento de um contracionismo monetário tradicionalmente imposto pela vulnerabilidade financeira do país face ao exterior. Todavia, o cenário macroeconómico manter-se-á

condicionado pela aproximação das eleições presidenciais e pela incerteza quanto à capacidade de a oferta interna acompanhar um muito provável expansionismo fiscal.

Ao nível da economia mundial, as perspectivas para 2006 mantêm-se optimistas, continuando a contar-se com taxas de crescimento da ordem de grandeza das de 2005 nos três grandes espaços económicos mundiais, e também na China. A consolidação desta fase de crescimento pode de resto aferir-se pelo aumento progressivo das taxas de juro de curto prazo ao longo de 2005, sobretudo nos Estados Unidos, sinal claro de que a Reserva Federal norte americana considera nesta fase desnecessário e até contraproducente qualquer contributo da política monetária para a intensificação do crescimento. Assim, as perspectivas monetárias apontam para que em 2006 se assista a um alargamento da subida das taxas de juro de curto prazo aos bancos centrais da Área do Euro e do Japão.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS CORPORATIVOS NO PERÍODO

Em 11 Fevereiro de 2005, a Sonae, SGPS, SA anunciou que acordou os termos para a alienação à Europac SA da totalidade da sua participação e créditos na Imocapital, SGPS, SA, sociedade que detinha uma participação de 65% na Gescartão, SGPS, SA, bem como de acções representativas de 3,58% do capital da Gescartão por si detidas. A alienação da participação no capital da Imocapital estava sujeita, nos termos da legislação em vigor, à autorização da Autoridade da Concorrência, tendo esta sido obtida no dia 6 de Abril de 2005. A operação teve um impacto de cerca de 39 milhões de euros no resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Sonae. O encaixe associado à transacção, cerca de 97,9 milhões de euros, foi recebido no mês de Abril.

Em 31 de Março de 2005, a sociedade emitiu um empréstimo obrigacionista no valor de 100 milhões de euros através de uma operação desintermediada, sem garantia e com prazo de 8 anos.

Conforme comunicado de 22 de Dezembro de 2004, foi alienada uma parcela adicional de 27,8% do capital da ba Vidro, tendo sido gerada uma mais-valia de 37,8 milhões de euros e obtido um encaixe de 97,4 milhões de euros (que inclui venda das acções, devolução dos créditos existentes e dividendos).

No dia 19 de Maio de 2005, em execução do Contrato de Opção de Compra celebrado em 16 de Novembro de 2004 entre a Sonae, SGPS, SA (Sonae) e o Banco Santander Central Hispano, SA e sociedades suas participadas, a Sonae adquiriu, em operação fora de bolsa, 83.375.000 acções (7,58% do capital social) da sociedade sua participada Modelo Continente, SGPS, SA, pelo valor de 150,4 milhões de euros. Em consequência desta aquisição, a Sonae passa a deter directamente 75,64% do capital social da Modelo Continente, SGPS, SA, continuando a ser-lhe imputável a percentagem de 98,06% de capital social e de direitos de voto da referida sociedade.

A decisão de avançar com o “spin-off” da Sonae Indústria foi anunciada em 10 de Março de 2005. Em 23 de Setembro de 2005 foi anunciada a aprovação pelo Conselho de Administração, em conjunto com os Conselhos de Administração das sociedades envolvidas (Sonae Indústria e Sonae 3P), do projecto de cisão-fusão e de fusão. A operação tomou a forma de destaque da participação financeira de 90,36% do capital da Sonae Indústria, SGPS, SA para fusão na Sonae 3P – Panels, Pulp and Paper, SGPS, SA, a qual incorporou por fusão a Sonae Indústria, passando a adoptar a denominação Sonae Indústria, SGPS, SA. O capital social da nova Sonae Indústria é de 700 milhões de euros, correspondente a 140 milhões de acções, com o valor nominal de 5 euros cada, cuja admissão à cotação foi solicitada à Euronext Lisbon. Na operação de cisão-fusão a cada 14,75 acções Sonae, SGPS, SA correspondeu uma acção Sonae 3P e na fusão, a cada acção Sonae Indústria uma acção Sonae 3P. No dia 4 de Novembro de 2005, as Assembleias Gerais de Accionistas de cada uma das sociedades envolvidas aprovaram o projecto de cisão-fusão e fusão. A formalização do projecto descrito de cisão-fusão e de fusão foi efectuada através de escritura pública assinada em 15 de Dezembro de 2005, tendo o registo final na Conservatória do Registo Comercial sido obtido em 20 de Dezembro de 2005. As novas acções atribuídas aos já accionistas da Sonae Indústria, SGPS, SA foram admitidas à cotação na Euronext Lisbon em 27 de Dezembro de 2005 e as acções remanescentes em 20 de Janeiro de 2006. Uma vez completadas as formalidades legais a Sonae, SGPS, SA passou a deter, directa ou indirectamente, 6,66% do capital social da Sonae Indústria, SGPS, SA.

Em 14 de Dezembro de 2005, a filial Modelo Investimentos Brasil, SA, detida directa e indirectamente pela Modelo Continente, SGPS, SA, alienou a totalidade da sua participação na Sonae Distribuição Brasil, SA ao Grupo Wal-Mart, gerando uma mais valia de 141 milhões de euros nos resultados consolidados da Sonae, SGPS, SA.

Em 29 de Dezembro de 2005, foi estabelecido um acordo de venda com a Grosvenor para a alienação de 17,04% da Sonae Sierra, SGPS, SA por 218 milhões de euros. O encaixe resultante desta transacção foi recebido em Fevereiro de 2006. O preço final foi de 226 milhões de euros tendo por base o *Net Asset Value* a 31 de Dezembro de 2005, tendo sido registada uma mais valia de cerca de 55 milhões de euros.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O investimento bruto consolidado do ano ascendeu a 880 milhões de euros, e inclui os seguintes contributos:

- O negócio da Distribuição investiu cerca de 360 milhões de euros (135 milhões de euros). O programa de expansão e reformulação do parque de lojas manteve-se como prioridade ao longo do ano, tendo sido inauguradas 55 novas lojas e efectuadas mais de 30 intervenções em Portugal. No ano foram acrescentados mais de 62.000 m² de área de venda ao conjunto de lojas da empresa (um aumento de 14% face a 2004). Na área alimentar, a empresa abriu três novos hipermercados Continente (Antas, Loures e Covilhã – que resultou da reconversão de uma anterior unidade Modelo), cinco hipermercados Modelo e um supermercado Modelo Bonjour. No retalho especializado, abriram 47 novas lojas, incluindo 11 Worten, 6 Modalfa, 11 Sportzone, 4 Maxmat, 8 Vobis e 7 Zippy. Adicionalmente, a empresa

concretizou um investimento de 175 milhões de euros na compra de unidades de participação em fundos Imobiliários.

- O negócio dos Centros Comerciais investiu cerca de 300 milhões de euros (271 milhões de euros) na abertura do LoureShopping e do SerraShopping (Portugal), do Plaza Éboli (Espanha) e do Mediterranean Cosmos (Grécia), bem como na aquisição do Valecenter (Itália) e no desenvolvimento dos centros comerciais Plaza Mayor (Espanha) e Alexa (Alemanha).
- Nas Telecomunicações, o investimento ascendeu a 120 milhões de euros, um aumento de 10% face a 2004, que inclui o desenvolvimento da rede de UMTS e de uma nova geração de rede de suporte ao acesso directo de banda larga, o desenvolvimento da oferta de *Triple Play* e de sistemas e tecnologias de informação.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

No final do ano, o Grupo Sonae empregava mais de 32.400 colaboradores, a maior parte dos quais estavam afectos aos negócios da Distribuição (73%), Sonae Capital (17%) e das Telecomunicações (6%).

O Grupo Sonae continua a dar particular importância à formação dos seus recursos humanos. Nas principais negócios foram ministradas mais de 978.000 horas de formação durante o ano.

GESTÃO DE RISCO E AUDITORIA INTERNA

Os objectivos, processos e organização das actividades de Gestão de Risco e Auditoria Interna encontram-se devidamente desenvolvidos no capítulo “1.3. Sistema de Controlo de Riscos” do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

De acordo com o definido nos planos das funções de Gestão de Risco e Auditoria Interna, durante o exercício foram desenvolvidas as seguintes actividades.

No que respeita à **Gestão de Risco**, foram prosseguidas as actividades de gestão dos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas, riscos de processos de negócio e de sistemas de informação, riscos de continuidade das operações e dos negócios, riscos de projectos de mudança e investimento e riscos ambientais.

No âmbito dos riscos de segurança dos activos tangíveis, prosseguiu-se o ciclo de actividades de gestão dos riscos técnico-operacionais, em articulação com a gestão de seguros do Grupo, através de auditorias de prevenção e segurança aos locais das unidades de negócio. Nas principais unidades efectuaram-se testes e simulacros aos planos e sistemas de prevenção e de emergência, em alguns casos com a presença das autoridades e serviços de segurança públicas. Deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento e implementação dos padrões de segurança e dos respectivos processos de monitorização e auto-avaliação (*Control Risk Self Assessment*).

No que se refere aos riscos de segurança das pessoas (colaboradores, pessoas subcontratadas, clientes e visitantes), deu-se continuidade ao projecto PERSONÆ, de desenvolvimento integrado de acções e atitudes de segurança, com um enfoque especial na mudança de comportamentos. Assim, depois da fase de preparação e diagnóstico realizada em 2003, deu-se início, em 2004, à fase de implementação deste projecto na Sonae Sierra, em parceria com uma empresa de consultoria líder mundial neste tipo de actividade e integrada num grupo reconhecido como um dos mais seguros e socialmente responsáveis do mundo. O programa combina a implementação das melhores práticas de gestão de Higiene, Segurança e Responsabilidade Social com o desenvolvimento das capacidades internas, através da formação e partilha de conhecimentos. Parte essencial da metodologia é a integração de atitudes e comportamentos responsáveis na cultura da empresa. O programa envolve todas as operações a nível internacional e todas as actividades da Sonae Sierra, desde o desenvolvimento de projectos até à gestão dos centros comerciais e de lazer, incluindo as fases de investimento e construção. O projecto tem uma duração de quatro anos e representa um investimento, apenas em consultoria e formação de colaboradores, no valor de 5 milhões de euros. O seu progresso tem vindo a ser acompanhado pelas outras subholdings do Grupo, numa perspectiva de aproveitamento de sinergias e adaptação do modelo de gestão a outros negócios do Grupo, tendo-se lançado em 2005 as bases de projectos com objectivos semelhantes na Sonae Indústria e na Modelo Continente, através do desenvolvimento de funções corporativas de Higiene e Segurança.

Em final de 2005 foi assinado pelo Grupo Sonae a *World Safety Declaration*, um compromisso global dos negócios para a segurança no ambiente de trabalho, sendo o Grupo Sonae um dos membros fundadores em conjunto com outras grandes empresas mundiais.

Nos negócios relevantes, foram continuados os projectos e programas com o objectivo de garantir a continuidade das operações, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos de preparação para cenários de crise e catástrofe, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de emergência, contingência e de recuperação dos negócios.

No que se refere aos riscos ambientais, foram obtidas várias certificações ambientais, prosseguidas as auditorias e implementadas as acções de melhoria, no âmbito dos processos e sistemas de Gestão Ambiental das empresas do Grupo.

No âmbito da actividade da Modelo Continente, na sequência de projecto e acções de organização iniciadas em exercícios anteriores, salienta-se a consolidação do programa de auditorias de segurança alimentar às lojas, entrepostos e centros de fabrico, com destaque para o levantamento e reporte das principais conclusões ao nível da empresa e orientação para a tomada de acções correctivas. Este programa de auditorias tem como objectivo monitorar de forma sistemática os riscos de segurança alimentar e o cumprimento das normas legais e do sistema de controlo interno da qualidade dos bens alimentares. Idêntico programa foi igualmente implementado nas unidades hoteleiras do Grupo.

Os riscos dos processos críticos de negócio e dos principais projectos de mudança, nomeadamente novos investimentos e projectos de mudança dos sistemas de informação, foram analisados e monitorados quer no âmbito da actividade específica de Gestão de Risco quer no âmbito da actividade de Auditoria Interna.

De acordo com as metodologias definidas e implementadas em exercícios anteriores, os processos de gestão de risco foram integrados com os processos de planeamento e controlo de gestão dos negócios, desde a fase de reflexão estratégica até à fase de planeamento operativo, tendo as acções de gestão de risco sido incluídas nos planos de actividade das unidades de negócio e das unidades funcionais e monitoradas ao longo do exercício.

No que respeita à transferência dos riscos técnico-operacionais, prosseguiu-se o objectivo de racionalização da transferência financeira deste tipo de riscos, quer pela procura da adequação dos valores dos capitais em risco às permanentes mudanças nos negócios abrangidos, quer pela intenção de ganhar ainda mais massa crítica nos tipos de risco abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitectura foi melhorada pela optimização das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efectiva gestão de seguros a nível mundial, suportada na Brokers Link, a rede de corretagem de seguros do Grupo, e na Sonae Re, a empresa de resseguro cativa do Grupo.

Foram aprofundados os trabalhos de análise, inspecção e documentação das condições de risco por auditores independentes, tendo as conclusões sido partilhadas com toda a transparência com os tomadores de risco.

O Grupo Consultivo de Gestão de Risco (órgão interno de coordenação e partilha do Grupo) acompanhou de forma regular a actividade desenvolvida através das funções de Gestão de Risco.

No âmbito da actividade de **Auditoria Interna**, efectuaram-se auditorias de conformidade ao controlo interno das unidades de negócio e auditorias aos principais processos de negócio e sistemas de informação das empresas do Grupo, de acordo com planos de actividade baseados na avaliação dos riscos de negócio.

A Comissão de Auditoria (órgão interno de coordenação e partilha do Grupo) reuniu regularmente e apreciou os planos de actividade das funções e as conclusões da actividade desenvolvida no período.

As actividades de Gestão de Risco e Auditoria Interna foram igualmente acompanhadas pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

No que se refere ao desenvolvimento da função, em 2005 as empresas do Grupo continuaram a patrocinar alguns colaboradores que voluntariamente se candidataram à certificação internacional em auditoria interna – o “Certified Internal Auditor” -, tendo mais dois colaboradores concluído com sucesso a certificação, juntando-se aos outros três colaboradores certificados nos anos anteriores. Em Portugal, o Grupo Sonae é a organização com mais auditores certificados. O Grupo conta ainda com um auditor interno com a certificação “CISA-Certified Information System Auditor”, sendo uma das poucas organizações em Portugal com auditores com essa certificação. Em 2006, a Sonae continuará a patrocinar este importante

programa de formação, desenvolvimento e certificação internacional dos seus auditores internos, de acordo com as melhores práticas internacionais.

GESTÃO AMBIENTAL

No decurso do ano a Sonae esteve particularmente activa tanto na implementação de sistemas de gestão ambiental (SGA) e na monitorização das questões ambientais, bem como na cooperação com o *World Business Council for Sustainable Development* e com a sua representação em Portugal.

Prosseguiram as iniciativas nas diversas empresas do Grupo, das quais destacamos as seguintes.

O negócio da **Distribuição** iniciou em 2004 um programa de implementação nas suas instalações de SGA de acordo com a Norma ISO 14001. Como resultado deste programa, a Modelo Continente foi a primeira empresa do sector do Retalho a obter em 2005 a certificação ambiental, segundo a referida norma, em duas das suas instalações: a Loja Continente de Cascais e o Entreponto da Azambuja. Estas certificações, constituem um marco relevante no percurso da empresa na procura de um desempenho ambiental de referência no sector do Retalho.

Os seguintes programas e acções merecem destaque:

- A introdução de equipamentos e sistemas de gestão de energia mais eficientes permitiram um acréscimo de apenas 0,5% no consumo de energia, numa base comparável, não obstante as melhorias introduzidas no conforto térmico e na qualidade da iluminação nas lojas;
- Mais de metade dos resíduos gerados em 2005 foram encaminhados para reciclagem (19.554 toneladas de papel e cartão; 2.231 toneladas de filme plástico; 689 toneladas de madeira e 24 toneladas de esferovite); deu-se início ao processo de envio da componente orgânica dos resíduos para compostagem, contribuindo assim para a redução da pressão sobre os sistemas de tratamento de resíduos;
- A Modelo Continente liderou a introdução da designada *Caixa Única* na sua cadeia de abastecimento e no sector do Retalho em Portugal. Em 2005, mais de 80% (em peso) das frutas e legumes foram movimentados em *Caixa Única*, correspondendo a cerca de 90% dos fornecedores destes produtos;
- Em 2005, foram transportadas mais mercadorias por quilómetro percorrido, com repercussões positivas tanto ao nível do consumo de recursos naturais, como ao nível das emissões poluentes para a atmosfera;
- Na abertura de lojas é dada formação ambiental à nova equipa, evidenciando as melhores práticas existentes e a importância de cada colaborador no desempenho global da loja. Em 2005 foram ministradas 23 acções de formação nestas áreas;

- 800.000 régua e porta-lápis produzidos em papel reciclado foram oferecidos, em 2005, a clientes com o objectivo de sensibilização ambiental. Outra iniciativa lançada em 2005 foi a distribuição de sacos cliente com as cores da reciclagem tendo como objectivo incentivar a separação de lixo e posterior reciclagem;
- Em 2005, no âmbito do concurso *Pilhas de Livros*, foram recolhidas 5 milhões de pilhas e oferecidos 30.000 livros, envolvendo 680.000 crianças e 5.400 escolas.

Em Dezembro de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do negócio dos **Centros Comerciais** foi certificado em conformidade com os requisitos da norma ISO 14001:2004. Pensa-se que a Sonae Sierra seja a primeira empresa do sector imobiliário na Europa a alcançar a certificação de todas as componentes do negócio. O desempenho corporativo, avaliado em comparação com os *KPI's* de gestão e desenvolvimento, continua a ser reportado trimestralmente ao Conselho de Administração da Sonae Sierra, e a empresa participa em iniciativas de *benchmarking* do sector por forma a comparar o seu desempenho com o dos seus homólogos Europeus e promover a adopção de boas práticas na área do ambiente.

O negócio iniciou o cálculo das emissões de gases com efeito de estufa associados aos seus centros comerciais e escritórios na Europa e no Brasil, em conformidade com o Protocolo de Gases de Efeito de Estufa. Com efeito, em 2005 a empresa alcançou o primeiro lugar no Índice *Alterações Climáticas e Gestão de Empresas*, um estudo promovido pela Euronatura, uma organização Portuguesa não governamental. Nos últimos quatro anos, a Sonae Sierra conseguiu reduzir de forma gradual as quantidades de resíduos produzidos nos centros detidos sob sua gestão. Adicionalmente, a quantidade de resíduos reutilizados/reciclados aumentou gradualmente no mesmo período, de 19% do total de resíduos produzidos em 2002 para 24% em 2005. A empresa introduziu recentemente soluções de compostagem em vários centros comerciais por forma a reutilizar os resíduos orgânicos.

Outro destaque no SGA da Sonae Sierra é a ferramenta criada para assistir a concepção de novos centros comerciais – *Environmental Standards for Retail Developments (ESRD)*. Ao longo de 2005, esta ferramenta foi cuidadosamente aperfeiçoada e actualizada por forma a incorporar as melhores práticas de gestão paisagística e ambiental em todas as áreas de impacto.

O negócio das **Telecomunicações** possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) certificado pela Apcer desde 2003, em conformidade com os requisitos da norma ISO 14001:1999. Em 2005 a Sonaecom levou a cabo diversas acções por forma a assegurar uma transição eficiente para a norma ISO 14001:2004, melhorando ao mesmo tempo a sua performance Ambiental:

- Estruturou informação ambiental de acordo com as directrizes *Global Reporting Initiative* – linhas de orientação internacionais sobre a comunicação de desenvolvimento sustentável;
- Estabeleceu e implementou um plano de acções para garantir a conformidade com a legislação Europeia sobre os sistemas de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), assim como sobre o controlo de substâncias que empobrecem a camada do ozono (*ODS - Ozone Depletion Substances*);

- Realizou auditorias ambientais a alguns fornecedores, nomeadamente, ao operador de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, fornecedor de baterias e serviços de logística;
- Desenvolveu um estudo de *eodesign* para as embalagens com o intuito de reduzir os impactos do material de embalagem e fornecer ao consumidor informação ambiental sobre como encaminhar correctamente os diversos resíduos dos elementos de embalagem;
- Manteve o protocolo de colaboração com o Instituto de Telecomunicações, designado *monIT*, com o objectivo de monitorizar e disponibilizar publicamente informação relevante sobre radiação electromagnética em comunicações móveis;
- Nas operações logísticas, implementou melhorias que resultaram em poupanças de material e de custos, a saber: a utilização de um em vez de dois autocolantes de identificação do produto e a alteração do material de acondicionamento das caixas, de filme de plástico para cintas re-utilizáveis;
- O jornal Público reduziu as perdas de papel usado na impressão do jornal em aproximadamente 140 toneladas;
- Desenvolveu um processo de *work-flow* para aprovação electrónica das facturas, do qual resultou uma redução do consumo de papel;
- Continuou a enviar os *tonners* usados para um operador de resíduos licenciado que procede à sua reutilização, revertendo algum valor para a *Fundação Gil* para ajudar crianças hospitalizadas.

Nas actividades da Sonae Capital:

- Na **Sonae Turismo**, destaque para a obtenção em 2005 da certificação ISO 14001 do Tróia resort visando numa fase inicial as fases de projecto e exploração, alargando-se posteriormente à fase de construção, sendo o primeiro resort a obter uma certificação tão abrangente. A demolição dos edifícios não utilizáveis foi alvo de especial atenção em termos de gestão ambiental: os materiais e equipamentos re-utilizáveis foram removidos e sempre que possível doados a instituições de caridade; todos os materiais com valor e/ou passíveis de contaminação dos restantes resíduos foram igualmente previamente removidos; 98,3% dos resíduos remanescentes foram acondicionados para re-utilização posterior na construção do resort.
- Após a implementação em 2004 de um sistema integrado de gestão, a **Contacto** obteve em 2005 a certificação em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2000, NP EN ISO14001:1999 e OHSAS 18001:1999. O sistema aplica-se à realização de todas as obras e actividades associadas, visando assegurar a satisfação das necessidades, expectativas e exigências dos clientes da empresa.

ACTIVIDADE DOS NEGÓCIOS²



DERIVADOS DE MADEIRA

O *spin-off* da Sonae Indústria teve efeitos contabilísticos a partir de 1 de Outubro de 2005. Assim, em 2005, o contributo do negócio dos Derivados de Madeira para as demonstrações financeiras consolidadas da Sonae SGPS, reflecte unicamente a actividade e resultados dos primeiros nove meses do ano. A análise do negócio dos Derivados de Madeira relativa aos primeiros nove meses do ano foi já incluída no "Relatório de Gestão a 30 de Setembro de 2005.

² Os valores referidos neste capítulo foram retirados das demonstrações financeiras consolidadas de cada um dos negócios, e a análise reflecte a perspectiva de cada negócio sobre a sua actividade.



DISTRIBUIÇÃO

No dia 14 de Dezembro de 2005, o negócio da Distribuição alienou a totalidade da sua actividade de retalho no mercado Brasileiro, cessando a actividade naquele mercado. Como tal, em 2005, os contributos da operação de retalho no Brasil para as demonstrações financeiras consolidadas do negócio da Distribuição e da Sonae SGPS, reflectem a actividade e resultados dos primeiros onze meses de 2005, pelo que os valores não são directamente comparáveis com os do ano anterior.

Valores em milhões de euros

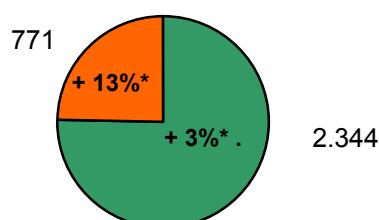
	2005	2004	Δ
Vendas Brutas	4.506	4.159	+8%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	289	279	+4%
Margem EBITDA (% das vendas líquidas)	7,5%	7,8%	-0,3 p.p.
Resultado do Período atribuível aos Accionistas da Modelo Continente	214	119	+80%

	31 Dez'05	31 Dez'04	Δ
Dívida Líquida	196	512	-54%

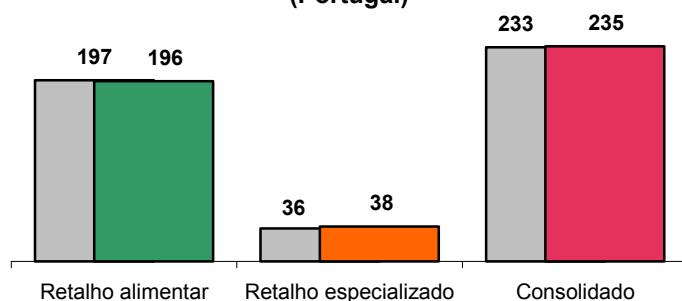
Valores em milhões de euros

Valores em milhões de euros

Vendas Brutas por segmento (Portugal)



Contributos para o EBITDA (Portugal)



■ Retalho alimentar ■ Retalho especializado

* Variação no ano

■ 2004

Principais destaques

O volume de vendas brutas ascendeu a 4.506 milhões de euros (4.159 milhões de euros) e o cash-flow operacional (EBITDA) consolidado subiu 10 milhões de euros para 289 milhões de euros, representando uma margem de 7,5% sobre as vendas líquidas consolidadas.

O resultado líquido consolidado do ano foi de 215 milhões de euros, um aumento de 94 milhões de euros face a 2004, e inclui cerca de 89 milhões de euros resultantes da venda das operações no Brasil, que contempla a transferência para resultados das reservas de conversão cambial positivas geradas pela operação brasileira.

Em 31 de Dezembro de 2005, a dívida líquida totalizava 196 milhões de euros, um valor invulgamente baixo devido ao impacto da alienação da actividade de retalho no Brasil, tendo este mais do que compensado o forte investimento anual realizado no exercício.

Ao longo de 2005, a Modelo Continente acrescentou mais de 62 mil m² de área de venda ao seu portfolio em Portugal, tendo sido inauguradas 55 novas lojas (8 de retalho alimentar e 47 de retalho especializado). O investimento global ascendeu a 360 milhões de euros, dos quais 175 milhões de euros respeitam à compra de unidades de participação em Fundos Imobiliários.

Portugal

O sector do retalho tem vindo a ser penalizado pelo forte abrandamento da actividade económica do país. Devido ao novo regime de licenciamento comercial, a abertura de novas lojas está-se a concretizar num período de tempo relativamente curto. Isto resultou num aumento da área de venda associada aos formatos de base alimentar de mais de 90 mil m², o que representa um crescimento de cerca de 6%. O retalho de base não alimentar registou igualmente um forte crescimento, associado quer à abertura de novos centros comerciais quer à instalação de novas superfícies numa base *stand alone*.

As vendas brutas cresceram 5%, atingindo os 3.115 milhões de euros (2.957 milhões de euros), reflectindo um aumento de 3% nas vendas dos formatos de base alimentar para 2.344 milhões de euros e de mais de 13% nas vendas dos formatos de retalho especializado para 771 milhões de euros.

O cash-flow operacional (EBITDA) foi de 235 milhões de euros (233 milhões de euros), representando uma margem EBITDA de 8,6% sobre as vendas líquidas (9,0%). Deste total, 196 milhões de euros dizem respeito aos formatos alimentares, com a respectiva margem EBITDA a diminuir para 9,4% das vendas líquidas (9,7%). Esta diminuição deve-se essencialmente ao forte investimento promocional realizado para reforço da posição de liderança, e ao acréscimo relativo de custos resultante do volume muito superior de mercadorias movimentadas. Num ano caracterizado por importantes aberturas de concorrentes e pelo fraco dinamismo do consumo, o cash-flow operacional (EBITDA) gerado pelos formatos de retalho especializado aumentou para 38 milhões de euros (36 milhões de euros), gerando uma margem EBITDA de 6,0% das vendas líquidas.

Brasil

A operação de retalho no Brasil contribuiu com 1.391 milhões de euros para as vendas brutas consolidadas do negócio da Distribuição. O cash-flow operacional (EBITDA) foi de 55 milhões de euros, representando uma margem EBITDA de 4,8% sobre as vendas líquidas. Conforme mencionado acima, estes valores não se prestam a comparações com o ano anterior, na medida em que em 2005 respeitam a 11 meses de actividade e incluem igualmente o impacto da alienação, no primeiro semestre do ano, de 10 lojas na área metropolitana de São Paulo.

A empresa cessou desta feita qualquer actividade de retalho naquele país, numa decisão baseada na percepção de que, com elevadíssima probabilidade, a operação não apresentaria níveis de rendibilidade compatíveis com o respectivo custo de oportunidade.

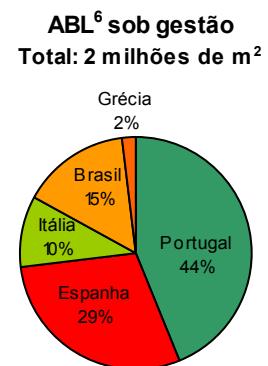
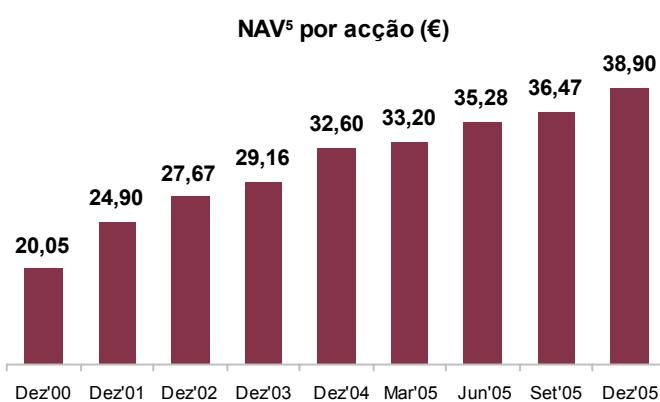


CENTROS COMERCIAIS

Valores em milhões de euros

	2005	2004	Δ
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	126	108	+17%
Resultado Directo ³	69	51	+36%
Resultado do Período atribuível aos Accionistas da Sonae Sierra	148	82	+80%

	31 Dez'05	31 Dez'04	Δ
NAV por acção	38,90	32,60	+19%
Alavancamento dos Activos ⁴	31,9%	28,8%	+3,1 p.p.



³ Resultado Directo = Resultado Líquido do Exercício + Impostos Diferidos – Valor Realizado nas Propriedades – Valor criado nas Propriedades.

⁴ Alavancamento dos Activos = Dívida Bancária Líquida/ (Total do Activo – Caixa e Equivalentes de Caixa).

⁵ NAV - Activo Líquido por Acção.

⁶ ABL - Área Bruta Locável.

Principais destaques

Em 2005, a Sonae Imobiliária passou a denominar-se Sonae Sierra, estabelecendo uma nova identidade. A operação, de natureza global, é parte integrante da estratégia de expansão internacional da empresa, assentando numa nova identidade e num conjunto de valores partilhados: *Innovative, Modern and Spirited*.

O volume de negócios consolidado ascendeu a 220 milhões de euros (185 milhões de euros), registando um crescimento de 19%.

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado subiu 17%, totalizando 126 milhões de euros (108 milhões de euros). Este aumento, tal como no volume de negócios consolidado, é explicado pelo aumento no número de centros comerciais detidos e sob gestão e pelo maior número de projectos em desenvolvimento. Os principais contribuintes para este desempenho foram: (i) em Espanha, a abertura de um novo centro comercial (Plaza Éboli), os 12 meses de contributo dos centros comerciais Avenida M40, Dos Mares, Luz del Tajo e Zubiarte e a aquisição adicional de 25% do Parque Principado; (ii) em Portugal, a abertura de dois centros comerciais (LoureShopping e SerraShopping) e renegociações de contratos com lojistas; (iii) na Grécia, a abertura do centro comercial Mediterranean Cosmos; (iv) em Itália, a aquisição do centro comercial Valecenter e; (v) no Brasil, a melhoria nas taxas de ocupação, sobretudo no Parque D. Pedro, os 12 meses de contributo do Boavista Shopping e da expansão do Penha Shopping, e a aquisição de 20% do Plaza Sul.

O aumento de 73% no resultado líquido consolidado, para 219 milhões de euros (127 milhões de euros), é em larga medida devido ao valor criado nas propriedades de investimento, em resultado da diminuição generalizada das *yields* em Portugal e Espanha, e aos ganhos realizados em propriedades, que em 2005 incluem a venda do Coimbra Retail Park, a venda do Dos Mares, Luz del Tajo e Estação Viana ao Fundo Sierra, e a venda de 50% do Rio Sul e do SerraShopping ao fundo PanEuropean.

À data deste relatório, a Sonae Sierra é proprietária ou co-proprietária de 38 centros comerciais e de lazer, num total de 1.586 milhões de m² de ABL⁷.

As principais alterações ao portfolio de centros comerciais da empresa em 2005 estão descritas nos parágrafos acima.

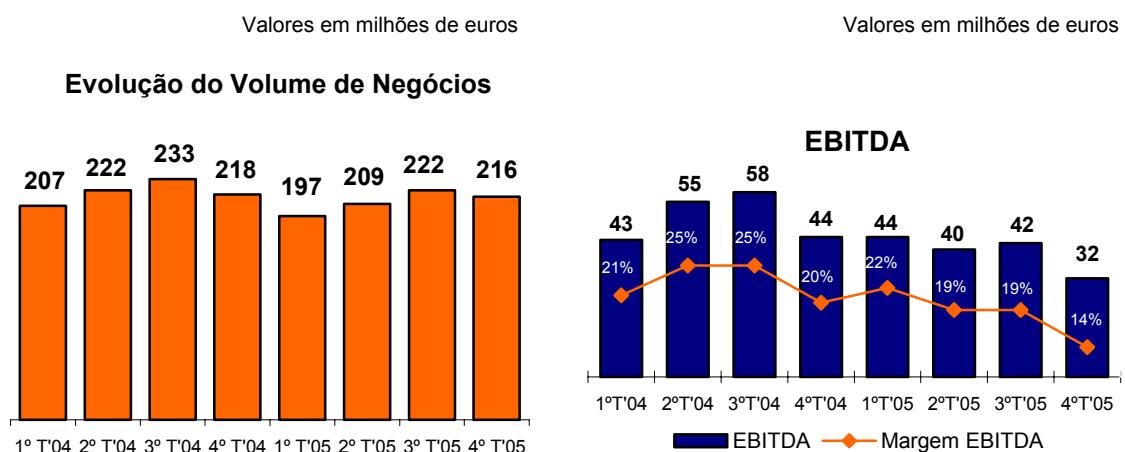
Em 31 de Dezembro de 2005, a empresa tinha 14 novos projectos em desenvolvimento: em Portugal, Rio Sul (Seixal), Setúbal Retail Park (Setúbal), Nova Avenida (São João da Madeira) e Lima Retail Park (Viana do Castelo); em Espanha, Plaza Mayor Shopping (Málaga) e El Rosal (Ponferrada); na Alemanha, Alexa (Berlim), e 3DO (Dortmund); em Itália, Freccia Rossa (Brescia), Caselle (Turim), centros comerciais e de lazer em Biella e La Spezia; na Grécia, Aegean Park (Atenas); e no Brasil, Shopping Campo Limpo (São Paulo).

⁷ Área Bruta Locável.



TELECOMUNICAÇÕES

	Valores em milhões de euros		
	2005	2004	Δ
Volume de Negócios	843	880	-4%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	157	201	-22%
Margem EBITDA	19%	23%	-4 p.p.
Resultado do Período atribuível aos Accionistas da Sonaecom	2	18	-88%
	31 Dez'05	31 Dez'04	Δ
Dívida Líquida	247	256	-4%



Principais destaque

O volume de negócios consolidado diminuiu 4% para 843 milhões de euros (880 milhões de euros). Os principais factores que contribuiram para esta descida foram a redução de 21% nas receitas de operadores da Optimus, em consequência dos cortes faseados nas tarifas de terminação móvel e na redução contínua no tráfego proveniente de operadores fixos, a perda de tráfego de banda estreita e de voz de acesso indireto, e a redução de 21% no volume de negócios do Público, resultado de menores vendas de produtos associados devido ao acréscimo de concorrência e à saturação de mercado.

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado diminuiu 22% para 157 milhões de euros (201 milhões de euros), correspondendo a uma margem EBITDA de 19% (23%). Esta redução decorreu, essencialmente, da perda de margem associada aos custos de lançamento de novos produtos e serviços, do aumento de custos de subcontratação associados ao acesso directo e do aumento dos custos associados à necessidade de operação de duas redes móveis (GSM e UMTS), combinados com o efeito de redução de proveitos referida anteriormente.

O resultado líquido consolidado desceu para 12 milhões de euros (39 milhões de euros), condicionado principalmente na sua maioria pela deterioração no cash-flow operacional (EBITDA). A melhoria de 29% nos resultados financeiros e a redução de 78% nos impostos consolidados do ano (devido a movimentos nos activos por impostos diferidos) não foram suficientes para compensar a quebra no cash-flow operacional (EBITDA) registado no exercício.

O endividamento líquido consolidado em 31 de Dezembro de 2005 ascendeu a 247 milhões de euros, uma redução de 9 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2004. A liquidez consolidada cresceu cerca de 156 milhões de euros, em larga medida devido ao encaixe de 146 milhões de euros proveniente da emissão, por colocação privada, em Junho, do empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, que foi investido em aplicações de tesouraria, e a um desempenho positivo ao nível da geração de cash-flow nas áreas de Telecomunicações e nos negócios de *Software and Systems Integration*.

Telecomunicações

O significativo investimento realizado durante o ano de 2005 na actividade comercial centrada na inovação e no crescimento, começou a gerar resultados positivos nos últimos meses do ano, em termos de crescimento do número e receitas de clientes:

- O total de clientes da Optimus cresceu 10% para 2,35 milhões no final de 2005 (2,13 milhões), representando uma angariação líquida de 224 mil novos clientes, o valor mais alto alcançado nos últimos 4 anos;
- Os resultados de 2005 da Optimus foram consistentes com o objectivo de aumentar as receitas de dados dos serviços GPRS e 3G. O tráfego GPRS cresceu 318%, e no final do ano cerca de 25% do total de novos clientes dispunham de serviços de 3G.

Durante 2005, a Optimus manteve a sua estratégia de alcançar uma posição de liderança na banda larga móvel, acelerando o investimento na rede UMTS. No final de Dezembro, a rede UMTS da Optimus cobria quase 50% da população, assegurando a cobertura total das zonas da Grande Lisboa, Porto e Algarve, bem como dos principais centros urbanos portugueses. O objectivo da empresa é alcançar uma cobertura de cerca de 80% da população até ao final de 2006.

Os novos produtos lançados durante 2005, em particular a rede4, o Optimus Home e o Kanguru, foram os principais responsáveis pelo crescimento da base de clientes e do número de clientes activos. Todos os produtos tiveram um desempenho em linha ou acima das expectativas.

O volume de negócios da Optimus diminuiu 5% para 627 milhões de euros (660 milhões de euros), enquanto que as receitas de serviços caíram 6% para 567 milhões de euros (602 milhões de euros) devido, essencialmente, à redução nas tarifas de terminação móvel, à queda de tráfego proveniente de operadores fixos e à pressão nas receitas de *roaming in*.

A Optimus gerou um cash-flow operacional (EBITDA) de 167 milhões de euros (190 milhões de euros), uma queda de 12%, devido às menores tarifas de terminação móvel e ao aumento dos custos operacionais, consistente com o esforço comercial e com o aumento da concorrência no mercado móvel. A margem EBITDA foi de 27% (29%).

Os resultados da Sonaecom Fixo reflectem a estratégia de focalizar o negócio no acesso directo em detrimento do acesso indirecto, em particular no segmento residencial, através da expansão maciça do serviço de banda larga ADSL utilizando os lacetes locais desagregados.

O total de clientes de serviços da Sonaecom Fixo alcançou os 271 mil (301 mil). O número de clientes dos serviços de acesso directo aumentou 88,6 mil para 94 mil no final de 2005. Este aumento não foi suficiente para compensar a perda de clientes indirectos de voz e clientes de internet de banda estreita, que desceram 42% para os 162,7 mil clientes. No final de Novembro, a empresa lançou o teste piloto pré-comercial da oferta *Triple Play* (voz, internet e televisão). A empresa espera que o lançamento comercial ocorra no segundo semestre de 2006.

O volume de Negócios da Sonaecom Fixo foi de 158 milhões de euros, 6% acima do valor de 2004 (150 milhões de euros), devido, principalmente, ao aumento das receitas grossistas. Os custos operacionais cresceram 18% para 177 milhões de euros (149 milhões de euros), devido ao aumento dos custos relacionados com o serviço de apoio ao cliente, a instalação de centrais desagregadas, publicidade e comissões pagas e custos de circuitos alugados. Em consequência, o cash-flow operacional (EBITDA) diminuiu significativamente para 15 milhões de euros negativos (4 milhões de euros positivos).

Media

O volume de negócios consolidado do Público diminuiu 21% para 44 milhões de euros (55 milhões de euros), devido a uma redução de 45% nas vendas de produtos associados. O aumento de 5% nas vendas de jornais não foi suficiente para inverter a tendência de descida evidenciada.

O cash-flow operacional (EBITDA) diminuiu de 2 milhões de euros positivos em 2004 para 2 milhões de euros negativos em 2005. De forma a sustar o fraco desempenho de 2005, o Público reestruturou a sua actividade comercial no segundo semestre do ano, através da constituição de uma nova equipa de vendas focada no aumento de receitas.

S&SI⁸

As empresas de S&SI registaram uma vez mais um desempenho positivo nos respectivos segmentos de mercado, dando continuidade à sua estratégia de crescimento orgânico, particularmente nos mercados internacionais.

O volume de negócios consolidado cresceu 5% para 86 milhões de euros (82 milhões de euros), essencialmente devido ao bom desempenho da WeDo (que aumentou o seu volume de negócios 19%), e o cash-flow operacional (EBITDA) melhorou 13% para 9 milhões de euros (8 milhões de euros), gerando uma margem EBITDA de 11% (10%). A Enabler e a WeDo foram responsáveis por 84% do total do cash-flow operacional (EBITDA) consolidado das empresas de S&SI, tendo a WeDo sido a empresa que mais contribuiu para o crescimento (aumento de 63% no cash-flow operacional (EBITDA) individual).

⁸ Software and Systems Integration.



SONAE CAPITAL

A Sonae Capital integra os negócios de Turismo, Construção, Engenharia e Promoção Residencial, Transportes e Logística, Corretagem de Seguros, Sector Auto, Refrigeração e Ar Condicionado, Serviços de Limpeza e Outros negócios.

O **volume de negócios consolidado** da Sonae Capital foi de 560 milhões de euros (461 milhões de euros), um aumento de 21%. O negócio de Construção e Engenharia foi o principal responsável pelo aumento no volume de negócios consolidado.

O **cash-flow operacional (EBITDA) consolidado** foi de 44,2 milhões de euros (18,7 milhões de euros). Os maiores contributos para este aumento decorrem dos negócios do Turismo e da Construção.

O **resultado líquido consolidado** foi de 104 milhões de euros (125 milhões de euros), e inclui 53 milhões de euros de resultados relativos a investimentos relacionados com a alienação da ba Vidro. O resultado de 2004 inclui resultados relativos a investimentos de 115 milhões de euros, a maior parte dos quais respeitam à venda da Portucel (75 milhões de euros) e da ba Vidro (18 milhões de euros)

Turismo

No ano de 2005, o volume de negócios consolidado da Sonae Turismo totalizou 129 milhões de euros, em linha com 2004. O negócio das viagens apresentou um volume de negócios de 107 milhões de euros, um crescimento homólogo de 7%, consubstanciando um aumento superior à média do mercado e à média dos 3 principais concorrentes (fonte: BSP).

No âmbito do desenvolvimento do projecto de Tróia salienta-se a ratificação pelo Governo do Planos de Pormenor da UNOP 1 (área urbana), em 27 Janeiro de 2005, e da UNOP 2 (área da praia), já no início de 2006. Deu-se início ao processo de demolições previstas no contrato de Investimento, salientando-se a implosão das Torres ocorrida em 8 de Setembro de 2005, e ainda, a emissão das licenças de construção da marina de Tróia e do novo cais de *ferries*.

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado registou em 2005 um valor positivo de 23,8 milhões de euros (0,3 milhões de euros negativos). Os resultados líquidos consolidados do exercício ascenderam a 23,9 milhões de euros (10,2 milhões de euros negativos).

Promoção Residencial

A **Prædium**, empresa do Grupo Sonae dedicada à promoção de habitação de qualidade, prosseguiu a entrega dos apartamentos dos Edifícios Seda e Seda II, em Matosinhos, encontrando-se comercializados 90% dos apartamentos. Ainda na Quinta das Sedas, foi iniciada a construção do edifício com 212 apartamentos designados por *City Flats/City Lofts* e que estará concluído no início de 2007.

Foi emitido o alvará de loteamento e obras de urbanização da Efanor, cujo projecto foi aprovado pela Câmara Municipal de Matosinhos após um longo período de apreciação, o que permitirá iniciar em 2006 as demolições dos edifícios existentes e as obras de urbanização e requalificação ambiental daquele quarteirão.

Em 2005, a Praedium continuou a prestar serviços de gestão à Sonae Turismo, no âmbito do projecto Tróia Resort, empreendimento que ocupará uma área de 440 ha e onde se desenvolverão cerca de 650 apartamentos turísticos e 330 moradias.

Dada a fase em que se encontram os principais projectos da empresa (em licenciamento e em construção), o volume de negócios em 2005 foi de apenas 6,0 milhões de euros, tendo o cash-flow operacional (EBITDA) e o resultado líquido sido negativos em, respectivamente, 500 mil euros e 1,5 milhões de euros.

Construção e Engenharia

A **Contacto**, empresa de construção civil e obras públicas, registou um volume de negócios de 142,9 milhões de euros, com um cash-flow operacional (EBITDA) de 9,1 milhões de euros e um resultado líquido de 11,4 milhões de euros.

Relativamente ao projecto de concessão da auto-estrada em regime de SCUT⁹, em que a Contacto participa através da **Norscut** e **Operscut**, no final do exercício estavam em operação 88,5 km, desde Viseu até Fortunho (Vila Real), de um total de 155 km que será a extensão final da auto-estrada. O último troço da auto-estrada entrará em funcionamento no final do primeiro semestre de 2007.

A **Cinclus**, que exerce a sua actividade na gestão e fiscalização de projectos, registou um volume de negócios de 10,5 milhões de euros, gerando um cash-flow operacional (EBITDA) de 369 milhares de euros e um resultado líquido de 242 milhares de euros.

Transportes e Logística

O volume de negócios consolidado da Box Lines Navegação, Invicta Comércio Internacional e Sontrade Lines, atingiu os 49,7 milhões de euros, 14% acima do de 2004, sendo que mais de 60% deste valor corresponde a vendas fora do Grupo Sonae.

⁹ Sem Custo para o Utilizador.

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado foi de 3,6 milhões de euros, e os resultados líquidos consolidados de 2,6 milhões de euros.

O volume de negócios da Box Lines atingiu os 43,8 milhões de euros, um crescimento de 16% face ao ano anterior, e representou mais de 88% do volume de negócios consolidado. O cash-flow operacional (EBITDA) alcançou os 3,8 milhões de euros, 83% acima do do ano anterior. O resultado líquido gerado foi de 2,9 milhões de euros, um crescimento de 52% face a 2004.

Corretagem de Seguros

A **mds**, corretor de seguros, reforçou a sua posição no mercado, em 2005, através da aquisição da Unibroker e da Becim. Com esta aquisição, a mds atingiu um volume de receita consolidada de cerca de 12 milhões de euros, representando um volume de prémios intermediados de cerca de 90 milhões de euros.

Em França, a holding Développement et Partenariat Assurance¹⁰, participada da mds, que controla directa e indirectamente os corretores franceses Pérouse Assurances¹⁰ e FirstAssur¹⁰, continuou o movimento de reforço da sua posição no capital daquelas participadas.

No Brasil, a Lazam/mds¹⁰, parceria entre a Sonae e o Grupo Feffer, apresentou uma receita de 15 milhões de reais, a que corresponde um resultado líquido positivo de 3 milhões de reais, em linha com o ano anterior.

No ano de 2005 assistiu-se ao desenvolvimento da rede internacional de corretores, a Brokers Link, promovida e liderada pela mds, abarcando, para além de Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Brasil, Grécia e Argentina.

A Sonae Re, resseguradora cativa do Grupo Sonae, sediada no Luxemburgo, alcançou um volume de negócios de 16 milhões de euros, gerando uma reserva de equalização de cerca de 3 milhões de euros (mesmo nível do ano anterior).

Sector Auto¹⁰

A Choice Car – SGPS, SA, é uma parceria a 50% com o Grupo Salvador Caetano, constituída no ano de 2000 para concentrar as participações em negócios do sector automóvel já então detidas pelo Grupo Sonae.

O ano de 2005 foi globalmente positivo para a **Guérin**. Embora o mercado interno tenha mantido a tendência de estagnação dos últimos anos, verificou-se uma ligeira recuperação na importação turística a qual vinha a decair desde 2001. O volume de negócios, medido pelo número de dias vendidos, cresceu cerca de 18% atingindo 844 milhares de dias. A receita média por dia vendido cresceu 6% em relação a 2004 em resultado de um processo continuado de melhoria do perfil da carteira de clientes. O volume de vendas atingiu 19,8 milhões de euros (15,9 milhões de euros). Depois de dois anos de resultados negativos, a empresa regressou aos lucros. O resultado líquido em 2005 cifrou-se em 0,4 milhões de euros (1,5 milhões de euros de prejuízo). Em 2005 a Guérin concretizou a aquisição dos activos operacionais da Globalrent, empresa que representava em Portugal a marca Sixt. Com esta aquisição foi reforçada a carteira de clientes bem como as equipas comercial e de operações.

¹⁰ Empresa consolidada segundo o método da equivalência patrimonial.

A **Finlog** terminou o ano de 2005 com 6.717 viaturas em gestão, o que equivale a um crescimento de 3% face ao ano anterior. Em termos comerciais é de salientar a abertura de uma delegação comercial em Lisboa. O volume de negócios atingiu 38 milhões de euros. O resultado antes de impostos foi de 687 mil euros, o que representa um crescimento de 14,7% face ao ano anterior.

Inserida num mercado em prolongada depressão, a **Carplus** registou em 2005 um declínio das suas vendas quer em unidades (1.087 unidades vendidas em 2005 contra 1.211 em 2004), quer em valor (13 milhões de euros em 2005 contra 15 milhões em 2004). Os prejuízos da sociedade agravaram-se para 0,85 milhões de euros em 2005 (0,46 milhões de euros).

O volume de negócios da **Auto Center**, detida em partes iguais pela Choice Car, SGPS, SA e pela Império Pneus, SGPS, SA, foi de 18,2 milhões de euros, o que traduz uma redução de 7% relativamente a 2004, reflexo da conjuntura económica extremamente adversa que se fez sentir em Portugal e que afectou, em especial, sectores como a construção civil e os transportes. Com efeito, os pneus ainda contribuem de forma decisiva para o negócio desta empresa, representando 83,6% da facturação, apesar da diversidade da oferta disponibilizada, a qual abrange a venda de peças e acessórios para viaturas e a prestação de serviços rápidos de manutenção e reparação auto.

O número de estabelecimentos, que constituem a maior rede deste tipo no país, manteve-se em 44, com o encerramento, no exercício em apreço, do de Vila Viçosa e a abertura de um em Lisboa (Estádio da Luz).

O cash-flow operacional (EBITDA) foi negativo em 305 mil euros, o que traduz um decréscimo de 947 mil euros face ao ano de 2004 e decorre, fundamentalmente, da referida redução de actividade e da quebra de margem resultante de um ambiente de concorrência acrescida.

Outros Negócios

O volume de negócios consolidado do **Grupo Selfrio** foi de 56,5 milhões de euros, um aumento de 33% face aos 42,5 milhões de euros do ano anterior. O cash-flow operacional (EBITDA) ascendeu a 2,3 milhões de euros (1,3 milhões de euros). O grupo Selfrio mantém uma carteira de projectos que confirma a tendência apontada no ano anterior, antevendo-se para 2006 um crescimento sustentado ao nível de actividade e resultados.

A **Safira**, actuando na área dos serviços de limpeza. Apesar da sua juventude, atingiu um volume de negócios de cerca de 24,3 milhões de euros, com um resultado depois de impostos de 0,5 milhões de euros, sendo uma empresa certificada no Sistema da Qualidade Ambiental e Sistema de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, a qual foi obtida no exercício em análise.

A actividade do grupo **Plysolol** desenvolve-se através de 4 empresas de produção e venda de contraplacado, em França, e de exploração florestal de madeiras exóticas e produção de folha, no Gabão.

O volume de negócios consolidado da **Plysolol França** foi de 101,9 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 1% face ao ano anterior, sustentado no crescimento das quantidades vendidas em 2% mas prejudicado pela redução de 1%

dos preços médios. A diminuição dos preços de venda e o lançamento de acções de reestruturação organizativa e estrutural para dotar a sociedade de um dimensionamento competitivo, perturbaram fortemente o resultado de 2005. O cash-flow operacional (EBITDA) foi de 1,8 milhões de euros negativos em 2005 (3,8 milhões de euros positivos). O resultado líquido foi de 7,4 milhões de euros negativos (0,2 milhões de euros positivos). Concluiu-se a reorganização industrial da unidade de **Fontenay-le-Comte** e iniciou-se a reorganização industrial da unidade de **Lisieux**, o que permite antever uma significativa evolução positiva em 2006.

A operação no Gabão continua a revelar-se de elevado risco, fruto da deficiente orientação política a que se assiste. Na **Leroy Gabon**, o aumento do nível de actividade para 122.000 m³ permitiu um aumento do volume de negócios de cerca de 24% para 14,2 milhões de euros. Os resultados líquidos, apesar de terem registado uma ligeira melhoria em 2005, foram negativos em 3,1 milhões de euros (3,8 milhões de euros negativos). Na **Placage d'Okoumé du Gabon** (Pogab), o volume de negócios foi de 9,7 milhões de euros e o cash-flow operacional (EBITDA) foi de 0,6 milhões de euros positivos (0,5 milhões de euros negativos). A melhoria dos resultados é consequência da reorganização industrial desta unidade, em estreita ligação com a reorganização da actividade industrial em França.

A empresa **Isoroy Casteljaloux** que se dedica à produção de *softboard* para isolamento acústico e térmico atravessou um período difícil em 2005, reduzindo o seu volume de negócios em cerca de 8,5% face ao ano anterior, para 12,9 milhões de euros. Como consequência, reduziu a margem EBITDA de 10,7% positivos em 2004 para 0,1% negativos em 2005. O resultado líquido caiu para 0,8 milhões de euros negativos em 2005 (0,9 milhões de euros positivos). Apesar dos maus resultados, as acções de redução do fundo de maneio implementadas permitiram manter o nível de libertação de cash-flow de exploração na ordem dos 1,1 milhões de euros. As acções em curso de desenvolvimento de um novo modelo de gestão permitem antever uma melhoria significativa para 2006.

O designado pólo de Honfleur, que engloba a empresa **Essences Fines Isoroy**, cuja actividade consiste fundamentalmente no revestimento de placas a folha de Madeira, e a empresa **Isoroy Tranchage**, cuja actividade consistia na produção de folha e junção/colagem de folhas, concluiu em 2005 o plano de reestruturação que tinha iniciado em 2004.

Os efeitos positivos da reorganização levada a cabo na **Essences Fines** ainda não se manifestaram totalmente devido à rigidez imposta pela realização do plano social, que obriga à contratação dos trabalhadores despedidos no ano seguinte ao da reestruturação em caso de necessidade de reforço de mão de obra. Apesar da diminuição do volume de negócios em 10,7% para 8,1 milhões de euros, o esforço de contenção de custos permitiu melhorar os resultados líquidos negativos de 2,2 milhões de euros em 2004 para 1,4 milhões de euros em 2005. A pressecução do modelo industrial, implementado em 2004, permite antever uma melhoria da actividade e rendibilidade da empresa nos próximos anos.

A empresa **Isoroy Tranchage** encontra-se neste momento inactiva, sendo previsível a sua liquidação em 2006. Os resultados líquidos negativos em 2005 (0,5 milhões de euros) reflectem os custos suportados com o seu encerramento.

TP¹¹, que desenvolve projectos de produção de energia por co-geração e renováveis, registou um volume de negócios consolidado de 33,1 milhões de euros, cash-flow operacional (EBITDA) de 8,2 milhões de euros e resultado líquido de 1,7 milhões de euros.

A **Sodesa¹¹**, que desenvolve actividade de comercialização de energia nos segmentos de mercado liberalizados, tinha no final do ano uma base de clientes a que corresponde um consumo anualizado de cerca de 2.700 GWH/ano, tendo registado um cash-flow operacional (EBITDA) de 0,8 milhões de euros e resultado líquido de 447 milhares de euros.

¹¹ Empresa consolidada segundo o método da equivalência patrimonial.

SONAE, SGPS, SA

A actividade da Sonae, SGPS, SA está centrada na gestão das suas filiais. No decurso de 2005 há a registar as seguintes transacções mais significativas:

- O processo de cisão de parte da participação na Sonae Indústria, SGPS, SA, correspondente a 90,36% do capital social desta empresa;
- A aquisição adicional de 7,58% do capital social da Modelo Continente, SGPS, SA, aumentando a participação directa para 75,64%;
- A aquisição à empresa filial Sonae Investment, BV de 17,04% do capital social da Sonae Sierra, SGPS, SA e a subsequente alienação à Grosvenor por 226 milhões de euros da mesma percentagem de participação, passando a deter 50% do negócio;
- A alienação de 50% da participação do capital social da Imocapital SGPS, SA por 63,5 milhões de euros.

Também de notar a emissão do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros com uma duração de 8 anos.

O resultado líquido do ano totalizou 98 milhões de euros, tendo sido especialmente influenciado por mais valias fruto de alienações de participações em filiais no valor de 98,8 milhões de euros, resultantes das duas transacções descritas supra.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A demonstração consolidada dos resultados de 2005 não é directamente comparável com a de 2004, devido ao *spin-off* do negócio dos Derivados de Madeira e à venda das operações de Retalho no Brasil. Em resultado do *spin-off*, com efeitos contabilísticos a partir de 1 de Outubro de 2005, o contributo do negócio dos Derivados de Madeira para os resultados consolidados de 2005 reflecte unicamente a actividade dos primeiros nove meses do ano (12 meses em 2004). Relativamente às operações de Retalho no Brasil, os resultados consolidados incluem o contributo dos primeiros onze meses de 2005 (12 meses em 2004).

Conforme definido na norma internacional IFRS 5, e de modo a assegurar a comparabilidade entre os resultados de 2005 e de 2004, a demonstração de resultados consolidados é apresentada separando:

- Operações continuadas que incluem os seguintes segmentos: Retalho Portugal, Centros Comerciais, Telecomunicações, Sonae Capital e Holding
- Operações descontinuadas que incluem os seguintes segmentos: Derivados de Madeira e Retalho Brasil
- Total de operações que inclui ambas as operações: continuadas e descontinuadas.

O **volume de negócios consolidado** do total das operações atingiu, no exercício, 6.392 milhões de euros (6.464 milhões de euros). O volume de negócios consolidado das operações continuadas cresceu 4% para 4.213 milhões de euros (4.058 milhões de euros). Em termos absolutos, destacam-se os contributos dos negócios da Distribuição e da Sonae Capital e Holding, que cresceram 125 milhões de euros e 102 milhões de euros, respectivamente. No negócio da Distribuição, os formatos de retalho especializado registaram um crescimento mais significativo, em resultado do forte plano de expansão em curso das insígnias. Apesar da crescente pressão competitiva, os formatos de base alimentar alcançaram um crescimento na ordem dos 3%. O aumento no contributo da Sonae Capital e Holding decorreu, em larga medida, do crescimento significativo no negócio de construção e engenharia. O decréscimo de cerca de 37 milhões de euros no contributo do negócio das Telecomunicações é justificado, essencialmente, pela diminuição nas receitas de operadores na Optimus e pela diminuição das vendas de produtos associados no Público. O volume de negócios consolidado das operações descontinuadas totalizou 2.179 milhões de euros (2.406 milhões de euros).

O **cash-flow operacional (EBITDA) consolidado** do total das operações foi de 948 milhões de euros (938 milhões de euros), gerando uma margem de EBITDA consolidada de 14,8% (14,5%). O cash-flow operacional (EBITDA) das operações continuadas registou uma melhoria de 10%, ascendendo a 744 milhões de euros (674 milhões de euros), o que corresponde a uma margem EBITDA consolidada de 17,7% (16,6%). Os negócios dos Centros Comerciais e da Sonae Capital e Holding contribuiram positivamente para este aumento (90 milhões de euros e 13 milhões, respectivamente). O aumento generalizado das *yields* em Portugal e Espanha e o aumento no número de centros comerciais que integram o portfolio explicam o crescimento acentuado na rubrica de variação no valor das propriedades de investimento, que registou uma subida em 2005 de 83 milhões de euros para 194 milhões de euros (111 milhões de euros). O negócio das Telecomunicações reduziu o seu contributo em 46 milhões de euros, fruto dos custos decorrentes da estratégia de crescimento implementada em 2005, dos cortes faseados nas tarifas de terminação móvel e da maior agressividade concorrencial. O cash-flow operacional (EBITDA) das operações descontinuadas ascendeu a 204 milhões de euros (265 milhões de euros).

Os **resultados operacionais (EBIT) consolidados** do total das operações ascenderam a 618 milhões de euros (593 milhões de euros). O EBIT correspondente às operações continuadas registou um aumento para 521 milhões de euros (461 milhões de euros). Os contributos por negócio evidenciaram um padrão semelhante ao descrito na análise do cash-flow operacional (EBITDA). O negócio dos Centros Comerciais, por via do valor criado nas propriedades de investimento, registou a maior subida em termos de contributo. O EBIT relativo às operações descontinuadas foi de 97 milhões de euros (133 milhões de euros).

Os **resultados financeiros consolidados** do total das operações ascenderam a 153 milhões de euros (201 milhões de euros). Os resultados financeiros consolidados das operações continuadas permaneceram em linha com os do ano anterior, cifrando-se em 104 milhões de euros. Os resultados financeiros consolidados das operações descontinuadas foram de 49 milhões de euros (97 milhões de euros).

O **resultado líquido consolidado** relativo ao total das operações subiu 232 milhões de euros para 648 milhões de euros (416 milhões de euros). O resultado líquido consolidado das operações continuadas aumentou 53 milhões de euros para os 439 milhões de euros (386 milhões de euros). Incluídos neste resultado estão 122 milhões de euros (102 milhões de euros) de resultados relativos a investimentos, decorrentes das vendas das participações na ba Vidro e de 17,04% do capital da Sonae Sierra. Em 2004, os resultados relativos a investimentos incluem os ganhos obtidos na venda das participações na Portucel (75 milhões de euros) e ba Vidro (18 milhões de euros). O resultado líquido consolidado das operações descontinuadas foi de 209 milhões de euros (30 milhões de euros), que incluem 183 milhões de euros de resultados relativos a investimentos relacionados com a alienação da Imocapital/Gescartão à Europac e da Sonae Distribuição Brasil à Wal-Mart.

Assim, o **resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Sonae** relativo ao total das operações também registou um crescimento de 229 milhões de euros, ascendendo a 513 milhões de euros (284 milhões de euros), reflectindo uma maior proporção de resultados relativos a investimentos gerados em empresas do grupo detidas integralmente pela Sonae. O resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Sonae no que respeita às operações continuadas ascendeu a 302 milhões de euros (256 milhões de euros). O resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Sonae no que respeita às operações descontinuadas ascendeu a 211 milhões de euros (27 milhões de euros), reflectindo principalmente a venda da Sonae Distribuição Brasil.

Os contributos para o total do consolidado da Sonae, SGPS, SA foram como segue:

			Valores em milhões de euros
	Volume de Negócios	EBITDA ¹²	Resultado Líquido
Distribuição Portugal	2.745,4	235,7	121,7
Centros Comerciais	271,8	312,2	216,5
Telecomunicações	842,7	161,4	1,5
Sonae Capital e Holding	566,2	25,0	145,1
Eliminações	(212,9)	9,9	(46,0)
Operações continuadas	4.213,2	744,2	438,8
Operações descontinuadas	2.179,3	203,8	209,4
Total de Operações	6.392,5	948,0	648,2

ESTRUTURA FINANCEIRA

Em resultado da alienação à Grosvenor, em 29 de Dezembro de 2005, de 17,04% do capital social da Sonae Sierra, o método de consolidação do negócio dos Centros Comerciais mudou de consolidação integral para consolidação proporcional, contribuindo este negócio apenas com 50% para o balanço consolidado do Grupo Sonae em 31 de Dezembro de 2005.

O **investimento bruto consolidado** do ano ascendeu a 880 milhões de euros. Os contributos dos negócios da Distribuição, Centros Comerciais e Telecomunicações representam cerca de 90% deste total. Ao longo de 2005, o negócio da Distribuição abriu 55 novas lojas e remodelou mais de 30 lojas, aumentando a sua área de venda em mais de 62.000 m² (um aumento de 14%), incluindo três novos hipermercados Continente. O investimento incluiu ainda 175 milhões de euros da compra de unidades de participação em fundos Imobiliários. No negócio dos Centros Comerciais, o investimento ascendeu a cerca de 300 milhões de euros e incluiu a abertura do LoureShopping e do SerraShopping, em Portugal, do Plaza Éboli, em Espanha, e do Mediterranean Cosmos, na Grécia, bem como a aquisição do Valecenter, em Itália, e o desenvolvimento dos centros comerciais Plaza Mayor, em Espanha, e Alexa, na Alemanha. O negócio das Telecomunicações investiu aproximadamente 120 milhões de euros no desenvolvimento das redes de UMTS e de uma nova geração de rede de suporte ao acesso directo de banda larga, no desenvolvimento da oferta de *Triple Play* e em sistemas e tecnologias de informação.

¹² EBITDA = Resultados operacionais (EBIT) + Amortizações e Depreciações + Provisões e perdas de imparidade – Reversão de perdas por imparidade (incluídas em Outros Proveitos Operacionais, no total de 4,8 milhões de euros no 4º Trimestre de 2005 e 10,8 milhões de euros em 2005).

O **endividamento líquido consolidado**¹³ em 31 de Dezembro de 2005 foi de 1.620 milhões de euros, que compara com 1.913 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004 (excluindo as operações descontinuadas e consolidando o negócio dos Centros Comerciais pelo método proporcional). Esta redução significativa é em grande parte explicada pelo encaixe decorrente da venda das operações da Distribuição no Brasil. O contributo do negócio dos Centros Comerciais para o endividamento líquido consolidado em 31 de Dezembro de 2005 foi de 499 milhões de euros, estando total e exclusivamente garantido pelos seus activos.

Os contributos para o endividamento líquido da Sonae, SGPS, SA foram como segue:

	31 Dez'05	31 Dez'04	Valores em milhões de euros
	31 Dez'05	31 Dez'04	Δ
Derivados de Madeira	-	429,9	(429,9)
Distribuição	196,2	496,9	(300,7)
Centros Comerciais	498,7	811,0	(312,3)
Telecomunicações	250,3	260,9	(10,6)
Sonae Capital e Holding	501,1	768,5	(267,4)
Eliminações	173,8	54,5	119,3
TOTAL	1.620,1	2.821,7	(1.201,6)

O **rácio dívida líquida sobre cash-flow operacional (EBITDA) anualizado** foi de 1,7 (2,2 numa base comparável). A **cobertura de juros** foi de 6,1 vezes, acima das 5,1 vezes registadas no final de 2004. Esta melhoria resulta essencialmente da redução ao nível dos encargos financeiros, fruto das melhores condições de financiamento alcançadas por via da renegociação de alguns dos principais financiamentos e do aumento da proporção de dívida desintermediada.

COMPORTAMENTO BOLSISTA

Em 2005, a maioria dos principais mercados accionistas superou o desempenho do ano anterior. A confiança accionista foi restaurada por via de um maior dinamismo no mercado de fusões e aquisições, da melhoria generalizada dos resultados das empresas e consequente revisão em alta das estimativas por parte das casas de investimento, e de perspectivas económicas mais favoráveis. Em termos globais, as praças norte-americanas ficaram aquém das suas congéneres europeias, que evidenciaram um crescimento muito acentuado no ano. A praça de Lisboa acompanhou esta tendência, terminando o ano com uma valorização de 13,4%.

Em 2005, o Grupo Sonae empreendeu uma restruturação significativa ao nível do seu portfolio de negócios, com o objectivo de simplificar a sua estrutura, focalizando-se nos seus activos estratégicos e reposicionando o Grupo nos mercados

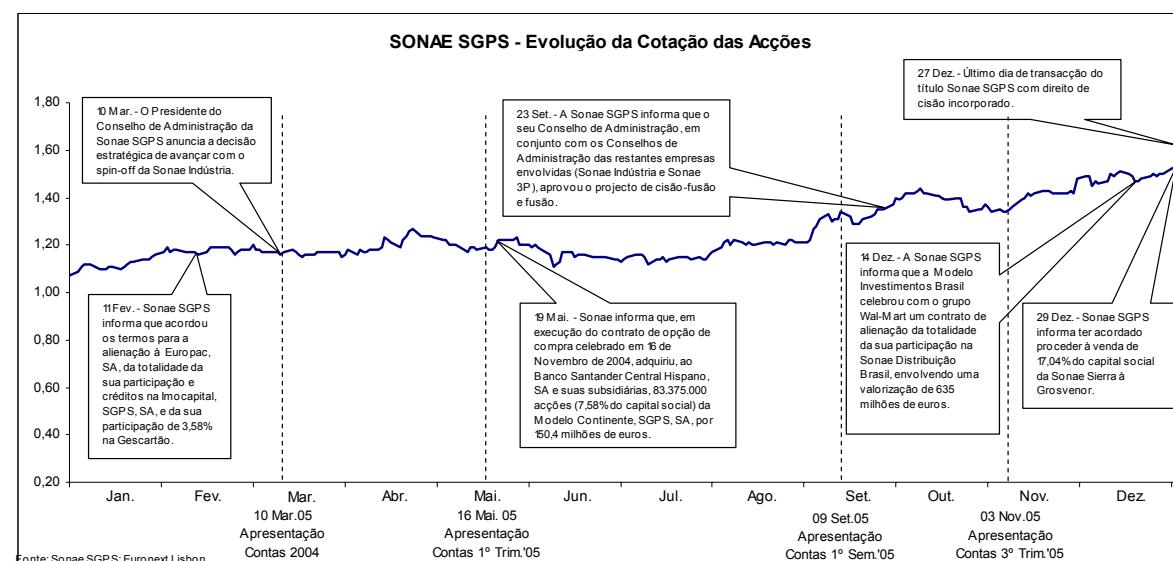
¹³ Endividamento Líquido = Empréstimos Não Correntes + Empréstimos Correntes – Caixa e Equivalentes de Caixa – Investimentos Correntes.

accionistas. Durante o ano, o mercado esteve particularmente atento ao posicionamento estratégico do Grupo relativamente ao negócio dos Derivados de Madeira e da Distribuição. O *spin-off* do negócio dos Derivados de Madeira e o futuro das operações do negócio da Distribuição no Brasil foram os principais catalizadores do desempenho bolsista da cotação da Sonae SGPS ao longo do ano. Desde Março, mês do anúncio da decisão estratégica de avançar com a operação de cisão da Sonae Indústria, que o mercado estava expectante quanto aos termos e ao calendário da mesma. Em 28 de Dezembro, a cotação do título Sonae SGPS diminuiu (cerca de 0,44 euros) por via da correção técnica efectuada para reflectir o *spin-off* do negócio dos Derivados de Madeira. Relativamente à actividade de retalho no Brasil, a Sonae anunciou em Junho a venda de 10 lojas na área metropolitana de São Paulo ao Carrefour. Esta operação despoletou uma série de rumores no mercado relativos ao futuro da operação remanescente. A 14 de Dezembro, a Sonae anunciou ter acordado a venda da totalidade da sua operação de retalho no Brasil à Wal-Mart.

A cotação do título Sonae fechou o ano nos 1,18 euros (1,61 euros se ajustada pelo valor dos direitos de cisão atribuídos no âmbito da operação de *spin-off* da Sonae Indústria), com uma valorização nominal de 10,3% no ano (50,8% numa base comparável), que compara com uma valorização do mercado, medida pelo índice PSI 20, de 13,4%.

Numa base mensal, as variações mais significativas registaram-se em Setembro e Dezembro, com a cotação do título Sonae SGPS a subir 12% e 11%, respectivamente, em comparação com os meses anteriores. O volume médio de transacções diárias no ano foi de cerca de 5,6 milhões de acções.

No decurso dos anúncios preliminares de lançamento de oferta pública geral de aquisição de acções representativas do capital social da Portugal Telecom, SGPS, SA e da PT Multimédia, SGPS, SA, nos dias 6 e 7 de Fevereiro de 2006, respectivamente, a cotação do título Sonae SGPS subiu significativamente. Em 28 de Fevereiro de 2006, a cotação de fecho da acção Sonae foi de 1,30 euros, um aumento de 10,17% face ao final de 2005, que compara com um aumento de 10,0% no índice PSI 20.



ACÇÕES PRÓPRIAS

No dia 4 de Maio de 2005, a Sonae SGPS, SA alienou, através do mercado de cotações oficiais, 1.321.949 acções próprias ao preço unitário de 1,20 euros. Nessa mesma data, a Sonaecom, SGPS, SA adquiriu, através do mercado de cotações oficiais, 1.321.949 acções Sonae, SGPS, SA ao preço unitário de 1,20 euros. Após a realização destas operações, a Sonae, SGPS, SA manteve o número de acções próprias, directamente e através de suas participadas, em 134.178.021.

No dia 11 de Maio de 2005, a Sonaecom, SGPS, SA transferiu, em transacção fora de bolsa e no âmbito dos seus Planos de Prémio de Desempenho Diferido, 201.875 acções Sonae, SGPS, SA para colaboradores seus. Após esta transacção, a Sonae, SGPS, SA passou a deter directamente e através das suas participadas 133.976.146 acções próprias (6,70% do seu capital social).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Sonae, SGPS, SA, na qualidade de holding do Grupo, apresentou um resultado líquido de 98.055.074,47 euros. O Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral a seguinte aplicação do resultado:

Reservas Legais	4.902.753,72 euros
Reservas Livres	46.501.724,40 euros
Dividendos	46.650.596,35 euros

Tendo em consideração que o Conselho de Administração se propõe manter o número de acções próprias em carteira até à distribuição do dividendo, a cada acção caberá o dividendo líquido de 0,025 euros. Esta proposta corresponde a um *dividend yield* de 2,0% face à cotação média de 2005 de 1,25 euros por acção.

PERSPECTIVAS

O negócio da **Distribuição** reforçará a sua posição competitiva fruto de um plano de investimentos agressivo. No retalho alimentar, o crescimento será alcançado por via da rápida abertura de lojas em mercados regionais e no retalho especializado pela abertura acelerada de lojas junto de hipermercados Modelo e em novos centros comerciais de grande dimensão. Igualmente importante, serão os programas de eficiência operacional que irão permitir alcançar ganhos de produtividade. Ao mesmo tempo, serão desenvolvidos estudos no sentido de avaliar as oportunidades de entrada em novas áreas geográficas bem como o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

O negócio dos **Centros Comerciais** espera manter a tendência positiva do ano de 2005, aumentando o valor dos seus activos operacionais por via de melhorias no seu desempenho, prosseguindo uma expansão internacional com o desenvolvimento de novos centros comerciais (90% fora de Portugal) e mantendo proactividade na aquisição de activos em operação com potencial de criação de valor, quer por via de remodelações quer por via de melhorias no desempenho operacional.

O negócio das **Telecomunicações** continuará a investir em novos produtos e serviços, nomeadamente na área de dados nas telecomunicações móveis, serviços 3G e banda larga fixa, incluindo o lançamento do *Triple Play*. O negócio está consciente que vários factores irão afectar negativamente os resultados de 2006, tais como os cortes progressivos nas tarifas de terminação móvel, o custo de operar duas redes móveis, custos de angariação de clientes mais elevados e o lançamento da oferta *Triple Play*. No entretanto, a oferta pública de aquisição sobre a Portugal Telecom prosseguirá, com o objectivo de criar mais valor para o accionista na Sonaecom, ao mesmo tempo que se assegurará a focalização no desenvolvimento dos negócios existentes.

Os negócios da **Sonae Capital** continuarão os seus esforços no sentido de manter a rendibilidade. 2006 será o primeiro ano completo de trabalhos de construção no Tróia Resort e as acções de promoção já começaram, o que deverá estimular o negócio do desenvolvimento dos *resorts*.

Continuaremos a procurar oportunidades com potencial de criação de valor quer nos negócios existentes quer em novas oportunidades que possam surgir.

NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece a todas as entidades o apoio e confiança demonstradas. Ao Revisor Oficial de Contas agradecemos a sua cooperação no acompanhamento da actividade. Aos nossos colaboradores testemunhamos o agradecimento pelo esforço continuado.

Maia, 09 de Março de 2006

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Álvaro Cuervo García

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Luíz Felipe Palmeira Lampreia

Michel Marie Bon

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2005 Quantidade
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Sonae, SGPS, SA						14.901
Sonaecom, SGPS, SA						75.537
Álvaro Carmona e Costa Portela						
Sonae, SGPS, SA						25.934
Sonaecom, SGPS, SA						5.000
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA						4.564
Sonae.com, SGPS, SA						60.070
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (3)						150.000
Sonae, SGPS, SA						360.591
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	09.05.2005	83.105	0			
Sonaecom, SGPS, SA						315.795
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.04.2005	36.828	0			
Luiz Felipe Lampreia						
Sonae, SGPS, SA						10.000
Compra	13.10.2005	10.000	1,40			
Sonaecom, SGPS, SA						0
Venda	10.03.2005			14.970	3,88	
Michel Marie Bon						
Sonae, SGPS, SA						29.563
Compra	11.01.2005	4.500	1,12			
Compra	29.04.2005	4.000	1,24			
Compra	06.07.2005	4.200	1,16			
Compra	10.10.2005	3.500	1,42			
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Sonae, SGPS, SA						14.320

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2005 Quantidade
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						658.804.410
Venda	18.07.2005			291.179.305	1,14	
Pareuro, BV (2)						20.000
Sonaecom, SGPS, SA						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA						400.000.000
Compra	18.07.2005	291.179.305	1,14			
(3) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						4.105.273

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Número de acções a 31.12.05

Efanor Investimentos, SGPS, SA

Sonae, SGPS, SA	658.804.410
Pareuro, BV	20.000

Pareuro, BV

Sonae, SGPS, SA	400.000.000
-----------------	-------------

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao artº 8º, nº 1,alínea e) do Regulamento da CMVM nº 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2005:

Accionista	Nº de acções	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	658.804.410	35,305%
Pareuro, BV	400.000.000	21,436%
Maria Margarida CarvalhaisTeixeira de Azevedo	14.901	0,001%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	326.655	0,018%
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	360.591	0,019%
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo	14.320	0,001%
Total imputável	1.059.520.877	56,780%
Banco BPI, S.A.	51.868	0,003%
Banco Português de Investimento, S.A.	6.149.558	0,330%
Fundos de pensões geridos pela BPI - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2.253.776	0,121%
Fundos de Investimento geridos pela BPI - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	31.693.846	1,698%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	199.523	0,011%
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	934.513	0,050%
Clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	844.765	0,045%
Total imputável	42.127.849	2,258%
Centaurus Capital LP		
Centaurus Alpha Master Fund Limited	46.576.696	2,496%
Citi Centaurus Limited	817.127	0,044%
Greenway Account Series Limited - Portfolio E	1.866.536	0,100%
Total imputável	49.260.359	2,640%

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE
SONAE SGPS, SA
31 DE DEZEMBRO DE 2005

O presente anexo contem uma breve descrição das práticas da Sonae SGPS, SA sobre o Governo da Sociedade (“Corporate Governance”) e foi elaborado para cumprimento do disposto no Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro de 2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelos Regulamentos n.º 11/2003 de 19 de Novembro de 2003 e n.º 10/2005 de 3 de Novembro de 2005.

Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão o Relatório sobre o Governo da Sociedade deve ser lido como complemento e em conjugação com esse documento, para o qual contem remissões sempre que foi considerado mais adequado descrever o assunto no Relatório de Gestão, evitando desta forma a duplicação de informação.

0 - Declaração de Cumprimento

A adopção das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre Governo das Sociedades está expressa neste relatório em cada um dos seus capítulos.

1 - Divulgação de informação

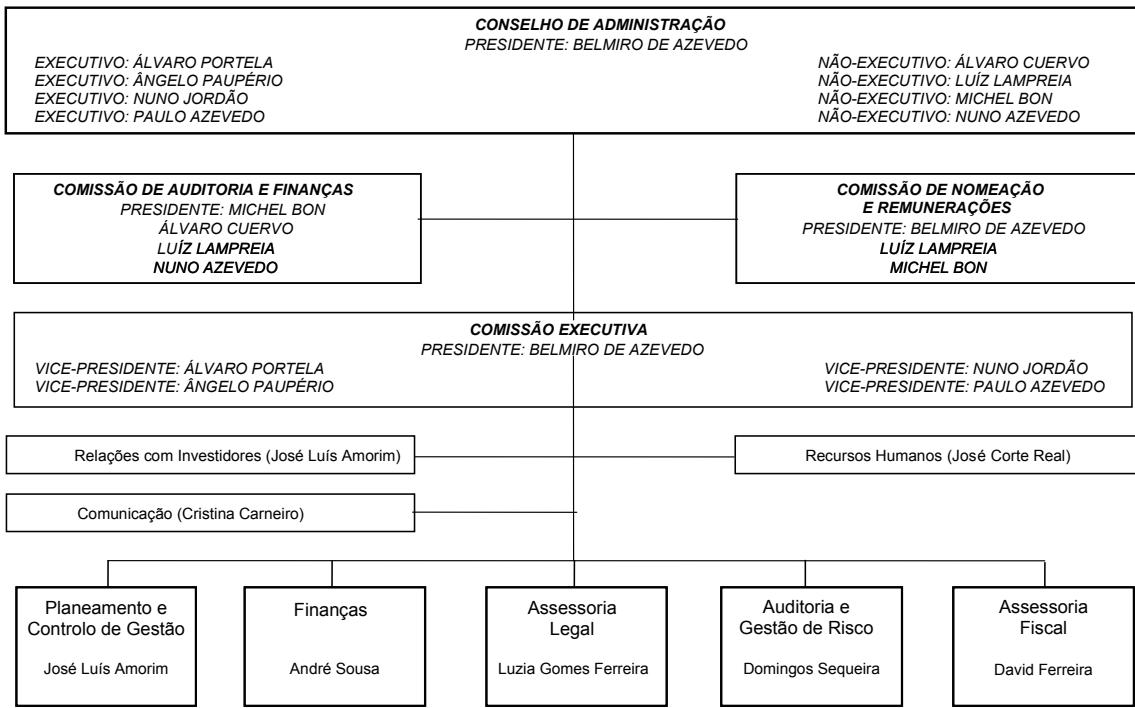
1.1. Repartição de Competências no Processo de Decisão

As decisões estratégicas de gestão são tomadas em reunião do Conselho de Administração da sociedade e as decisões relativas à implementação dessa estratégia são tomadas em reuniões da Comissão Executiva.

O Conselho de Administração funciona colegialmente, sendo composto por um Presidente e oito vogais. O Conselho de Administração assume como principais competências a aprovação do relatório e contas anuais, a aprovação da estratégia anual de configuração do portfolio de negócios e a aprovação do plano de negócios anual e das alterações significativas a esse plano.

A Comissão Executiva funciona colegialmente, sendo composta por um Presidente e quatro Vice-Presidentes, e assume a responsabilidade pela gestão operacional corrente, com particular enfoque na gestão do portfolio de negócios, na coordenação financeira e no desenvolvimento da carreira de um conjunto de gestores de topo.

O organigrama funcional da sociedade é o seguinte:



O Eng.º Ângelo Paupério coordena operacionalmente as direcções funcionais acima mencionadas, reunindo com os respectivos directores numa base semanal. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais emanam da delegação de competências por parte da Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões desta Comissão.

1.2. Comissões Internas

A *Comissão de Auditoria* é presidida pelo Eng.º Belmiro de Azevedo e é composta por responsáveis pelas funções de Auditoria Interna e pelos Administradores com o pelouro respectivo em cada uma das subholdings. Reúne trimestralmente para apreciação do plano e dos resultados dos trabalhos de auditoria interna e externa.

A *Comissão de Finanças* é presidida pelo Eng.º Ângelo Paupério e reúne mensalmente com a presença dos Administradores com o pelouro financeiro de cada subholding e dos directores funcionais da Sonae, SGPS, SA considerados relevantes para os assuntos em agenda. A Comissão tem como atribuições a análise e coordenação das políticas de gestão dos riscos financeiros do Grupo Sonae.

A composição e atribuições da *Comissão de Vencimentos* estão descritas no ponto 1.9. abaixo.

As Comissões nomeadas pelo Conselho de Administração estão descritas no ponto 4.1. abaixo.

1.3. Controlo de Riscos

O sistema de gestão de riscos implementado na sociedade compreende o seguinte:

Objectivos da gestão de risco

Nos valores e princípios da Sonae (ver 3.1.) são referidos os conceitos que constituem o enquadramento das políticas, organização e processos de gestão de risco, nomeadamente:

- Lealdade e rigor: basear a prática quotidiana na gestão do risco e na adopção de métodos de gestão, que de forma célere detectem e corrijam situações adversas;
- Transparência: adoptar práticas que permitam a avaliação sistemática da fiabilidade da *performance* dos negócios e do grau de cumprimento dos valores e princípios da Sonae;
- Segurança: proporcionar um ambiente de trabalho preventivo de riscos profissionais e que não ponha em causa a saúde e segurança dos colaboradores internos e externos;
- Ética: pautar as relações com entidades externas por princípios de honestidade, integridade e transparência.

A gestão de risco é uma das componentes da cultura da Sonae e um pilar do Governo das Sociedades, está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores das empresas do Grupo Sonae, nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo Sonae, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

A par da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão mais efectiva dos riscos que podem afectar as organizações.

Os processos de gestão de risco

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento com o propósito de identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que as empresas do Grupo Sonae enfrentam na prossecução dos objectivos de negócio e de criação de valor, a gestão de risco está integrada em todo o processo de planeamento.

No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfolio dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitoradas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais.

Nos riscos de natureza mais horizontal, nomeadamente em grandes projectos de mudança da organização e planos de contingência e de recuperação dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas (riscos *técnico-operacionais*), são definidas políticas e standards e efectuado o auto controlo do seu cumprimento, são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis.

A gestão dos riscos financeiros é efectuada e monitorada no âmbito das funções financeiras da holding e de cada uma das subholdings, cuja actividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base o padrão internacional *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* do COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), e compreende nomeadamente o seguinte:

- Identificação e sistematização dos riscos que afectam a organização (*linguagem comum*); definição e agrupamento dos riscos (dicionário e matriz de riscos);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos em função do impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- Avaliação das estratégias (opções) de gestão de risco;
- Desenvolvimento de um plano de acções de gestão de risco e integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções das empresas do Grupo Sonae;
- Monitorização e reporte do progresso na implementação do plano de acções.

A organização da gestão de risco

Sendo responsabilidade de todos os gestores e colaboradores das empresas do Grupo Sonae nos diferentes níveis da organização, a actividade de gestão de risco é apoiada e suportada pelas funções de Auditoria e Gestão de Risco e Planeamento e Controlo de Gestão.

A função de Auditoria e Gestão de Risco tem por missão ajudar as empresas a atingir os seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e estruturada de desenvolvimento e avaliação da eficácia da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação.

A função de Gestão de Risco promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de gestão de risco.

A função de Auditoria Interna identifica e avalia a eficácia e eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos das empresas. O plano anual de Auditoria Interna compreende as auditorias dos processos críticos de negócio, auditorias de conformidade, auditorias financeiras e auditorias de sistemas de informação.

Os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela Auditoria Externa.

A função de Planeamento e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas.

A Gestão de Risco, a Auditoria Interna e o Planeamento e Controlo de Gestão são actividades desenvolvidas em todos os negócios do Grupo, através de funções especialmente dedicadas e com reporte directo aos Conselhos de Administração, quer da holding quer de cada uma das subholdings.

Actualmente, as funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco contam com cerca de 46 colaboradores a tempo inteiro, desenvolvendo a sua actividade em todos os países onde o Grupo Sonae se encontra presente.

Ao nível do Grupo, existem órgãos – a Comissão de Auditoria e o Grupo Consultivo de Gestão de Risco (GCGR) – que assistem a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração na definição de políticas, acompanhamento e coordenação das actividades de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Auditoria Externa e na revisão dos processos e sistemas de controlo interno. Estes órgãos são também *fora* de partilha de conhecimentos e experiências das respectivas funções. Estes órgãos reúnem trimestralmente e são compostos pelos Administradores com o pelouro das funções respectivas de cada uma das subholdings, pelos Directores de Auditoria e Gestão de Risco da holding e subholdings, pelo responsável pelo Planeamento e Controlo de Gestão do Grupo e, no caso do GCGR, pelo responsável da Gestão de Seguros do Grupo. Estes órgãos são presididos por um Administrador nomeado pela Comissão Executiva da Sonae, SGPS, SA e reportam à Comissão Executiva e à Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração através de um dos seus membros. A Comissão de Auditoria é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA.

Conforme referido no ponto 4.1., foi nomeada pelo Conselho de Administração uma Comissão de Auditoria e Finanças, constituída por quatro Administradores Não-Executivos, dos quais três são independentes, que acompanham as actividades de Auditoria e Gestão de Risco.

As empresas do Grupo Sonae promovem o desenvolvimento dos recursos humanos, metodologias e sistemas de Gestão de Risco e Auditoria Interna, procurando seguir as melhores práticas internacionais. No que respeita aos recursos humanos, as empresas do Grupo patrocinam um programa de formação e actualização de conhecimentos que inclui a certificação profissional internacional em Auditoria Interna promovida pelo *IIA -The Institute of Internal Auditors* – o *Certified Internal Auditor (CIA)* – e outras certificações internacionais em auditoria de sistemas de informação, como a certificação *CISA – Certified Information Systems Auditor* da *ISACA – Information Systems Audit and Control Association*. O programa *CIA* foi lançado pela primeira vez em Portugal em finais de 2003, tendo já cinco colaboradores do Grupo Sonae obtido com sucesso essa certificação, num total de trinta e oito auditores certificados no país. Um grupo de candidatos voluntários tem vindo a preparar-se para obter essa certificação em 2006. O Grupo Sonae conta ainda com um auditor interno com a certificação *CISA*, sendo uma das poucas organizações em Portugal com auditores com esta certificação.

No capítulo respectivo do Relatório de Gestão é apresentada a actividade de Gestão de Risco e Auditoria Interna desenvolvida no exercício de 2005.

1.4. Evolução da Cotação das Acções

Em complemento à apreciação constante do parágrafo sobre o comportamento bolsista do corpo do relatório de gestão explicita-se abaixo a evolução da cotação da acção, identificando os factos mais relevantes e os movimentos na cotação mais significativos ocorridos ao longo do ano.

As acções da Sonae, SGPS, SA estão cotadas no mercado de cotações oficiais da bolsa Portuguesa (Euronext Lisbon), e representam cerca de 5% da carteira que compõe o índice PSI-20.

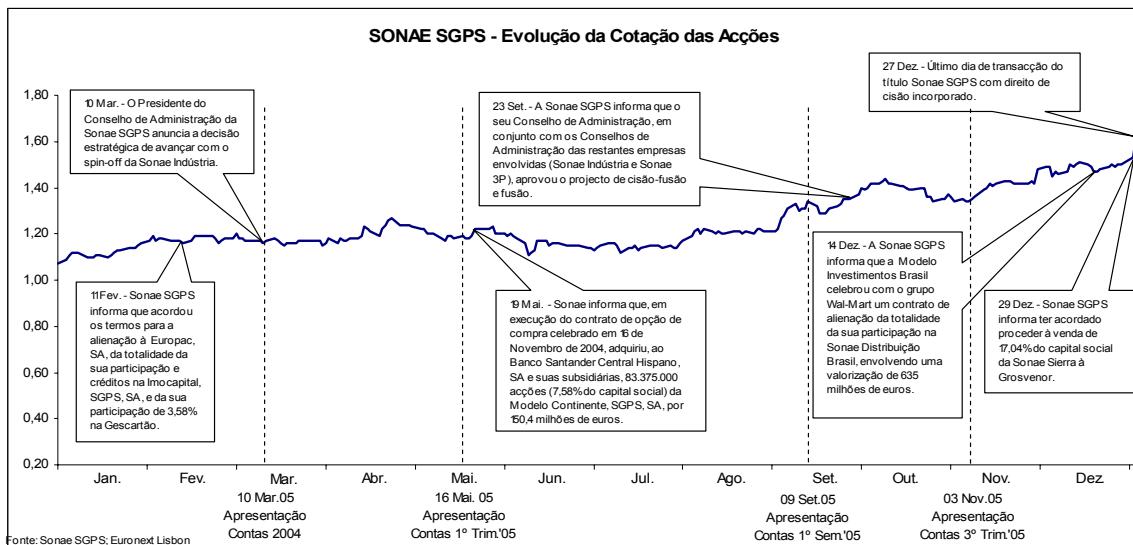
Ficha técnica das acções Sonae, SGPS, SA:

Designação: Sonae, SGPS, SA	Código ISIN: PTSON0AE0001
Entidade emitente: Sonae, SGPS, SA	Símbolo: SON
Data de admissão: 15 de Setembro de 1989	Reuters: SONP.IN
Capital social: 2.000.000.000 €	Bloomberg: SON PL
Quantidade admitida: 2.000.000.000	
Acções próprias: 6,7% ^(a)	

^(a) Em 31 de Dezembro de 2005, a Modelo Continente e a Sonaecom detinham, respectivamente, 50.000 acções e 1.120.074 acções da Sonae, SGPS, SA.

A cotação da acção Sonae, SGPS, SA no final do ano foi de 1,18 euros por acção (1,61 euros se ajustada pelo valor teórico dos direitos de cisão - 0,43 euros), a que corresponde uma valorização nominal de 10,3% (50,8% numa base comparável), que compara com a valorização de 13,4% do índice de referência do mercado accionista nacional (PSI 20).

No último trimestre do ano ocorreram várias transacções de reestruturação do portfolio de negócios da Sonae, que se materializaram em alterações significativas no portfolio do Grupo Sonae. A Sonae Indústria foi cindida, tendo a Sonae mantido uma participação não estratégica de 6,66% nessa sociedade. A Modelo Continente vendeu a sua filial brasileira, Sonae Distribuição Brasil, tendo em consequência cessado a sua actividade no mercado de retalho brasileiro. Finalmente, foi assinado um acordo com a Grosvenor para reforço da parceria existente na Sonae Sierra para o nível de 50% cada sócio. O mercado reagiu positivamente a essas transacções, e a cotação das acções continuou a subir, alcançando o máximo do ano no dia 30 de Dezembro de 2005, nos 1,61 euros por acção, considerando o valor teórico dos direitos de cisão atribuíveis aos accionistas da sociedade. No gráfico seguinte é possível observar a evolução da cotação ao longo de 2005.



Estatísticas das acções Sonae, SGPS, SA:			
	2003	2004	2005
Enquadramento			
Capital social (€)	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções emitidas	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Valor nominal por acção (€)	1,0	1,0	1,0
Resultado Líquido do Exercício atribuível aos accionistas da Sonae (M.€)	114,5	192,1	512,8
Resultado por acção (€)	0,09	0,14	0,27
Dividendo por acção (€)	0,015	0,02	0,025 ^(c)
Cotações			
Cotação de abertura	0,41	0,70	1,07
Cotação máxima	0,71	1,08	1,61 ^(d)
Cotação mínima	0,35	0,70	1,09
Cotação média ^(a)	0,48	0,91	1,25 ^(d)
Cotação de fecho	0,66	1,07	1,61 ^(d)
Valorização/(Desvalorização)	65%	62%	50% ^(d)
Transacções (quantidade diária)			
Quantidade máxima	36.047.956	28.481.901	29.760.076
Quantidade mínima	211.263	315.142	480.556
Quantidade média	3.851.495	5.210.367	5.621.424
Capitalização bolsista ^(b)			
31 Dez. 2005 (€)	1.320.000.000	2.140.000.000	3.220.000.000 ^(d)
Variação	65%	62%	50% ^(d)

^(a) Média ponderada dos valores diários de fecho.

^(b) O cálculo da capitalização bolsista apresentado tem em conta o nº total de acções da Sonae, SGPS, SA.

^(c) Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Anual.

^(d) Cotação de fecho inclui o valor teórico do direito de cisão (0,43 euros) atribuído aos accionistas da Sonae, SGPS, SA.

No ano destacam-se os seguintes factos relevantes e outras comunicações:

- 11 de Fevereiro: Venda da Gescartão;
- 10 de Março: a Sonae, SGPS, SA informa sobre os resultados de 2004 e sobre o pagamento de dividendos;
- 31 de Março: Emissão obrigacionista de 100 milhões de euros com vencimento a 8 anos;
- 26 de Abril: a Sonae, SGPS, SA informa sobre impacto da transição para IFRS;

- 16 de Maio: a Sonae, SGPS, SA comunica os resultados referentes ao primeiro trimestre de 2005;
- 19 de Maio: Aquisição de acções representativas de 7,58% do capital social da Modelo Continente, SGPS, SA ao abrigo da opção de recompra;
- 29 de Julho: Aquisição da Unibroker;
- 09 de Setembro: a Sonae, SGPS, SA comunica os resultados referentes ao primeiro semestre de 2005;
- 23 de Setembro: Aprovação pelo Conselho de Administração da cisão da Sonae Indústria;
- 03 de Novembro: a Sonae, SGPS, SA comunica os resultados consolidados referentes aos primeiros nove meses de 2005;
- 04 de Novembro: Aprovação pela Assembleia Geral da cisão da Sonae Indústria;
- 14 de Dezembro: Venda da Sonae Distribuição Brasil;
- 15 de Dezembro: Assinatura da escritura de cisão da Sonae Indústria;
- 20 de Dezembro: Registo da cisão da Sonae Indústria;
- 29 de Dezembro: Venda de acções representativas de 17,04% do capital social da Sonae Sierra à Grosvenor.

1.5. Distribuição de Dividendos

Os dividendos distribuídos nos últimos anos podem ser resumidos como segue:

	1996	1997	1998	1999	2000 ¹	2001	2002	2003	2004
Dividendo por acção (euros)	0,75	0,75	0,87	0,50	0,024 ²	0	0	0,015	0,02
Dividendos Distribuídos (milhares de euros)	29.180	29.180	34.305	36.447	45.098	0	0	27.987	37.316
Dividend Yield	2,9%	2,0%	2,1%	1,0%	2,0%	0%	0%	1,5%	2,2%
Pay out ratio³	28,3%	48,0%	48,4%	54,5%	17,6%	0%	0%	24,5%	19,4%

1.6. Planos de Atribuição de Acções e Planos de Atribuição de Opções de Aquisição de Acções

A Comissão de Vencimentos (ver 1.9.) aprovou um regulamento que define as condições de atribuição do Prémio de Desempenho Diferido. Este Prémio é discricionário, baseado na evolução da cotação das acções e contém um período de diferimento de três anos entre a data de atribuição e a data de vencimento. A decisão de atribuição do Prémio de Desempenho Diferido é tomada pela Comissão de Nomeação e Remunerações e pela Comissão de Vencimentos, em relação aos Administradores, e pela Comissão Executiva, em relação aos restantes participantes. Os valores atribuídos são calculados em percentagem do Prémio de Desempenho Anual atribuído no mesmo ano de referência. A Compensação Diferida é uma das três componentes da política retributiva da Sonae e tem como objectivos promover a lealdade e aumentar a percepção da relevância do

¹ Em 2000 foi efectuado aumento de capital de 473 milhões de euros para 2.000 milhões de euros.

² Dividendo médio ponderado das acções Sonae e Sonae 2000.

³ Calculado por referência ao resultado líquido consolidado após interesses minoritários.

impacto do desempenho dos participantes no sucesso da Sonae, medido pelo aumento da cotação da acção Sonae.

Os quadros superiores da Sonae são elegíveis para efeito de participação no Plano de Compensação Diferida, desde que admitidos até 31 de Dezembro do ano anterior. Os Prémios de Desempenho Diferidos são atribuídos em Março de cada ano em relação ao desempenho do exercício anterior. O número de acções a atribuir é determinado pelo quociente entre o valor atribuído do Prémio de Desempenho Diferido e o valor da cotação média da acção no mês anterior à data de atribuição. Os quadros podem optar por adquirir a custo zero, três anos após a atribuição, esse número de acções, ou por adquirir ao valor de cotação à data de atribuição, três anos após a atribuição, um número de acções determinado pela aplicação do modelo de *Black-Scholes* ao valor atribuído em euros do Prémio de Desempenho Diferido. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do terceiro ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O direito à compensação diferida caduca com a saída do quadro do Grupo Sonae e mantém-se até ao vencimento no caso de reforma; em caso de morte ou invalidez permanente o plano de compensação diferida é valorizado a preços de mercado e entregue aos herdeiros ou ao quadro.

A Sonae, SGPS, SA, através de uma filial, contratou com a Sonaecom, SGPS, SA a obrigação de entrega de acções desta última aos colaboradores da Sonaecom e suas filiais a quem foram atribuídas acções e opções de aquisição de acções, quando essas obrigações se vençam, como forma de cobertura do risco de flutuação das cotações que a Sonaecom não pode ela própria cobrir, uma vez que não reúne as condições exigidas pelo Código das Sociedades Comerciais para aquisição de acções próprias. No entanto, a responsabilidade pelos planos de atribuição de acções e de atribuição das opções de aquisição das acções continua a pertencer em exclusivo à Sonaecom, SGPS, SA pelo que estão descritos no relatório dessa sociedade.

1.7. Divulgações com Partes Relacionadas

A sociedade não efectuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração.

As transacções com o Fiscal Único decorreram exclusivamente do exercício da sua função, estando os honorários pagos descritos no parágrafo 1.10 abaixo.

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo foram realizadas em condições normais de mercado e fizeram parte da actividade normal da sociedade pelo que não merecem divulgação específica.

1.8. Relações com Investidores

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a sociedade tem como regra informar os seus accionistas e o mercado de capitais em geral dos factos relevantes da sua vida de uma forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

Essa divulgação é efectuada através da publicação na página da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (www.cmvm.pt) e na página da Sociedade na Internet (www.sonae.pt).

Neste último, poderão ser encontrados na página da Comunicação os comunicados emitidos desde 1999 e na página inicial (*home page*) a apresentação institucional, os relatórios e contas, o comunicado de resultados e o relatório ambiental de elaboração mais recente. A informação relativa aos relatórios e contas e aos resultados é actualizada numa base trimestral, sendo a apresentação institucional actualizada semestralmente.

Como forma de permitir uma maior interacção com os accionistas e investidores o sítio inclui, ainda, uma página dedicada aos Investidores, que contém:

- A identificação dos responsáveis pelas relações com os investidores, bem como os endereços para o seu contacto;
- Descrição da performance do título Sonae na Bolsa de Valores Portuguesa;
- Relatórios e Contas Consolidados Anuais, Semestrais e Trimestrais, dos últimos dois anos;
- As apresentações a investidores;
- A convocatória da Assembleia Geral Anual;
- As propostas a apresentar na Assembleia Geral Anual.

A Sonae, SGPS, SA, através do Gabinete de Apoio ao Investidor, integrado na função Relações com Investidores, relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo informação actualizada. Adicionalmente, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da vida da sociedade, por esta já divulgados no formato imposto por lei, que lhe sejam solicitados.

O Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser contactado através de: Telefone: +351 22 940 47 76; Telefax: +351 22 940 46 34; E-mail: investor.relations@sonae.pt, Morada: Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4471-909 Maia. O director do gabinete de apoio ao investidor é o Dr. José Luís dos Santos Lima Amorim, que pode ser contactado através dos mesmos meios.

O Representante para as Relações com o Mercado de Capitais é a Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira (Telefone: +351 22 948 75 22; Telefax: + 351 22 948 77 22; E-mail: investor.relations@sonae.pt).

Os documentos de prestação de contas anuais, semestrais e trimestrais bem como as actualizações semestrais das apresentações institucionais são enviadas por E-mail para todos os accionistas, investidores, analistas, entidades financeiras e jornalistas que, comprovada a sua qualidade, os tenham solicitado.

A sociedade considera que desta forma assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

1.9. Comissão de Remunerações

Nas sociedades emitentes de valores cotados, a Assembleia Geral elege, com a mesma periodicidade dos restantes órgãos sociais, uma Comissão de Vencimentos, que tem como missão fixar as remunerações dos membros dos órgãos de gestão. Na sociedade a Comissão de Vencimentos em funções é composta por dois accionistas, Efanor Investimentos, SGPS, SA e Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SGPS, SA, eleitos em Assembleia Geral nos termos do número dois do artigo vigésimo quinto dos Estatutos da sociedade. Estes accionistas fazem-se representar pelo Professor José Neves Adelino e por Bruno Walter Lehmann, respectivamente, que não são membros do Conselho de Administração.

1.10. Remuneração Anual do Auditor

Os auditores da sociedade são a Deloitte que, em 2005, facturou à sociedade e às suas filiais e associadas o valor total de 3.743 milhares de euros – 3.186 milhares de euros em 2004 - (dos quais 1.700 milhares de euros – 1.122 milhares de euros em 2004 - pagos por filiais estrangeiras). Deste total, 57,8% (64,1% em 2004) respeitaram a serviços de auditoria e revisão legal de contas, 6,4% (2,1%) a outros serviços de garantia de fiabilidade, 18,1% (14,3%) a serviços de consultoria fiscal e 17,7% (19,5%) a outros serviços. Em outros serviços incluem-se a consultoria em recursos humanos (3,7% dos honorários totais) e a consultoria na mudança para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (6,1% dos honorários totais).

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que consideramos estar desta forma assegurada a independência do auditor. A consultoria na mudança para as Normas Internacionais de Relato Financeiro foi efectuada pela equipa de auditoria, atentas as sinergias existentes entre as duas áreas de trabalho.

1.11. Nomeação do Auditor

Em 2005, seis anos após a última nomeação de auditores, a Sonae encetou um processo de consulta para a selecção dos auditores para os anos de 2006 e seguintes. Foram consultadas as quatro maiores sociedades de auditoria (Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers), que apresentaram as suas propostas para auditoria da Sonae e das suas filiais. Os resultados desse processo foram analisados na Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração da Sonae e em órgãos equivalentes nas principais sub holdings, e, após ponderação dos vários factores envolvidos, foi decidido manter a Deloitte como auditor preferencial do Grupo Sonae.

2. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

O contrato da sociedade prevê que apenas poderão participar na Assembleia Geral os accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam, que as tenham inscritas em conta de valores mobiliários escriturais e que façam prova dessa inscrição, através de carta emitida pela respectiva instituição que dê entrada na sociedade, pelo menos, oito dias antes da data da Assembleia.

A cada grupo de mil acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por mil do número de acções que possuam.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por cônjuge, ascendente ou descendente, Administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e data da Assembleia. As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Enquanto a sociedade for considerada sociedade com o capital aberto ao investimento do público, os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais. Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista. A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites. Até ao presente os accionistas não têm usado esta faculdade. Não existe um modelo específico de voto por correspondência.

Não está consagrada no contrato da sociedade a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

São colocados à disposição dos senhores accionistas, na sede social e no sítio da sociedade na Internet, no prazo legal, as propostas a submeter à Assembleia Geral de Accionistas, acompanhadas dos relatórios, documentos e demais elementos de informação preparatória que legalmente as devem acompanhar.

3. Regras Societárias

3.1. Códigos de Conduta e Regulamentos Internos

Os valores e princípios da Sonae são profusamente difundidos e estão profundamente enraizados na cultura dos seus colaboradores. Os principais vectores são a cultura empresarial (liderança, disponibilidade para a mudança, lealdade e rigor, transparéncia), a responsabilidade com os colaboradores (igualdade no tratamento, desenvolvimento profissional, segurança), a responsabilidade social (consciência ambiental, consciência social, abertura à sociedade, confiança e ética) e a independência face ao poder político. A qualidade de sociedade aberta induz naturalmente uma redobrada atenção ao cumprimento dos deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da sociedade em situações de conflitos de interesses.

Os valores e princípios da Sonae podem ser consultados no sítio da sociedade na Internet.

Em 16 de Janeiro de 2004, a Sonae subscreveu a *Global Compact*, uma iniciativa lançada pelas Nações Unidas em 26 de Julho de 2000. Os nossos valores e a prática diária estão em sintonia com os dez princípios de responsabilidade social corporativa aprovados por um enorme leque de instituições um pouco por todo o Mundo. O Grupo Sonae pratica o respeito pelos direitos humanos em todos os actos e assegura que não são tolerados abusos dos direitos humanos na organização, partilhando estes objectivos com os parceiros de negócio. Os nossos negócios não utilizam nenhuma forma de trabalho forçado ou obrigatório, não utilizam trabalho infantil e não praticam qualquer forma de discriminação no trabalho. Respeitamos a liberdade de associação dos nossos colaboradores e reconhecemos o direito à contratação colectiva, que é a norma em alguns dos nossos negócios. O Grupo Sonae sempre foi pró activo na implementação das melhores práticas ambientais, confirmado pelo reconhecimento internacional que decorre da obtenção de certificação ambiental na maior parte dos negócios. Por último, a Sonae sempre combateu qualquer forma de corrupção, activa ou passiva.

O Grupo Sonae sempre disponibilizou, através da sua página na Internet (www.sonae.pt), o acesso directo, quer de colaboradores quer do público em geral, ao Provedor do Grupo Sonae, o qual reporta directamente ao Presidente do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA. O tempo tem demonstrado que este é um meio eficaz de comunicação de reclamações, que são objecto de análise por um director da Sonae, SGPS, SA para garantir a independência e a liberdade de opinião e o tratamento equitativo e justo das reclamações. Em todos os negócios os colaboradores são encorajados a contribuir com sugestões e a comunicar aos gestores todas as situações que possam afectar a sua actividade ou que possam contribuir para o seu bem-estar.

3.2. Gestão de Risco

Conforme mencionado no parágrafo 1.1. acima, uma das direcções funcionais da Sonae, SGPS, SA é a Direcção de Auditoria Interna e Gestão de Risco. Esta direcção existe também nos negócios de maior dimensão.

Conforme referido no parágrafo sobre Gestão de Risco e Auditoria Interna do relatório de gestão, esta direcção acompanhou e promoveu o desenvolvimento de actividades sistemáticas e estruturadas de gestão dos riscos dos processos de negócio, devidamente integradas no ciclo de planeamento operacional e estratégico dos negócios das empresas do Grupo.

Na gestão estratégica e corrente da sociedade e das suas filiais, estas adoptam activamente políticas de controlo de risco nas diversas vertentes dos seus negócios. Para o efeito, os departamentos de Auditoria Interna e Gestão de Risco acompanham e promovem, de forma sistemática, práticas correntes de gestão e cobertura do risco.

O Grupo, está exposto a uma diversidade de riscos financeiros dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, cambial de transacção e de conversão, de liquidez, de contraparte e de crédito, exposição ao preço dos *commodities* e das matérias primas e aos riscos de flutuação dos mercados financeiros de dívida e de capital. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros. A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora e prudente, utilizando por vezes instrumentos derivados para *hedging* de determinados riscos, desde que relacionados com a actividade normal da empresa, não tomando posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que não estejam relacionados com a sua actividade corrente.

3.3. Limites ao Exercício dos Direitos de Voto ou à Transmissibilidade de Acções, Acordos Parassociais e Direitos Especiais de Accionistas

Para além do número de acções a que corresponde um voto e das obrigações de representação dos accionistas, mencionadas no parágrafo 2 acima, não existem limitações ao exercício do direito de voto.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de direitos especiais ou acordos parassociais que envolvam accionistas da sociedade.

A sociedade não adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

4. Órgão de Administração

4.1. Caracterização

O Conselho de Administração é composto por 9 membros, sendo 4 Administradores Não-Executivos, dos quais 3 são Independentes. O Conselho de Administração actualmente em funções foi eleito nas Assembleias Gerais de Accionistas de 31 de Março de 2003 (os Administradores Executivos) e de 31 de Março de 2004 (os Administradores Não-Executivos). O mandato deste Conselho de Administração é de quatro anos. Os Administradores foram eleitos em lista única, não tendo sido apresentada lista alternativa por nenhum dos accionistas.

Os membros actuais do Conselho de Administração são:

		Executivo	Não Executivo	Independente ⁴
Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente	X		
Álvaro Carmona e Costa Portela		X		
Álvaro Cuervo Garcia			X	X
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	CFO	X		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo		X		
Luíz Felipe Palmeira Lampreia			X	X
Michel Marie Bon			X	X
Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão		X		
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo			X	

e foram eleitos como segue:

	Primeira Nomeação	Fim do Mandato
Belmiro Mendes de Azevedo	1989	2006
Álvaro Carmona e Costa Portela	1999	2006
Álvaro Cuervo Garcia	2004	2006
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	2000	2006
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	2000	2006
Luíz Felipe Palmeira Lampreia	2004	2006
Michel Marie Bon	2004	2006
Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão	1999	2006
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo	2004	2006

A lista das principais sociedades onde cada Administrador exerce funções é apresentada no parágrafo 4.3. deste relatório. No mesmo parágrafo estão incluídos *curricula vitae* resumidos de cada Administrador, bem como o número de acções, da Sonae, SGPS, SA ou de qualquer das suas filiais, por eles detidas em 31 de Dezembro de 2005.

Os Administradores Não-Executivos são possuidores de vasta experiência no mundo dos negócios, finanças, universitário e político e exercem uma influência significativa no processo de decisão da sociedade e na definição da sua estratégia.

O Conselho de Administração reúne pelo menos quatro vezes por ano. Qualquer reunião só terá quórum se estiver presente ou representada a maioria dos membros. Todos os Administradores têm o mesmo direito de voto e as decisões são tomadas por maioria simples dos votos emitidos. Os membros do Conselho de Administração têm as obrigações expressas na Lei Portuguesa. Durante 2005, o Conselho reuniu 7 vezes, contando com a presença de todos os Administradores em duas das reuniões, em três das reuniões três membros não puderam estar presentes tendo sido devidamente representados pelo Presidente do Conselho de Administração e numa reunião não

⁴ Membro independente nos termos do Regulamento n.º 10/2005 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

puderam estar presentes cinco membros, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, que foram representados por outro Administrador. As actas correspondentes estão registadas no respectivo livro de actas. O Conselho de Administração recebe a informação sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos com pelo menos 48 horas de antecedência em relação à data de cada reunião.

A composição actual da Comissão Executiva é a seguinte:

- Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)
- Álvaro Carmona e Costa Portela
- Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
- Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão.

À Comissão Executiva foram conferidos todos os poderes de gestão corrente da sociedade, com exclusão dos seguintes:

- a) eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- b) cooptação de Administradores;
- c) pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) aprovação do relatório e contas anuais;
- e) prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade;
- f) deliberação da mudança de sede ou de aumento de capital social;
- g) deliberação sobre projectos de fusão, cisão ou transformação da sociedade;
- h) aprovação da estratégia de configuração do portfolio de negócios;
- i) aprovação do plano financeiro e quaisquer alterações significativas a esse plano.

As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria simples dos votos emitidos. Presentemente, a Comissão Executiva reúne pelo menos uma vez por mês. Em 2005, a Comissão Executiva reuniu 13 vezes, contando com a presença de todos os seus membros. As actas correspondentes estão registadas no respectivo livro de actas. A Comissão Executiva recebe a informação sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos com pelo menos 48 horas de antecedência em relação à data de cada reunião.

De forma a assegurar que o Conselho de Administração se mantém a par das resoluções da Comissão Executiva, as decisões mais significativas são extraídas do livro de actas, de forma sistemática, e remetidas por escrito ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deliberou constituir uma Comissão de Auditoria e Finanças composta pelos Administradores Não-Executivos:

- Michel Marie Bon (Presidente) (Independente)
- Álvaro Cuervo Garcia (Independente)
- Luíz Felipe Palmeira Lampreia (Independente)
- Nuno Miguel Teixeira de Azevedo.

A Comissão de Auditoria e Finanças reuniu 4 vezes em 2005. Dentre os seus poderes e responsabilidades destacam-se a monitorização e revisão dos processos de reporte financeiro e das políticas contabilísticas adoptadas pela sociedade, a avaliação dos riscos associados à actividade da Sociedade e a supervisão do Governo da Sociedade. A Comissão de Auditoria e Finanças reúne directamente com o Auditor Externo e com o responsável pela Auditoria Interna.

O Conselho de Administração deliberou também constituir uma Comissão de Nomeação e Remunerações composta pelos Administradores:

- Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)
- Luíz Felipe Palmeira Lampreia (Independente)
- Michel Marie Bon (independente).

A Comissão de Nomeação e Remunerações reuniu uma vez em 2005. É responsável por supervisionar a preparação das propostas de remuneração dos Administradores Executivos e Não-Executivos e coordena a sua apresentação à Comissão de Vencimentos.

Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos Administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que na generalidade dos casos os Administradores da sociedade exercem funções de gestão nas sociedades pertencentes à mesma subholding, entendida como unidade homogénea do portfolio de negócios.

4.2. Remunerações

No exercício de 2005, os membros do Conselho de Administração remunerados pela sociedade ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo auferiram as seguintes remunerações:

Valor em euros	Remuneração Fixa	Prémio de Desempenho	Total 2005	Total 2004
Repartição individual				
Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	689.288	560.840	1.270.128	1.270.258
Média dos restantes 4 Administradores Executivos	392.522	447.095	839.617	796.597
Média dos 4 Administradores Não-Executivos	54.056	-	54.056	27.986
Agregado				
Administradores Executivos (5)	2.259.377	2.369.221	4.628.598	4.456.646
Administradores Não-Executivos (4)	216.223	-	216.223	111.942
	2.475.600	2.369.221	4.844.821	4.568.588

O prémio de desempenho é indexado à evolução de um conjunto de indicadores financeiros que da melhor forma permitem o alinhamento dos interesses dos Administradores Executivos com os interesses da Sociedade e dos seus accionistas. Metade desse prémio tem carácter diferido (ver 1.6.) e apenas será liquido 3 anos após a sua atribuição, podendo ser majorado ou minorado em função da evolução das cotações. Não foram pagas indemnizações a Administradores, nem existem planos de complemento de reforma ou de reforma antecipada.

De notar que parte das remunerações supra referidas são igualmente mencionadas nos relatórios sobre o Governo da Sociedade das filiais no caso dos Administradores da Sonae, SGPS, SA que também exercem funções nos Conselhos de Administração dessas sociedades.

O Conselho de Administração considera que a informação sobre as suas remunerações, prestada acima, é suficientemente extensiva e que a prestação dessa informação numa base individual, recomendada pela CMVM, se traduz num requisito excessivo de acordo com os princípios gerais que regem os deveres de informação, porque de utilidade marginal para o interesse dos accionistas.

4.3. Informação Adicional sobre Administradores

Belmiro Mendes de Azevedo

Curriculum Vitae

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Marco de Canaveses
CASADO

DATA DE NASCIMENTO: 17-02-1938
FILHOS: 3

CURRICULUM ACADÉMICO

1963	Licenciado em Engenharia Química Industrial (FEUP)
1973	PMD (Programme for Management Development) - Harvard Business School
1985	Financial Management Programme - Stanford University
1987	Strategic Management - Wharton University

CURRICULUM PROFISSIONAL

1963-1964	Técnico na Indústria Têxtil
1965-1967	Director de Investigação e Desenvolvimento da Sonae
1967-1984	Director-Geral e Administrador Delegado da Sonae
1985-1988	Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria e Investimentos, SA
1989-1999	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA
Desde 1999	Presidente do Conselho de Administração da Sonae SGPS, SA

OUTROS CARGOS

Membro do European Union Hong-Kong Business Cooperation Committee
Membro do International Advisory Board da Allianz AG
Membro do Harvard Business School European Advisory Board
Membro da Direcção da Cotec – Portugal
Membro do European Round Table of Industrialists
Membro fundador do Manufuture Portugal Forum

DISTINÇÕES

“Grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique” outorgada por Sua Excelência o Presidente da República de Portugal
“Encomienda de Numero de la Orden del Mérito Civil” outorgada por Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos de Espanha.
“Ordem do Cruzeiro do Sul” outorgada por Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil
Honorary Fellow da London Business School

Acções detidas em empresas do Grupo⁵

Sonae, SGPS, SA – 14.901 acções
Sonaecom, SGPS, SA – 75.537 acções

Cargos exercidos em outras sociedades⁶

Presidente do Conselho de Administração de:

Sonae Indústria, SGPS, SA
Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae Sierra, SGPS, SA
Sonaecom, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Efanor Investimentos, SGPS, SA
Tableros de Fibras, SA

⁵ Acções detidas directamente ou por familiares.

⁶ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

Álvaro Carmona e Costa Portela

Curriculum Vitae

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Porto
CASADO

DATA DE NASCIMENTO: 04-07-1951
FILHOS: 3

CURRICULUM ACADÉMICO

1974 Licenciado em Engenharia Mecânica (FEUP)
1983 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (Universidade Nova de Lisboa)
1997 AMP / ISMP - Harvard Business School

CURRICULUM PROFISSIONAL

1972-1976 Director de Laboratórios BIAL (Indústria Farmacêutica)
1974-1977 Assistente do Departamento de Mecânica (FEUP)
1976-1979 Presidente da Direcção da Laboratórios BIAL (Indústria Farmacêutica)
1979-1985 Administrador com responsabilidades nas áreas Financeira, Planeamento e Exportação da COPAM - Companhia Portuguesa de Amidos, SA (Indústria de Amidos) e várias empresas afiliadas
1985-1986 Director Geral Adjunto e posteriormente Director Geral da Módis (Logística e Compras na Sonae Distribuição)
1986-1991 Administrador, posteriormente Presidente da Comissão Executiva e posteriormente Presidente do Conselho de Administração da Sonae Distribuição, SGPS, SA
Desde 1990 Presidente da Comissão Executiva da Sonae Sierra, SGPS, SA
Desde 1999 Vice-presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA

OUTROS CARGOS

1999-2002 Co-fundador e Administrador da EPRA- European Public Real Estate Association
1996-2001 Membro do ICSC Europe Jury Award
Desde 2004 *Trustee* do European Shopping Centre Trust
Desde 2004 Membro do Eurohypo International Advisory Board
Desde 2005 *Trustee* do International Council of Shopping Centres

Acções detidas em empresas do Grupo⁷

Sonae, SGPS, SA – 25.934 acções
Sonaecom, SGPS, SA – 5.000 acções

⁷ Acções detidas directamente ou por familiares.

Cargos exercidos em outras sociedades⁸

Membro do Conselho de Administração de:

Sonae Sierra, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonae Sierra, SGPS, SA (listadas nas Notas 4 a 7 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados).

Álvaro Cuervo García

Curriculum Vitae

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Asturias, Espanha
CASADO

DATA DE NASCIMENTO: 30-05-1942
FILHOS: 4

CURRICULUM ACADÉMICO

1971 Doutoramento em Economia – Universidade de Madrid
1973 Mestrado em Estatística – Universidade de Madrid
1975 Mestrado em Psicologia Industrial – Universidade de Madrid

CURRICULUM PROFISSIONAL

Professor de Economia Empresarial na Universidad Complutense de Madrid
Membro do Conselho Académico do Real Colegio Complutense da Universidade de Harvard
Membro do Conselho Consultivo de Privatizações do Governo Espanhol
Membro do Conselho de Administração da ACS, SA
Membro do Conselho de Administração da ThyssenKrupp, SA (Espanha)
Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA, da Sonae Indústria, SGPS, SA e Vice-Presidente da Tafisa

OUTROS CARGOS

Editor Chefe da Revista Universia Business
Autor de vários livros e inúmeros artigos em revistas e jornais Espanhóis e estrangeiros
Membro do Conselho Científico e Consultivo de vários jornais e revistas

⁸ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

DISTINÇÕES

Prémio Rey Jaime I em Economia
Prémio Infanta Cristina em Economia
Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Oviedo
Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Leon

Acções detidas em empresas do Grupo⁹

Não detém quaisquer acções em empresas do Grupo Sonae

Cargos exercidos em outras sociedades¹⁰

Membro do Conselho de Administração de:

Sonae Indústria, SGPS, SA
Tableros de Fibras, SA
ACS, SA
BA – Fábrica de Vidrio, SA
Thyssen Krupp, SA

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Curriculum Vitae

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Vila Nova de Gaia
CASADO

DATA DE NASCIMENTO: 14-09-1959
FILHOS: 4

CURRICULUM ACADÉMICO

1982 Licenciado em Engenharia Civil (FEUP)
1988 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE)

CURRÍCULUM PROFISSIONAL

1982-1984 Projectista de Estruturas na Tecnopor
1984-1989 Técnico Superior na EDP (Energia)
1989-1991 Director do Projecto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação
1991-1994 Director de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos, SGPS, SA
Desde 1994 Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, SA (Retailho)

⁹ Accções detidas directamente ou por familiares.

¹⁰ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

Desde 1996	CFO da Sonae Distribuição, SGPS, SA e Administrador da Modelo Continente, SGPS, SA e de várias das suas filiais (Retalho)
Desde 2000	Vice-Presidente Executivo e CFO da Sonae, SGPS, SA, Administrador da Sonae Sierra, SGPS, SA, Administrador Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA e Presidente da Comissão de Finanças da Sonae, SGPS, SA

OUTROS CARGOS

Desde 1989	Membro dos órgãos sociais da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial) Professor convidado do Instituto Superior de Estudos Empresariais
------------	---

Acções detidas em empresas do Grupo¹¹

Sonae, SGPS, SA – 4,564 acções
Sonaecom, SGPS, SA – 60,070 acções

Cargos exercidos em outras sociedades¹²

Membro do Conselho de Administração de:

Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae Sierra, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Turismo, SGPS, SA
Sonae Investments BV

Membro do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Modelo Continente, SGPS, SA, pela Sonae Capital, SGPS, SA e pela Sonae Turismo, SGPS, SA (listadas nas Notas 4 a 7 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados).

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Curriculum Vitae

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Porto
CASADO

DATA DE NASCIMENTO: 31-12-1965
FILHOS: 3

¹¹ Acções detidas directamente ou por familiares.

¹² Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

CURRICULUM ACADÉMICO

1986	Licenciatura em Engenharia Química - Ecole Polytechnique Féderale de Lausanne
1989	Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE)
1994	Executive Retailing Program - Babson College
1996	Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School
2002	IMD - Breakthrough Program for Senior Executives - Lausanne

CURRICULUM PROFISSIONAL

1988-1990	Analista e Director de Projectos de investimento na Sonae Tecnologias de Informação
1990-1993	Director de Projectos de Desenvolvimento Organizativo e Director Comercial de Novos Negócios na Sonae Indústria (Painéis Derivados de Madeira)
1993-1996	Director de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos, SGPS, SA
1996-1998	Administrador da Modelo Continente Hipermercados. (Retalho)
1998-2000	Presidente da Comissão Executiva da Optimus (Operador de Telecomunicações Móveis).
Desde 2000	Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA e Vice-Presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA

OUTROS CARGOS

Desde 1988	Membro da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)
Desde 2000	Membro Fundador da EGP (Escola de Gestão do Porto)
2001-2002	Presidente da Apritel (Associação dos Operadores de Telecomunicações)
2003	co-autor do livro “Reformar Portugal”
Desde 2004	Membro Grupo Consultivo “Compromisso Portugal”

Acções detidas em empresas do Grupo¹³

Sonae, SGPS, SA – 360.591 acções
Sonaecom, SGPS, SA – 315.795 acções

Cargos exercidos em outras sociedades¹⁴

Membro do Conselho de Administração de:

Sonae Indústria, SGPS, SA
Modelo Continente, SGPS, SA
Sonaecom, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Efanor Investimentos, SGPS, SA
Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SGPS, SA

¹³ Acções detidas directamente ou por familiares.

¹⁴ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonaecom, SGPS, SA (listadas nas Notas 4 a 7 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados).

Luíz Felipe Palmeira Lampreia

Curriculum Vitae

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Rio de Janeiro, Brasil
DIVORCIADO

DATA DE NASCIMENTO: 19-10-1941
FILHOS: 3

CURRICULUM ACADÉMICO

1963 Licenciado pelo Instituto Rio Branco (Academia Diplomática do Brasil)

CURRICULUM PROFISSIONAL

1963-1995	Diplomata em serviço:
1966-1971	Na Missão Brasileira junto das Nações Unidas em Nova Iorque e Genebra
1979-1983	Vice-Embaixador em Washington
1983-1985	Embaixador no Suriname
1990-1992	Embaixador em Portugal
1993-1995	Embaixador junto do GATT/WTO em Genebra
1988-1990	Sub-Secretário dos Assuntos Políticos
1992-1993	Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros
1995-2001	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Actualmente	Administrador Não-Executivo da Sonae, SGPS, SA e da Partex (Brasil)
Actualmente	Administrador da Sousa Cruz (Grupo BAT)
Actualmente	Membro do Conselho de Supervisão da Novartis Brasil e do Banque Calyon Brasil
Actualmente	Membro do International Advisory Board da Coca Cola, da Unilever (America Latina) e de Kissinger, McLarty and Associates
Actualmente	Assessor da Bracelpa (Associação Brasileira dos Industriais de Pasta e Papel)

OUTROS CARGOS

Actualmente Membro do International Advisory Board of the Council on Foreign Relations (New York)
Actualmente Membro do Inter American Dialogue
Actualmente Vice-Presidente do Centro de Relações Externas do Brasil

DISTINÇÕES

Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito - Brasil
Grã Cruz da Ordem do Rio Branco - Brasil
Grã Cruz da Ordem de Cristo - Portugal
Grã Cruz da Ordem de Santiago - Portugal
Grand Officier de la Legion d'Honneur - França

Acções detidas em empresas do Grupo¹⁵

Sonae, SGPS, SA – 10.000 acções

Cargos exercidos em outras sociedades¹⁶

Membro do Conselho de Administração da Sousa Cruz SA (filial brasileira da BAT)

Membro do Conselho Consultivo de:

Unilever PLC
The Coca-Cola Company
Kissinger McLarty Associates
Calyon Investment Bank
Novartis do Brasil

Administrador da Partex Brasil

Vice-Presidente do Conselho de Administração de CEBRI

Michel Marie Bon

Curriculum Vitae

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Grenoble, França
CASADO

DATA DE NASCIMENTO: 05-07-1943
FILHOS: 4

CURRICULUM ACADÉMICO

1966	Licenciado em Gestão de Empresas - ESSEC
1971	Licenciado pela Ecole National d'Administration
1986	Strategic Management Programme - Stanford University

¹⁵ Acções detidas directamente ou por familiares.

¹⁶ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

CURRICULUM PROFISSIONAL

1971-1975	Inspector de Finanças no Ministério das Finanças e do Orçamento em França
1975-1985	Director Geral de Crédito e posteriormente Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caisse Nationale de Crédit Agricole (Banco)
1985-1992	Vice-Presidente, posteriormente Presidente da Comissão Executiva e Presidente do Conselho de Administração do Carrefour (Retalho)
1993-1995	Presidente da Agence Nationale Pour l'Emploi (Agência Nacional para o Emprego em França).
1995-2002	Presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da France Telecom.
2003-2005	Presidente do Institut Pasteur
Actualmente	Presidente do Conselho de Supervisão de Editions du Cerf (Editor)
Actualmente	Administrador da Lafarge (Cimentos), Banque Transatlantique (Banco), Sonepar (Retalho de artigos eléctricos)
Actualmente	Administrador Não-Executivo da Sonae, SGPS, SA e da Emertec (Alta Tecnologia)
Actualmente	Membro do European Advisory Board da Coca Cola, do Conseil d'Orientation Stratégique de RATP, e dos Supervisory Boards da Stratorg e da Permira
Actualmente	Assessor Senior da Dôme Close Brothers (Banco de Investimento) e da Permira (Fundo de Investimento)

OUTROS CARGOS

1991-2002	Presidente da ESSEC (Escola de Gestão)
1998-2002	Co-Presidente do French American Business Council
Actualmente	Director da French American Foundation
Actualmente	Fundador e Director da Transparency International (França)
Actualmente	Director do Institute Catholique de Paris
Actualmente	Director do Institut Pierre Mendès France
Actualmente	Director da International Dominican Foundation
Actualmente	Membro do Advisory Board of the International Federation of Red Cross and Red Crescent

DISTINÇÕES

Officier de la Légion d'Honneur (França)
Quatro Nomeações como Gestor do Ano.
Houghton Award da French American Foundation
Stratégies - Homem do Ano 2001

Acções detidas em empresas do Grupo¹⁷

Sonae, SGPS, SA – 29.563 acções

¹⁷ Acções detidas directamente ou por familiares.

Cargos exercidos em outras sociedades¹⁸

Consultor Séniior da Dôme Close Brothers
Consultor Séniior da Permira
Presidente do Conselho de Supervisão de Les Editions du Cerf

Membro do Conselho de Administração de:

Esmertec
Banque Transatlantique
Lafarge
Sonepar
Devoteam (Administrador sem direito de voto)
Asterope (Administrador sem direito de voto)

Membro do Conselho Consultivo de:

Coca Cola Europe
RATP
Stratorg
Permira

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Curriculum Vitae

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Lisboa
CASADO

DATA DE NASCIMENTO: 27-04-1956
FILHOS: 4

CURRICULUM ACADÉMICO

1978 Licenciado em Economia – ISCTE (Lisbon University)

CURRÍCULUM PROFISSIONAL

1984-1986	Director de Operações do Pingo Doce Supermercados (Retalho)
1986-1987	Director do Hipermercado Continente da Amadora (Retalho)
1988-1989	Director Geral da Modelo Continente (Retalho)
Desde 1990	Administrador da Modelo Continente Hipermercados, SA (Retalho)
Desde 1991	Presidente do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA e de várias das suas filiais (Retalho)
Desde 2000	Vice-Presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA

¹⁸ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

Acções detidas em empresas do Grupo¹⁹

Não detém quaisquer acções em empresas do Grupo Sonae

Cargos exercidos em outras sociedades²⁰

Membro do Conselho de Administração de:

Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Turismo, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Modelo Continente, SGPS, SA e pela Sonae Turismo, SGPS, SA (listadas nas Notas 4 a 7 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados).

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

DADOS PESSOAIS

NATURALIDADE: Porto
CASADO

DATA DE NASCIMENTO: 11-09-1964
FILHOS: 2

CURRICULUM ACADÉMICO

1989	Licenciado em Ciências Políticas – Relações Internacionais – Université Catholique de Louvain, Bélgica
1996	Diplôme d'Etudes Spécialisé en Sciences Politiques et Relations Internationales - Université Catholique de Louvain, Bélgica

CURRICULUM PROFISSIONAL

1990-1991	Director de Projectos na Sonae Investimentos
1991-1993	Director de Desenvolvimento na Módis (Retalho)
1993-1995	Director Comercial na Modelo Continente, SGPS, SA (Retalho)
1996-2000	Administrador na Sonae Imobiliária, SGPS, SA (Centros Comerciais) e na Sonae Retalho Especializado, SGPS, SA (Retalho)
2002-2003	Administrador na Sonae Indústria, SGPS, SA, Presidente dos Conselhos de Administração da Glunz AG, da Isoroy e da Tafisa UK (Painéis Derivados de Madeira)
Desde 2000	Administrador na Efanor Investimentos, SGPS, SA
Desde 2004	Administrador Não-Executivo da Sonae, SGPS, SA

¹⁹ Acções detidas directamente ou por familiares.

²⁰ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

OUTROS CARGOS

2001-2002	Membro do Conselho de Administração da Sociedade Porto 2001
Desde 2000	Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal África
Desde 2001	Membro do Conselho de Administração da Fundação de Serralves
Desde 2006	Administrador Delegado da Fundação Casa da Música

Acções detidas em empresas do Grupo²¹

Sonae, SGPS, SA – 14.320 accções

Cargos exercidos em outras sociedades²²

Membro do Conselho de Administração de:

Efanor Investimentos, SGPS, SA
Efanor – Serviços de Gestão, SA
Imparfin, SGPS, SA
Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA
Total Share, SGPS, SA
Fundação de Serralves
Fundação Portugal-África

Administrador Delegado da Fundação Casa da Música

Maia, 9 de Março de 2005

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Álvaro Cuervo Garcia

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Luíz Felipe Palmeira Lampreia

Michel Marie Bon

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

²¹ Acções detidas directamente ou por familiares.

²² Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

31 DEZEMBRO 2005

SONAE SGPS SA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	IFRS		POC	
		31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004	31.12.2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:					
Imobilizações corpóreas	9	1.908.134.473	1.668.054.170	3.117.350.680	4.392.690.148
Imobilizações incorpóreas	10	321.545.423	323.042.457	335.329.371	308.161.998
Propriedades de investimento	11	1.232.476.111	991.964.176	1.983.931.383	-
Propriedades de investimento em desenvolvimento	11	124.944.974	121.652.519	220.915.032	-
Diferenças de consolidação	12	245.578.246	204.885.077	453.242.056	-
Investimentos	13	157.628.576	140.479.618	106.235.352	347.102.653
Impostos diferidos activos	20	108.484.039	111.693.044	216.951.425	-
Outros activos não correntes	14	35.739.020	101.446.654	111.497.267	89.019.748
Total de activos não correntes		<u>4.134.530.862</u>	<u>3.663.217.715</u>	<u>6.545.452.566</u>	<u>5.136.974.547</u>
ACTIVOS CORRENTES:					
Existências	15	460.480.885	401.922.326	673.858.951	672.703.272
Clientes	16	244.825.275	247.670.429	346.832.913	372.166.381
Outras dívidas de terceiros	17	390.664.051	1.133.412.911	263.535.397	250.597.654
Estado e outros entes públicos	18	87.636.005	66.093.512	116.962.237	117.766.514
Outros activos correntes	19	65.576.093	61.305.807	75.176.481	482.003.620
Investimentos detidos para negociação	13	10.681.441	87.385.297	89.558.911	182.274.470
Caixa e equivalentes de caixa	21	912.294.316	318.683.582	486.213.442	340.808.878
Total de activos correntes		<u>2.172.158.066</u>	<u>2.316.473.864</u>	<u>2.052.138.332</u>	<u>2.418.320.789</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>6.306.688.928</u>	<u>5.979.691.579</u>	<u>8.597.590.898</u>	<u>7.555.295.336</u>
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO:					
Capital social	22	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções Próprias	22	(143.630.520)	(144.537.597)	(144.537.597)	(144.537.597)
Reservas Legais		152.721.161	152.113.582	152.113.582	152.113.582
Reservas e resultados transitados		(1.381.170.752)	(1.283.763.104)	(1.186.197.504)	(1.517.542.647)
Resultado líquido do exercício atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		<u>512.803.285</u>	<u>256.153.737</u>	<u>283.521.010</u>	<u>192.060.205</u>
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		<u>1.140.723.174</u>	<u>979.966.618</u>	<u>1.104.899.491</u>	<u>682.093.543</u>
Interesses Minoritários	23	<u>394.707.612</u>	<u>343.277.473</u>	<u>785.515.290</u>	<u>527.771.715</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>1.535.430.786</u>	<u>1.323.244.091</u>	<u>1.890.414.781</u>	<u>1.209.865.258</u>
PASSIVO:					
PASSIVO NÃO CORRENTE:					
Empréstimos bancários de longo prazo	24	892.835.901	1.080.699.022	1.825.940.672	1.637.272.448
Empréstimos obrigacionistas	24	910.949.438	343.731.926	431.782.099	441.639.370
Credores por locações financeiras	25	36.194.019	35.645.578	40.779.698	-
Outros empréstimos	24	8.646.784	143.187.100	149.279.803	141.474.678
Outros passivos não correntes	27	586.412.836	733.370.005	940.739.878	827.530.423
Impostos diferidos passivos	20	238.184.261	193.050.559	388.090.849	-
Provisões	32	54.477.919	28.627.515	57.189.153	-
Total de passivos não correntes		<u>2.727.701.158</u>	<u>2.558.311.705</u>	<u>3.833.802.152</u>	<u>3.047.916.919</u>
PASSIVO CORRENTE:					
Empréstimos bancários de curto prazo	24	591.695.025	612.961.777	799.223.363	767.636.227
Empréstimos obrigacionistas	24	89.725.193	5.899.682	35.078.955	31.501.345
Credores por locações financeiras	25	11.030.610	7.586.931	11.439.067	-
Outros empréstimos	24	2.041.697	89.301.090	103.919.603	6.186.993
Fornecedores	29	808.680.981	783.443.448	1.098.881.938	1.096.363.390
Outras dívidas a terceiros	30	195.245.950	285.018.683	345.404.916	343.372.969
Estado e outros entes públicos	18	69.814.568	62.711.863	100.032.108	101.679.672
Outros passivos correntes	31	273.037.977	247.485.525	365.456.166	802.731.147
Provisões	32	2.284.983	3.726.784	13.937.849	148.041.416
Total de passivos correntes		<u>2.043.556.984</u>	<u>2.098.135.783</u>	<u>2.873.373.965</u>	<u>3.297.513.159</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>6.306.688.928</u>	<u>5.979.691.579</u>	<u>8.597.590.898</u>	<u>7.555.295.336</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

Notas	IFRS			IFRS			POC 31.12.2004
	31.12.2005		Total Acumulado	31.12.2004		Total Acumulado	
	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total Acumulado	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total	
Proveitos operacionais:							
Vendas	35	2.998.752.426	2.186.260.613	5.185.013.039	2.900.743.444	2.413.463.675	5.314.207.119
Prestações de serviços	35	1.214.419.634	(6.918.399)	1.207.501.235	1.157.457.954	(7.374.509)	1.150.083.445
Variação de valor das propriedades de investimento	36	194.071.914	-	194.071.914	111.451.062	-	111.451.062
Outros proveitos operacionais	37	477.347.724	110.429.155	587.776.879	345.985.774	98.673.201	444.658.975
Total de proveitos operacionais		4.884.591.698	2.289.771.369	7.174.363.067	4.515.638.234	2.504.762.367	7.020.400.601
Custos operacionais							
Custo das vendas	15	(2.366.396.352)	(1.371.457.460)	(3.737.853.812)	(2.254.908.129)	(1.389.170.575)	(3.644.078.704)
Variação da produção		1.215.961	3.535.060	4.751.021	1.814.151	(10.005.809)	(8.191.657)
Fornecimentos e serviços externos	38	(1.115.193.991)	(404.381.357)	(1.519.575.348)	(989.600.800)	(481.399.858)	(1.471.000.658)
Custos com o pessoal	39	(559.775.492)	(264.598.499)	(824.373.991)	(508.305.008)	(310.367.254)	(818.672.262)
Amortizações e depreciações	9, 10	(212.363.940)	(96.988.101)	(309.352.041)	(199.385.125)	(127.202.967)	(326.588.092)
Provisões e perdas por imparidade	32	(18.239.171)	(12.890.385)	(31.129.556)	(18.180.284)	(154.997)	(18.335.281)
Outros custos operacionais	40	(92.349.601)	(46.423.823)	(138.773.424)	(86.371.442)	(53.752.036)	(140.123.478)
Total de custos operacionais		(4.363.102.586)	(2.193.204.565)	(6.556.307.151)	(4.054.936.637)	(2.372.053.495)	(6.426.990.132)
Resultados operacionais		521.489.112	96.566.804	618.055.916	460.701.597	132.708.872	593.410.469
Resultados financeiros	41	(104.120.398)	(49.242.026)	(153.362.424)	(103.662.943)	(96.892.612)	(200.555.555)
Resultados relativos a empresas associadas		(1.715.813)	586.233	(1.129.580)	18.748.529	31.735	18.780.264
Resultados relativos a investimentos	42	121.912.506	182.555.975	304.468.481	102.117.242	10.861.402	112.978.644
Resultado antes de impostos		537.565.407	230.466.986	768.032.393	477.904.425	46.709.397	524.613.822
Imposto sobre o rendimento	43	(98.692.471)	(21.147.917)	(119.840.388)	(92.063.429)	(16.667.808)	(108.731.237)
Resultado depois de impostos		438.872.936	209.319.069	648.192.005	385.840.996	30.041.589	415.882.585
Resultado consolidado do exercício		438.872.936	209.319.069	648.192.005	385.840.996	30.041.589	415.882.585
Atribuível a:							
Accionistas da Empresa-Mãe		302.101.261	210.702.024	512.803.285	256.153.737	27.367.273	283.521.010
Interesses Minoritários		136.771.675	(1.382.955)	135.388.720	129.687.259	2.674.316	132.361.575
Resultados por ação							
Básico	45	0,161902	0,112919	0,274821	0,137287	0,014668	0,151955
Diluído	45	<u>0,161902</u>	<u>0,112919</u>	<u>0,274821</u>	<u>0,137287</u>	<u>0,014668</u>	<u>0,151955</u>
							0,102936

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS

PARA O 4º TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

Notas	IFRS			IFRS		
	4ºTrimestre de 2005		Não auditado	4ºTrimestre de 2004		Não auditado
	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total
Proveitos operacionais						
Vendas	878.159.508	242.560.565	1.120.720.073	828.255.674	660.794.222	1.489.049.896
Prestações de serviços	327.739.359	1.261.725	329.001.084	272.161.688	(1.714.798)	270.446.890
Variação de valor das propriedades de investimento	136.725.943	-	136.725.943	50.617.589	-	50.617.589
Outros proveitos operacionais	175.638.965	7.145.776	182.784.741	131.747.516	17.299.628	149.047.144
Total de proveitos operacionais	1.518.263.775	250.968.066	1.769.231.841	1.282.782.467	676.379.052	1.959.161.519
Custos operacionais						
Custo das vendas	(692.158.091)	(188.957.533)	(881.115.624)	(652.263.902)	(394.850.104)	(1.047.114.006)
Variação da produção	102.388	86.514	188.902	7.443.355	4.150.220	11.593.575
Fornecimentos e serviços externos	(306.286.362)	(27.459.982)	(333.746.344)	(250.436.432)	(130.925.099)	(381.361.531)
Custos com o pessoal	(152.296.083)	(28.679.071)	(180.975.154)	(138.497.424)	(80.842.942)	(219.340.366)
Amortizações e depreciações	(55.559.262)	(4.614.424)	(60.173.686)	(53.697.651)	(33.147.928)	(86.845.579)
Provisões e perdas por imparidade	(8.910.669)	(611.154)	(9.521.823)	4.989.633	4.423.281	9.412.914
Outros custos operacionais	(37.880.086)	(6.972.904)	(44.852.990)	(25.043.612)	(23.963.986)	(49.007.598)
Total de custos operacionais	(1.252.988.165)	(257.208.554)	(1.510.196.719)	(1.107.506.033)	(655.156.558)	(1.762.662.591)
Resultados operacionais	265.275.610	(6.240.488)	259.035.122	175.276.434	21.222.494	196.498.928
Resultados financeiros						
Resultados relativos a empresas associadas	(26.573.120)	533.683	(26.039.437)	(8.265.941)	(24.641.496)	(32.907.437)
Resultados relativos a investimentos	(3.374.016)	144.454	(3.229.562)	8.906.215	31.735	8.937.950
Resultado antes de impostos	49.310.238	151.126.647	200.436.885	11.402.210	9.681.173	21.083.383
Imposto sobre o rendimento	(56.331.653)	(209.199)	(56.540.852)	(30.971.246)	(7.456.367)	(38.427.613)
Resultado depois de impostos	228.307.059	145.355.097	373.662.156	156.347.672	(1.162.461)	155.185.211
Resultado consolidado do trimestre						
Atribuível a:						
Accionistas da Empresa-Mãe	175.425.276	143.563.586	318.988.862	113.926.284	(1.174.245)	112.752.039
Interesses Minoritários	52.881.783	1.791.511	54.673.294	42.421.388	11.784	42.433.172
Resultados por acção						
Básico	0,094010	0,076936	0,170946	0,061060	(0,000629)	0,060430
Diluído	0,094010	0,076936	0,170946	0,061060	(0,000629)	0,060430

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos Accionistas da Sonae								Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
	Capital Social	Acções Próprias	Reserva Legal	Reserva de Cobertura	Reserva de Conversão	Outras Reservas e Resultados Transitados	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 (1)	2.000.000.000	(144.537.597)	150.629.362	(4.608.361)	2.082.469	(1.202.231.662)	(1.204.757.554)	-	801.334.211	921.125.745	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(27.987.330)	(27.987.330)	-	(27.987.330)	(2.398.420)	
Variação nas reservas										(30.385.750)	
Geradas no exercício	-	-	-	4.147.821	7.760.807	-	11.908.628	-	11.908.628	3.923.955	
Transferidas para resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(263.359.881)	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.137.684)	
Resultado consolidado líquido do período do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004	-	-	-	-	-	-	-	283.521.010	283.521.010	132.361.575	
Outros	-	-	1.484.220	-	-	34.638.752	34.638.752	-	36.122.972	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<u>2.000.000.000</u>	<u>(144.537.597)</u>	<u>152.113.582</u>	<u>(460.540)</u>	<u>9.843.276</u>	<u>(1.195.580.240)</u>	<u>(1.186.197.504)</u>	<u>283.521.010</u>	<u>1.104.899.491</u>	<u>785.515.290</u>	<u>1.890.414.781</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	2.000.000.000	(144.537.597)	152.113.582	(460.540)	9.843.276	(1.195.580.240)	(1.186.197.504)	283.521.010	1.104.899.491	785.515.290	1.890.414.781
Aplicação do resultado consolidado de 2004:											
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	607.579	-	-	282.913.431	282.913.431	(283.521.010)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(37.316.440)	(37.316.440)	-	(37.316.440)	(14.977.382)	(52.293.822)
Variação nas reservas											
Geradas no exercício	-	-	-	460.540	148.924.976	-	149.385.516	-	149.385.516	19.108.495	168.494.011
Transferidas para resultados	-	-	-	-	(127.392.098)	-	(127.392.098)	-	(127.392.098)	-	(127.392.098)
Alienação da Sonae Sierra e mudança de método de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(553.940.396)	(553.940.396)
Alienação de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.864.330)	(25.864.330)
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.198.094	16.198.094
Outras variações	-	-	-	-	-	(3.038.830)	(3.038.830)	-	(3.038.830)	(1.968.495)	(5.007.325)
Cisão Sonae Indústria	-	-	-	-	-	(459.524.827)	(459.524.827)	-	(459.524.827)	35.247.616	(424.277.211)
Resultado consolidado líquido do período do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005	-	-	907.077	-	-	-	-	512.803.285	512.803.285	135.388.720	648.192.005
Outros	-	907.077	-	-	-	-	-	-	907.077	-	907.077
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u>2.000.000.000</u>	<u>(143.630.520)</u>	<u>152.721.161</u>	<u>-</u>	<u>31.376.154</u>	<u>(1.412.546.906)</u>	<u>(1.381.170.752)</u>	<u>512.803.285</u>	<u>1.140.723.174</u>	<u>394.707.612</u>	<u>1.535.430.786</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

(1) Dado que 1 de Janeiro de 2004 é a data de transição, o resultado de 2003 está incluído na coluna "Reservas e Resultados Transitados".

O Conselho de Administração

SONAE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

Notas	IFRS			IFRS			
	31.12.2005	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total Acumulado	31.12.2004	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:							
Recebimentos de clientes	4.251.066.072	2.153.739.692		6.404.805.764	4.197.213.101	2.421.202.008	6.618.415.109
Pagamentos a fornecedores	(3.146.691.167)	(1.817.891.208)		(4.964.582.375)	(2.935.910.749)	(1.800.672.619)	(4.736.583.368)
Pagamentos ao pessoal	(538.928.758)	(258.064.100)		(796.992.858)	(496.819.785)	(314.968.794)	(811.788.579)
Fluxos gerados pelas operações	565.446.147	77.784.384		643.230.531	764.482.567	305.560.595	1.070.043.162
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(33.767.585)		(9.763.102)	(43.530.687)	(46.869.856)	(2.659.661)	(49.529.517)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(54.744.332)		56.443.224	1.698.892	(27.478.636)	(20.088.223)	(47.566.859)
Fluxos das actividades operacionais (1)	476.934.230	124.464.506		601.398.736	690.134.075	282.812.711	972.946.786
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:							
Recebimentos provenientes de:							
Investimentos financeiros	72.015.972	655.641.812		727.657.784	649.283.687	11.580.957	660.864.644
Imobilizações corpóreas e propriedades de investimento	21.028.473	72.324.446		93.352.919	24.872.657	23.698.909	48.571.566
Imobilizações incorpóreas	282.104		-	282.104	405.731	845.327	1.251.058
Juros e proveitos similares	33.247.933	9.335.304		42.583.237	47.736.490	23.218.112	70.954.602
Empréstimos concedidos	211.520.147	(171.770.840)		39.749.307	232.501.188	(189.996.390)	42.504.798
Dividendos	14.496.140		50.063	14.546.203	15.367.746	961	15.368.707
Outros	251.197		-	251.197	652.130	10.101.297	10.753.427
	352.841.966	565.580.785		918.422.751	970.819.629	(120.550.827)	850.268.802
Pagamentos respeitantes a:							
Investimentos financeiros	(371.995.894)	7.838.394		(364.157.500)	(753.589.497)	282.047.948	(471.541.549)
Imobilizações corpóreas e propriedades de investimento	(466.823.292)	(63.424.637)		(530.247.929)	(379.882.018)	(83.306.016)	(463.188.034)
Imobilizações incorpóreas	(49.551.918)	(10.167.396)		(59.719.314)	(37.552.097)	(2.159.653)	(39.711.750)
Empréstimos concedidos	(18.000.000)		-	(18.000.000)	(78.309.387)		(78.309.387)
Outros	(67.987.719)	(114.801)		(68.102.520)	(130.113.615)	1.591.323	(128.522.292)
	(974.358.823)	(65.868.440)		(1.040.227.263)	(1.379.446.614)	198.173.602	(1.181.273.012)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(621.516.857)	499.712.345		(121.804.512)	(408.626.985)	77.622.775	(331.004.210)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:							
Recebimentos respeitantes a:							
Empréstimos obtidos	3.615.474.995	506.675.730		4.122.150.725	2.538.517.084	173.273.607	2.711.790.691
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	5.289.849	-		5.289.849	18.866.815	-	18.866.815
Venda de acções (quotas) próprias	1.586.339	-		1.586.339		-	
Outros	300.010		-	300.010	741.976	97.500	839.476
	3.622.651.193	506.675.730		4.129.326.923	2.558.125.875	173.371.107	2.731.496.982
Pagamentos respeitantes a:							
Empréstimos obtidos	(3.415.512.934)	(390.997.604)		(3.806.510.538)	(2.599.152.269)	(406.525.479)	(3.005.677.748)
Juros e custos similares	(142.441.674)	(63.597.876)		(206.039.550)	(174.154.311)	(91.225.515)	(265.379.826)
Reduções de capital e prestações suplementares	(1.564.636)	-		(1.564.636)	(27.694)		(27.694)
Dividendos	(50.109.699)	-		(50.109.699)	(40.134.117)	(177.096)	(40.311.213)
Outros	(42.307.068)	-		(42.307.068)	(373.029)	(528)	(373.557)
	(3.651.936.011)	(454.595.480)		(4.106.531.491)	(2.813.841.420)	(497.928.618)	(3.311.770.038)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(29.284.818)	52.080.250		22.795.432	(255.715.545)	(324.557.511)	(580.273.056)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(173.867.445)	676.257.101		502.389.656	25.791.545	35.877.975	61.669.520
Efeito das diferenças de câmbio	1.039.351	9.597.128		10.636.479	11.677	960.182	971.859
Caixa e seus equivalentes no início do período	399.620.549	61.857.103		461.477.652	373.817.327	25.018.946	398.836.273
Caixa e equivalentes cindidos	-	(80.882.736)		(80.882.736)	-	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	226.792.455	666.828.596		893.621.051	399.620.549	61.857.103	461.477.652

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA ("Empresa" ou "Sonae") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 a 7 ("Grupo Sonae"). Os negócios do Grupo e as áreas de actuação encontram-se descritos na Nota 47.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2005 não são directamente comparáveis com as de 2004, devido ao spin-off do negócio dos Derivados de Madeira e à alienação das operações da Distribuição no Brasil e do grupo Gescartão. Em resultado do spin-off, com efeitos contabilísticos a partir de 1 de Outubro de 2005, o contributo do negócio dos Derivados de Madeira para os resultados consolidados de 2005 reflecte unicamente a actividade dos primeiros nove meses do ano. Relativamente às operações da Distribuição Brasil, os resultados consolidados incluem o contributo dos primeiros onze meses de 2005.

Adicionalmente, em 29 de Dezembro de 2005, a Sonae, SGPS, SA alienou 17,04% do capital social da Sonae Sierra à Grosvenor. A partir dessa data o método de consolidação da Sonae Sierra e suas filiais alterou-se de integral para proporcional.

O balanço consolidado pro-forma reportado a 31 de Dezembro de 2004, reflecte os efeitos destas operações reportados a essa data.

Conforme definido na norma internacional IFRS 5, e de modo a assegurar a comparabilidade entre 2005 e 2004, as demonstrações de resultados consolidados e dos fluxos de caixa consolidados são apresentadas separando:

- Operações continuadas que incluem os seguintes segmentos: Retalho Portugal, Centros Comerciais, Telecomunicações, Sonae Capital e Holding;
- Operações descontinuadas que incluem os seguintes segmentos: Derivados de Madeira e Retalho Brasil;
- Total das operações que inclui as operações continuadas e descontinuadas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos Portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 50, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares foram apresentadas trimestralmente de acordo com o IAS 34 - "Relato Financeiro Intercalar".

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 a 6) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para as propriedades de investimento e os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Notas 2.4 e 2.14).

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade (Nota 7).

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 4.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

c) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.d)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Resultados relativos a empresas associadas, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

d) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação (Nota 12) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 13). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial incluída em Reservas e resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no período são registadas na demonstração de resultados do período na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS, e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em Resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em Resultados transitados (IFRS 1).

e) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.05		31.12.04	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Libra Inglesa	1,45921	1,46264	1,41824	1,47459
Real Brasileiro	0,36443	0,33279	0,27665	0,27526
Rand	0,13397	0,12639	0,13004	0,12509
Dólar Canadiano	0,72860	0,66538	0,60916	0,61877
Franco Suíço	0,64305	0,64588	0,64813	0,64780

Fonte: Bloomberg

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções em centros comerciais detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação semestral efectuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração de resultados do período na rubrica de Variação de valor das propriedades de investimento.

Os activos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do activo a qualificar como propriedade de investimento, esse activo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica de Propriedades de investimento em desenvolvimento. No final do período de promoção e construção desse activo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada directamente na demonstração de resultados na rubrica de Variação de valor das propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de propriedades de investimento.

2.5. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do período em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 5 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.6. Locações

Locações em que o Grupo age como locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Locações em que o Grupo age como locador

As locações em que o Grupo age como locador referem-se na maior parte dos casos a contratos com os lojistas dos centros comerciais. Os contratos com os lojistas dos centros comerciais são estabelecidos usualmente por um período de seis anos e definem por norma o pagamento de uma renda fixa mensal – debitada antecipadamente -, uma renda variável, debitada nos casos em que as vendas mensais do lojista excedem o limite definido contratualmente, e o pagamento da quota parte nas despesas de manutenção geral do centro comercial (despesas comuns). Os contratos podem ser renovados ou revogados por ambas as partes, sendo que no caso de revogação por parte do lojista este tem por dever pagar uma taxa de cessão definida contratualmente.

De acordo com as respectivas condições estes contratos são classificadas como locações operacionais, sendo as rendas devidas (rendas fixas e variáveis) e as quotas partes nas despesas de manutenção (despesas comuns), reconhecidas como proveito na demonstração de resultados no período a que respeitam. Os custos assim como os direitos de ingresso e taxas de cessão relativos às locações operacionais são reconhecidos como custo ou proveito na demonstração de resultados no período em que são incorridos ou auferidos. Este procedimento é consistente com o adoptado pela entidade especializada independente que determina o justo valor das propriedades de investimento a que os contratos de locação se referem.

2.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

2.8. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior á sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e condescedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou projectos imobiliários classificados em existências ou propriedades de investimento em desenvolvimento, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.10. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes activos não são amortizados.

2.11. Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a existências de mercadorias e matérias-primas ou a existências de produtos acabados e semi-acabados, subprodutos e trabalhos em curso.

2.12. Contratos de construção

Os proveitos e custos das obras em curso são reconhecidos utilizando o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada período, os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas de Outros activos correntes ou Outros passivos correntes, consoante a natureza da diferença.

Nas situações em que o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com fiabilidade, os proveitos contratuais são reconhecidos até ao montante dos custos incorridos e enquanto for provável que sejam recuperáveis. Os custos com os contratos de construção são reconhecidos como custos no período em que são incorridos.

Os proveitos relativos a trabalhos a mais, alterações de contrato, indemnizações e prémios de finalização são registados no momento em que são acordados com o cliente, ou nas situações em que as negociações com o cliente estejam numa fase avançada e que seja provável que as mesmas sejam favoráveis ao Grupo.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.14. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registo(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do período.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos períodos, conforme política definida na Nota 2.9. a parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

e) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura, incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixa de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura, incluída em Reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, "forwards" de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede também em situações específicas à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em Outras reservas, incluída em Reservas e resultados transitados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os

descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

2.15. Responsabilidades por pensões

As responsabilidades por pensões de reforma que existiram durante 2005 estavam sedeadas em filiais da Sonae Indústria, SGPS, SA. Atenta a cisão, essas responsabilidades deixaram de constar no balanço consolidado da Sonae, SGPS, SA.

2.16. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae e/ou das suas filiais cotadas (no caso da Sonae Sierra o indexante é o seu "Net Asset Value") e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. O justo valor das opções sobre acções é determinado com base no modelo de "Black-Scholes". A responsabilidade é registada em Custos com pessoal e Outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em Custos com pessoal e em Reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.17. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.19. Rérito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.20. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.14.f)).

2.21. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.22. Informação por segmentos

Em cada período são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 47.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas ou erros materiais de períodos anteriores.

4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31.12.2005	31.12.2004	Directo	Total
Sonae - SGPS, S.A.	Maia	M&E	M&E	M&E	M&E
Sonae Indústria					
14) Agloma-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., SA	a)	Oliveira do Hospital	100,00%	97,02%	100,00%
14) Cia.de Industrias e Negócios, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%
14) Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	a)	Maia	100,00%	97,02%	100,00%
					97,02%

14) Euro Decorative Boards, Ltd	a)	Knowsley (U.K.)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Euromegantic, Ltéé	a)	Lac Megantic (Canadá)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Eurosinas-Indústrias Químicas, SA	a)	Maia	100,00%	97,02%	100,00%	97,02%
14) Explotaciones Com.Ind. e Servicios, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Explotaciones Madereras Catalanas, SA	a)	Barcelona (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Florestal y Maderera, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Glunz AG	a)	Meppen (Alemanha)	99,11%	87,67%	99,12%	89,11%
14) Glunz Service, GmbH	a)	Hamm (Alemanha)	100,00%	87,67%	100,00%	89,11%
14) Glunz UK Holdings, Ltd	a)	Londres (U.K.)	100,00%	87,67%	100,00%	89,11%
14) Glunz Uka, GmbH	a)	Hamm (Alemanha)	100,00%	87,67%	100,00%	89,11%
1) Gollin, GmbH	a)	Bad Oeynhausen (Alem)	90,00%	78,90%	90,00%	80,20%
14) Isoroy SAS	a)	Boulogne (França)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Isoroy Transformation	a)	St. Dizier (França)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Maiequipa-Gestão Florestal, SA	a)	Maia	100,00%	97,02%	100,00%	97,02%
4) 14 Manipulaciones Florestales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Megantic, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária, SA	a)	Paredes	100,00%	97,02%	100,00%	97,02%
14) Novobord (PTY), Ltd	a)	Woodhead (África Sul)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Orpin, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) OSB Deustchland, GmbH	a)	Hamm (Alemanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Polifac Brasil, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	99,99%	97,01%	100,00%	97,02%
14) Polifac North America	a)	Baltimore (E.U.A.)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Racionaliz. y Manufact.Florestales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Resoflex-Mob.e Equipamentos Gestão, SA	a)	Vila de Conde	100,00%	97,02%	100,00%	97,02%
14) SCS Beheer, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Siaf-Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, SA	a)	Mangualde	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias, SA	a)	Mangualde	100,00%	88,47%	100,00%	89,91%
14) Socelpac SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	97,02%	100,00%	97,02%
14) Société Industrielle et Financière Isoroy	a)	Rungis (França)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Somit Imobiliária, SA	a)	Oliveira do Hospital	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Sonae 4P, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Sonae Espanha, SA	a)	Madrid (Espanha)	99,94%	96,96%	99,94%	96,96%
14) Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S	a)	Mangualde	100,00%	88,69%	100,00%	97,02%
14) Sonae Indústria Brasil, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	97,02%	100,00%	97,02%
14) Sonae Indústria de Revestimentos, SA	a)	Maia	100,00%	97,02%	100,00%	97,02%
14) Sonae Indústria-SGPS, SA	a)	Maia	97,02%	97,02%	97,02%	97,02%
14) Tafibra South Africa, Ltd	a)	Woodhead (África Sul)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Sonae Serviços de Gestão, SA	a)	Maia	100,00%	97,02%	100,00%	97,02%
14) Sonae Tafibra (UK), Ltd	a)	Knowsley (U.K.)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Sonae Tafibra Benelux, BV	a)	Woerden (Holanda)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Sonae UK, Ltd	a)	Knowsley (U.K.)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Spanboard Products, Ltd	a)	Belfast (U.K.)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Tableros Tradema, SL	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Sonae Novoboard (PTY), Ltd	a)	Woodhead (África Sul)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Tafibra Participações, SA	a)	Curitiba (Brasil)	54,32%	48,07%	54,32%	48,53%
14) Tafibra-Tableros Aglomerados Fibras, AIE	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,47%	100,00%	90,80%
14) Tafisa Brasil, SA	a)	Curitiba (Brasil)	100,00%	55,75%	100,00%	56,39%
14) Tafisa Canadá Société en Commandite	a)	Lac Megantic (Canadá)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Tafisa France, SAS	a)	Paris (França)	100,00%	88,45%	99,99%	89,90%
14) Tafisa UK, Ltd	a)	Knowsley (U.K.)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Tableros de Fibras, SA	a)	Madrid (Espanha)	91,16%	88,45%	92,66%	89,90%
14) Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Tavapan, SA	a)	Tavannes (Suiça)	100,00%	87,67%	100,00%	89,11%
14) Tecomologias del Medio Ambiente, SA	a)	Barcelona (Espanha)	100,00%	88,45%	100,00%	89,90%
14) Tool, GmbH	a)	Meppen (Alemanha)	100,00%	87,67%	100,00%	89,11%

Modelo Continente

Best Offer-Prest. Inf. p/Internet, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
Bikini, Portal de Mulheres, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
Cacetinho-Com. Retailista e Expl.Centros Com., SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
2) Canasta – Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	-	-
Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes, SA	a)	Santarém	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
Citores-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
11) Contifin,SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
Contimobe-Imobil.Castelo Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%

2)	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Marinha Grande	100,00%	98,06%	-	-
	Difusão-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Distrifin-Comercio y Prest.Servicios, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Efanor-Design e Serviços, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Efanor-Indústria de Fios, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Estevão Neves-Hipermercados Madeira, SA	a)	Madeira	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Fozimo-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Fozmassimo-Com.Indust.Prod.Alim., SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
13)	Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	a)	Lisboa	100,00%	98,06%	-	-
13)	Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	99,98%	98,03%	-	-
	Global S-Hipermercado, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	IGI-Investimento Imobiliário, SA	a)	Porto	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Igimo-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Imoconti- Soc.Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Imoestruutura-Soc.Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Imomuro-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Imoponte-Soc.Imobiliaria, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Imoresultado-Soc.Imobiliaria, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Imosistema-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Infofield-Informática, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Informeios-Projetos e Representações, SA	a)	Lisboa	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Inventory-Acessórios de Casa, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
2)	Marcas MC, zRT	a)	Budapest	100,00%	98,06%	-	-
	Max Office Artigos Serviços p/escrit., SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
2)	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	-	-
	Modalfa-Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Modelo - Dist.Mat. de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	49,03%	50,00%	49,03%
	Modelo Continente Hipermercados,SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Modelo Continente, SGPS, SA	a)	Matosinhos	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%
	Modelo Continente-Oper.Retailho SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Modelo Investimentos (Brasil), Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
1) 2)	Modelo Investimentos Financeiros, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	98,06%	-	-
	Modelo,SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Modelo.com-Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Modis Distribuição Centralizada, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Modis Internacional Trading, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
11)	Modis, SGPS, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	OK Bazar-Comércio Geral, SA	a)	Ermeinde	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
2)	Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	-	-
2)	Pinto Ribeiro - Supermercados, SA	a)	Viana do Castelo	90,00%	98,06%	-	-
	Predicomercial-Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
2)	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	-	-
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Sociofra-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Sociolures-Soc.Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Softorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
1)	Sonae Distribuição Brasil, SA	a)	Porto Alegre (Brasil)	98,45%	96,54%	96,56%	94,68%
2)	Sonae Medicamentos, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	98,06%	-	-
1) 2)	Sonae Promotora de Vendas, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	98,06%	-	-
	Sonae Retalho Espana-Servicios Gen., SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
11)	Sondis, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Sontária-Empreend.Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Sport Zone-Comércio Art.Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	SRE-Projetos e Consultadoria, SA	a)	Maia	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
	Worten-Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	98,06%	100,00%	98,06%
Sonaecom							
10)	Clixgest-Internet e Contéudos, SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	56,67%	46,73%
	Digitmarket-Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	75,10%	46,98%	75,10%	61,93%

	Enabler & Retail Consult, GmbH	a)	Alemanha	85,00%	37,88%	85,00%	46,44%
	Enabler Brasil, Lda	a)	Curitiba (Brasil)	99,99%	44,56%	99,99%	54,62%
2)	Enabler France	a)	França	100,00%	44,56%	-	-
	Enabler UK, Ltd	a)	U.K.	100,00%	44,56%	100,00%	54,63%
	Enabler-Informática, SA	a)	Maia	98,50%	44,56%	97,30%	54,63%
10)	JAUJA, SGPS, SA	a)	Lisboa	100,00%	62,56%	100,00%	46,73%
10)	KPNQwest Portugal Telecomunicações, Lda	a)	Lisboa	100,00%	62,56%	100,00%	46,73%
	M3G-Edições Digitais, SA	a)	Lisboa	100,00%	62,56%	100,00%	82,46%
	Mainroad-Serviços em Tecnol. de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	100,00%	46,73%
	Miauger-Org. Gestão Leilões El., SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	100,00%	82,46%
10)	Noríema, SGPS, SA	a)	Lisboa	100,00%	62,56%	100,00%	46,73%
	Novis Telecom, SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	56,67%	46,73%
	Optimus Telecomunicações, SA	a)	Maia	69,24%	43,31%	46,29%	38,17%
	Optimus Towering-Explor. Torres Telecom, SA	a)	Maia	100,00%	43,31%	100,00%	38,17%
	Per-Mar-Sociedade de Construções, SA	a)	Maia	100,00%	43,31%	100,00%	38,17%
11)	Público.pt-Serv.Digitais Multimedia, SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	100,00%	82,46%
	Público-Comunicação Social, SA	a)	Porto	99,99%	62,56%	99,99%	82,46%
	Retailbox, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	75,50%	45,24%	70,00%	56,15%
	Sonae Matrix Multimédia, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	100,00%	82,46%
	Sonae Telecom SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	100,00%	82,46%
	Sonae Telecom, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	62,56%	100,00%	82,46%
	Sonae.com,SGPS, SA	a)	Maia	62,56%	62,56%	82,46%	82,46%
	Sonae.com-Sistemas de Informação, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	100,00%	82,46%
	We Do Brasil-Soluções Informáticas, Lda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	100,00%	59,66%	99,89%	82,37%
	We Do Consulting-SI, SA	a)	Maia	95,47%	59,72%	100,00%	82,46%
12)	XS-Comunicação, Inf. e Lazer, SA	a)	Maia	100,00%	62,56%	100,00%	82,46%

Sonae Capital							
	Águas Furtadas - Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	a)	Lagos	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Aquapraia, SGPS, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Aquapraia-Investimentos Turísticos, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Aserraderos de Cuelar, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Azulino Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Bécim - Corretora de Seguros, Lda	a)	Santa Maria da Feira	100,00%	100,00%	-	-
	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bloco Q-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Bloco W-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Box Lines Navegação, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Campimveis - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, SA	a)	Marco de Canaveses	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
1)	Casino Hotel Troia, SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Centro Residencial da Maia,Urban., SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6)	Cequip-Equipamentos de Construção, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cinclus Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cinclus-Plan. e Gestão de Projectos, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6)	CMO-Construções, Lda	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contacto Concessões, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contacto-SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contacto-Sociedade de Construções, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Country Club da Maia-Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Cronosaudé – Gestão Hospitalar, SA	a)	Porto	50,00%	50,00%	-	-
	Elmo SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Empreend.Imob.Quinta da Azenha, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Equador & Burnay, Lda	a)	Lisboa	100,00%	99,01%	75,00%	73,41%
	Equador & Mendes, Lda	a)	Lisboa	75,00%	74,25%	75,00%	73,41%
	Espímaia -Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
15)	Exit Travel, SA	a)	Maia	100,00%	99,01%	100,00%	86,32%
3)	Friengineering, SA	a)	Matosinhos	100,00%	50,10%	100,00%	50,10%
	Gestholdings-SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Golfe time Inv. Turísticos, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
1)	Grano Salis, Lda	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Imoareia, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Imobiliária da Cacela, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoclub-Serviços Imobiliários, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoferro-Soc.Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%

	Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,69%
	Imoplamac Gestão de Imóveis, SA	a)	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,69%
	Imosedas-Imobiliária e Seviços, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Implantação - Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Inparvi SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Insulatroia - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,69%
7)	Integrum-Serviços Partilhados, SA	a)	Maia	100,00%	35,07%	100,00%	100,00%
	Interlog-SGPS, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Invicta - Comércio Internacional, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	INVSAUDE - Gestão Hospitalar, SA	a)	Maia	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	ISF - Imobiliário, Serviços e Participações	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Isoroy Casteljaloux	a)	Casteljaloux (França)	100,00%	100,00%	100,00%	89,90%
	Leroy Gabon, SA	a)	Libreville (Gabão)	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
	Libra Serviços, Lda	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marimo -Exploração Hoteleira Imobiliária	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,69%
	Marina Magic - Exploração de Centros Lúd	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
2)	Marina Troia, SA	a)	Troia	100,00%	100,00%	-	-
	Marmagno-Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,64%
	Martimope - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marvero-Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,64%
	MDS-Soc.Mediadora de Seguros, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	NAB, Sociedade Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Lda	a)	Lisboa	75,00%	74,25%	75,00%	73,41%
	Parcomarco, Gest Parq Est Centros Come	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Partnergiro-Part.Neg.Ren.G.Int.Rec, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	Placage d'Okoumé du Gabon	a)	Libreville (Gabão)	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%
	Physorol SAS	a)	Niort (França)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Physorol SNC	a)	Lisieux (França)	98,01%	98,01%	98,00%	98,00%
	Porturbe-Edifícios e Urbanizações, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium II-Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium III-Serviços Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium-SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Prédios Privados Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predisedas-Predial das Sedas, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Promessa Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Promosedas-Prom.Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Publimeios-Soc.Gestora Part. Finan., SA	a)	Maia	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
	Quinta da Covilhã-Empr.Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Rochester Real Estate, Ltd	a)	Kent (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Safira Services-Limpeza Espaços Verd., SA	a)	Porto	51,00%	25,55%	51,00%	25,55%
	Santos Taborda & Carvalho,SU, Lda	a)	Lisboa	100,00%	99,01%	100,00%	97,88%
	Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA	a)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	SC Insurance Risks Services, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC-Consultadoria,SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selfrio,SGPS, SA	a)	Matosinhos	70,00%	35,07%	70,00%	35,07%
	Selfrio-Engenharia do Frio, SA	a)	Matosinhos	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	Sistavac-Sist.Aquecimento,V.Ar C., SA	a)	Matosinhos	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	SKK-Central de Distr., SA	a)	Porto	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	a)	Maia	96,00%	33,67%	96,00%	33,67%
	SMP-Serv. de Manutenção Planeamento	a)	Matosinhos	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	Soberana-Investimentos Imobiliários, SA	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,64%
	Société de Tranchage Isoroy SAS	a)	França	100,00%	100,00%	100,00%	89,90%
	Société des Essences Fines Isoroy	a)	Honfleur (França)	100,00%	100,00%	100,00%	89,90%
	Soconstrução, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinca III-Desporto e Saúde, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Solinca Lazer,SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Solinca-Investimentos Turísticos, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Solinifitness - Club Malaga, SL	a)	Malaga (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Somit-Soc.Mad.Ind.Transformadas, SA	a)	Oliveira do Hospital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Sonae 3P, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital,SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae International, Ltd	a)	Londres (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Turismo Gestão e Serviços, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
	Sonae Turismo-SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%

Sonae Wood Products, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontrade Lines, Ltd	a)	Hants (U.K.)	63,75%	63,75%	63,75%	63,75%
Sontur, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
Sopair, SA	a)	Madrid (Espanha)	60,00%	30,06%	60,00%	30,06%
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turis	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Spinarpq, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Star-Viagens e Turismo, SA	a)	Lisboa	100,00%	99,01%	100,00%	97,88%
Terceiro Frente - Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Textil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	90,37%	90,37%	90,37%	90,37%
Torralta-Clube Internacional Férias, SA	a)	Grândola	99,78%	99,78%	88,69%	88,64%
Torre São Gabriel-Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,64%
Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob., SA	a)	Grândola	100,00%	99,78%	100,00%	88,64%
Urbisedas-Imobiliária das Sedas, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Unibroker - Correctora de Seguros, SA	a)	Santa Maria da Feira	100,00%	100,00%	-	-
Venda Aluga-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
World Trade Center Porto, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outras

5) Atlantic Ferries, SA	a)	Grândola	100,00%	72,80%	100,00%	99,98%
2) Casa Agrícola João e António Pombo, SA	a)	Portel	66,67%	32,67%	-	-
8) Iginha-Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	49,00%	100,00%	98,06%
Investalentejo, SGPS, SA	b)	Vila de Conde	49,00%	49,00%	100,00%	35,97%
9) Ipaper-Indústria Papéis Impregnados, SA	a)	Maia	100,00%	28,25%	100,00%	65,89%
2) Sete e Meio - Investimentos e Consultadoria, SA	a)	Grândola	100,00%	49,00%	-	-
2) Sete e Meio Herdades - Investimentos Agrícolas e Turismo, SA	a)	Grândola	100,00%	49,00%	-	-
5) Soltroia-Investimentos Turísticos, SA	a)	Lisboa	100,00%	73,99%	58,93%	58,92%
Sonae Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	a)	Maia	80,00%	70,56%	100,00%	92,04%

- 1) Filial alienada no período;
 - 2) Filial constituída ou adquirida no período;
 - 3) Filial excluída da consolidação no período anterior;
 - 4) Filial incorporada por fusão na Tecnologias del Médio Ambiente, SA;
 - 5) Filial incluída no segmento da Sonae Capital, no período anterior;
 - 6) Filial incorporada por fusão na Contacto - Sociedade de Construções, SA;
 - 7) Filial incluída no segmento de Outros, no período anterior;
 - 8) Filial incluída no segmento da Modelo Continente, no período anterior;
 - 9) Filial incluída no segmento da Sonae Indústria, no período anterior;
 - 10) Filial incorporada por fusão na Novis Telecom, SA;
 - 11) Filial dissolvida no período;
 - 12) Filial incorporada por fusão no Público - Comunicação Social, SA;
 - 13) Fundos imobiliários adquiridos no período;
 - 14) Filiais cindidas do Grupo Sonae desde 1 de Outubro de 2005;
 - 15) Filial incluída no segmento da Sonaecom, no período anterior.
- a) Controlo detido por maioria dos votos;
- b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

5. EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

As empresas controladas conjuntamente, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31.12.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Sonae Sierra					
5) 3DO Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) 3DO ShoppingCentre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%

5)	3shoppings - Holding,SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
	Aegean Park, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	33,52%
8)	ALEXA Administration GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	99,00%	24,75%	50,00%	17,10%
	ALEXA Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	51,00%	34,19%
	ALEXA Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	25,00%	100,00%	34,19%
7)	ALEXA Side GmbH & Co. KG	Dusseldorf (Alemanha)	99,00%	24,75%	50,00%	17,10%
5)	Algarveshopping- Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
	ArrábidaShopping- Centro Comercial, SA	Vila Nova de Gaia	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
5)	Avenida M-40, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Avenida M-40, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	60,00%	40,22%
5)	Boavista Shopping Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
	Cascaishopping- Centro Comercial, SA	Lisboa	100,00%	12,53%	100,00%	16,79%
5)	Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
	Cascaishopping Holding II, SGPS, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
	Centro Colombo- Centro Comercial, SA	Lisboa	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
5)	ClérigoShopping- Gestão do C.Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Coimbrashopping- Centro Comercial, SA	Porto	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
2)	Corso Magenta 85, Sarl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	-	-
1)	CRP-Parque Comercial de Coimbra, SA	Porto	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
5)	Dos Mares - Shopping Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	67,04%
5)	Dos Mares-Shopping Centre, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	65,00%	43,58%
5)	Estação Oriente-Gest.de Galerias Com., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Estação Viana- Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	67,04%
	Frecia Rossa- Shopping Centre, Srl	Sondrio (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
2) 5)	Fundo Investimento Imob. Shopping Parque D. Pedro	São Paulo (Brasil)	100,00%	48,95%	-	-
	Gaiashopping I- Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
	Gaiashopping II- Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	16,79%
5)	Guimarãeshopping- Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
	Iberian Assets	Barcelona (Espanha)	49,78%	12,47%	49,78%	16,72%
5)	Imparsa-Gestão de Galeria Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
9)	La Farga Shopping Centre, SL	Barcelona (Espanha)	100,00%	12,47%	50,10%	8,38%
2)	Limadarque, Retail Park, SA	Viana do Castelo	50,00%	25,00%	-	-
5)	Loureshopping- Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Luz del Tajo - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	65,00%	43,58%
5)	Luz del Tajo, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	67,04%
	Madeirashopping- Centro Comercial, SA	Funchal	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
5)	Maiashopping- Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
	Mediterranean Cosmos Property Management, SA	Atenas (Grécia)	75,00%	18,75%	75,00%	25,14%
5) 4)	Monselice Center, Srl	Veneza (Itália)	100,00%	25,05%	-	-
	NorteShop. Retail and Leisure Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
5) 6)	Norteshopping 2-Gestão C. Comercial, SA	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
	Norteshopping-Centro Comercial, SA	Porto	100,00%	12,53%	100,00%	16,79%
	Oriogest, Srl	Milão (Itália)	80,00%	20,00%	80,00%	26,82%
	Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial SA	Ponta Delgada	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
5)	Parque D. Pedro 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Parque D. Pedro 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Parque de Famalicão - Empr. Imob., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Parque Dom Pedro Shopping, SA	São Paulo (Brasil)	100,00%	50,00%	100,00%	65,63%
	Parque Príncipado, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	33,52%
5)	Pátio Boavista Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	48,85%	100,00%	65,40%
5)	Pátio Penha Shopping, Ltda	Brasil	99,99%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	65,00%	43,58%
5)	Plaza Eboli, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
5)	Plaza Mayor Parque de Ócio, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
5)	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	33,59%
5)	Plaza Mayor Shopping, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Plaza Mayor Shopping, SA	Maia	75,00%	37,50%	75,00%	50,28%
5)	Pridelease Investments, Ltd	Cascais	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
	Proj.Sierra Charagionis 1 -Dev.Sh.C., SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	33,52%
	Project SC, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
5)	Project Sierra – Shopping Centre, GmbH	Austrália	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Project Sierra 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Project Sierra 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)	Project Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
2) 5)	Project Sierra Germany 1, GmbH	Alemanha	100,00%	50,00%	-	-
5)	Project Sierra Holding Portugal I,SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%

5) Project Sierra Holding Portugal III, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
3) 5) Project Sierra Holding Portugal IV, SGPS, SA	Matosinhos	100,00%	50,00%	100,00%	99,05%
2) 5) Project Sierra Holding Portugal V, SA	Maia	100,00%	50,00%	-	-
2) 5) Project Sierra Portugal VI, Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	-	-
2) 5) Project Sierra Italy 1, Srl	Itália	100,00%	50,00%	-	-
2) 5) Project Sierra Italy 2-Shop.Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	-	-
5)10) Project Sierra Portugal I- C.Comerc., SA	Maia	50,00%	25,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Portugal II-C.Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Portugal III-C.Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Portugal IV-C.Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Portugal V-C.Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Spain 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Spain 1-C.Comercial, SA	Madrid (Espanha)	70,00%	35,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Spain 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Spain 2-Centro Comer., SA	Madrid (Espanha)	75,00%	37,50%	75,00%	50,28%
5) Project Sierra Spain 3, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Project Sierra Spain 3-Centro Comer., SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5)10) Rio Sul - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	25,00%	100,00%	67,04%
SC Aegean, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
SC Mediterranean Cosmos, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
Segest , Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
5)10) Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.	Maia	100,00%	25,00%	100,00%	67,04%
5) Shopping Centre Parque Principado, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	67,04%
5) Shopping Penha, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Asset Management-Gest. Activos, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
Sierra Charagonis Develop. of Shop. Centers, SA	Atenas (Grécia)	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
Sierra Charagonis Propert.Management, SA	Atenas (Grécia)	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
5) Sierra Corporate Services- Ap.Gestão, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Corporate Services Holland, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Developments Germany AG	Alemanha	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Developments Germany Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Developments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Developments Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Developments Spain- Prom.C.Com., SL	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Developments, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Developments-Serv. Prom.Imob., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
Sierra Enplanta, SA	São Paulo (Brasil)	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
5) Sierra European R.R.E. Assets Hold., BV	Amesterdão (Holanda)	50,10%	25,05%	50,10%	33,59%
5) Sierra GP, Ltd	Guernsey (U.K.)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Investments (Holland) 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Investments (Holland) 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Investments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Investments SGPS, SA	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Italy Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Man.New Tech.Bus.- Serv.Comu.CC, SA	Matosinhos	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Management Germany, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Management Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Management Portugal-Gest. CC, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Management Spain-Gestión C.Com., SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Management, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sierra Management II-Gestão de C.C., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sonae Sierra Brasil, SA	Brasil	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sonae Sierra Brazil, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	67,04%
5) Sonae Sierra, SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	67,04%	67,04%
SRP-Parque Comercial de Setúbal, SA	Maia	50,00%	25,00%	50,00%	33,52%
4) 5) Templo, Srl	Veneza (Itália)	100,00%	25,05%	-	-
Torre Colombo Ocidente-Imobiliária, SA	Porto	100,00%	12,53%	100,00%	16,79%
Torre Colombo Oriente-Imobiliária, SA	Porto	100,00%	12,53%	100,00%	16,79%
Unishoping Administradora, Ltda	São Paulo (Brasil)	99,99%	25,00%	99,99%	33,52%
Unishoping Consultoria Imob., Ltda	São Paulo (Brasil)	99,98%	25,00%	99,98%	33,51%
4) 5) Valecenter Sierra Srl	Veneza (Itália)	100,00%	25,05%	-	-
Via Catarina- Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	16,79%
Zubiarte Inversiones Inmob, SA	Barcelona (Espanha)	49,83%	24,91%	49,83%	33,40%

Outras						
1) Celnave-Agência de Navegação, Lda	Viana do Castelo	100,00%	34,17%	100,00%	34,17%	
1) Celpap-Terminal de Cel. Papel Por, Lda	Viana do Castelo	100,00%	34,17%	100,00%	34,17%	
1) Emprobal-Emp.Prod. e Com.Emb., Lda	Funchal	60,00%	21,58%	60,00%	21,58%	
1) Gescartão,SGPS, SA	Lisboa	68,58%	35,97%	68,58%	35,97%	
1) Imocapital,SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	
1) Lepe-Empresa Portuguesa Embalagens, SA	Marinha Grande	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	
1) Papelnova Recolha Recup.Desperdícios, SA	Mourão	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	
1) Portucel Embalagem-Emp.Prod.E.Cartão, SA	Cascais	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	
1) Portucel Espana, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	
1) Portucel Recicla-Indústria Papel R., SA	Mourão	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	
1) Portucel Viana-Emp.Prod.P.Ind., SA	Viana do Castelo	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	
1) Portucel Viana Energia - Empresa de Cogeração Energetica, SA	Viana do Castelo	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	
1) Sulpac, Emp. Prod. Emb. Cartão, SGPS, SA	Mourão	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	
1) Filial alienada no período;						
2) Filial adquirida ou constituída no período;						
3) Filial incluída no segmento da Sonae Capital, no período anterior;						
4) Filiais adquiridas no período, cindidas parcialmente da Valecenter Spa na Monselice, seguida de fusão da Valecenter Sierra e da Templo na Valecenter Spa que mudou de designação para Valecenter Sierra, Srl;						
5) Alienação a 29 de Dezembro de 2005 de 17,04% da participação financeira na Sonae Sierra, SGPS, SA, passando esta filial bem como todas as suas participadas a ser incluídas pelo método proporcional desde essa data;						
6) Filial incorporada por fusão na Sierra Management Portugal - Gestão de Centros Comerciais, SA;						
7) Ex - Berlin Alexanderstraße G. mbH & Co. KG;						
8) Ex - Berlin Alexanderstraße Verwaltung. MbH;						
9) Ex - Hospitalet Center, SL;						
10) Alienação de 50% do capital social das filiais passando estas a serem integradas pelo método proporcional a 50%.						

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional, conforme indicado na Nota 2.2.b).

Os valores agregados, excluindo eliminações de intra grupo, correspondentes às percentagens de detenção das empresas controladas conjuntamente incluídas pelo método proporcional nas demonstrações consolidadas do período podem ser resumidos como segue:

	31.12.2004		
	31.12.2005	Pro-forma	31.12.2004
Activos não correntes	3.076.799.370	2.673.550.071	1.713.712.764
Activos correntes	566.999.550	448.903.255	130.456.929
Passivos não correntes	1.416.384.042	1.173.163.453	1.153.956.212
Passivos correntes	552.252.436	427.536.865	136.684.618
	31.12.2004		
	31.12.2005	Pro-forma	31.12.2004
Proveitos	219.332.169	177.320.755	285.399.683
Custos	134.524.337	110.038.556	208.169.915

A 29 de Dezembro de 2005, a Sonae, SGPS, SA alienou 17,04% do capital social da Sonae Sierra à Grosvenor. A partir dessa data o método de consolidação da Sonae Sierra e suas filiais alterou-se de integral para proporcional, passando estas a contribuir apenas com 50% para o balanço consolidado da Sonae, SGPS, SA a 31 de Dezembro de 2005. As filiais que estavam a contribuir para as demonstrações financeiras da Sonae SGPS a 50% passam a contribuir com 25%.

Os efeitos acima mencionados podem ser analisados como segue:

	31.12.2004		
	31.12.2005	Pro-forma	31.12.2004
Activos líquidos			
Propriedades de Investimento (Nota 11)	1.357.421.085	1.113.616.695	2.204.846.415
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	8.950.513	8.656.073	15.056.997
Diferenças de consolidação	67.356.455	57.615.278	80.595.844
Impostos diferidos activos	13.772.512	9.249.587	18.499.276
Outros activos	78.785.482	111.728.335	225.376.533
Caixa e equivalentes a caixa	92.122.915	57.936.141	115.189.776
Empréstimos	(590.621.209)	(462.890.694)	(925.783.023)
Impostos diferidos passivos	(201.414.371)	(157.399.077)	(315.126.744)
Outros passivos	(129.848.838)	(150.274.182)	(281.020.635)
	696.524.544	588.238.156	1.137.634.439

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31.12.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Sonae Indústria					
2) Promodeco - Projeto Imobiliário Decoração e Construção, Lda	Maia	27,60%	24,48%	27,60%	26,46%
2) Serradora Boix	Barcelona (Espanha)	31,25%	27,64%	31,25%	28,29%
2) Stinnes Holz GmbH	Hamm (Alemanha)	35,25%	30,90%	35,25%	31,33%
2) Comforesta - Companhia Catarinense de Emp. Florestais, SA	Brasil	4,55%	2,54%	4,55%	2,52%
Modelo Continente					
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	24,51%	25,00%	18,92%
Sonae Sierra					
Campo Limpo Lda	S. Paulo (Brasil)	20,00%	5,00%	-	-
3) Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, SA	Atenas (Grécia)	39,90%	9,98%	39,90%	13,37%
SIC Indoor – Gest. Suportes Publicitários, SA	Oeiras	35,00%	17,50%	35,00%	23,46%
Sonaecom					
Global S - Centro Comercial Lda	Matosinhos	99,89%	8,19%	99,89%	13,34%
Global S - Tecnologias de Informação Lda	Matosinhos	75,00%	12,00%	75,00%	20,02%
Global S 24, SGPS, SA	Matosinhos	50,00%	8,00%	50,00%	13,65%
Global S, SGPS, SA	Matosinhos	64,73%	16,00%	64,73%	26,69%
Net Mall SGPS, SA	Maia	37,51%	24,72%	50,00%	41,23%
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	Porto	45,00%	28,15%	45,00%	37,11%
Sonae Capital					
Andar - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Autocenter - Serviços, Acessórios e Peças para Viaturas, SA	Maia	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
CarPlus – Comércio de Automóveis, SA	Vila Nova de Gaia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Change, SGPS, SA	Porto	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Choice Car - Comércio de Automóveis, SA	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Choice Car SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Developpement & Partenariat Assurances, SA	Paris (França)	35,00%	35,00%	35,00%	35,00%
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, SA	Matosinhos	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Guerin – Rent a Car (Dois), Lda	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Holdingpar, SGPS, SA	Porto	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Interclean, SA	Brasil	49,99%	12,77%	49,99%	12,77%
Lazam Corretora, Ltda	Brasil	45,00%	45,00%	45,00%	45,00%
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila de Conde	25,50%	25,50%	25,50%	25,50%
Luso Assistência - Gestão de Acidentes, SA	Porto	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Mundo Vip – Operadores Turísticos, SA	Lisboa	33,34%	33,34%	-	-

Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Pargeste SGPS, SA	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Sociedade de Construções do Chile, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Sociedade Imobiliária Troia - B3, SA	Grândola	20,00%	16,96%	20,00%	17,74%
Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, SA	Lisboa	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%
1) ba - Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, SA	Porto	10,58%	11,75%	45,00%	40,09%
1) Bar-Bar-Idade Glass - Serviços de Gestão e Investimentos, SA	Porto	11,75%	11,75%	39,55%	39,55%
Sodesa, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
TP - Sociedade Térmica, SA	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

- 1) Alienação no período de 27,80% do capital social da Associada;
- 2) Associadas cindidas do Grupo Sonae desde 1 de Outubro de 2005.
- 3) Ex - Lamda Pylea, SA;

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.c).

7. EMPRESAS DO GRUPO, EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E EMPRESAS ASSOCIADAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO E EMPRESAS PARTICIPADAS

As empresas do Grupo e associadas excluídas da consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são as seguintes:

FIRMA	Motivo Exclusão	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
			31.12.2005		31.12.2004		31.12.2005	31.12.2004
			Directo	Total	Directo	Total		
Sonae Indústria								
2) OKO Zentrum NRW	Alemanha	25,00%	21,92%	25,00%	22,22%	-	-	-
2) Plysorol BV	Soest (Holanda)	100,00%	88,39%	100,00%	90,53%	-	-	72.574
2) Tarnaise des Panneaux, SA	Labruguière (França)	99,99%	88,44%	99,99%	89,89%	-	-	-
2) Construction Modulaire de l'Ouest SARL	Lisieux (França)	15,00%	13,26%	15,00%	13,27%	-	-	20.489
Modelo Continente								
Dispar – Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	7,14%	7,00%	7,14%	7,00%	4.988	4.988	
Inscos – Insular de Hipermercados, SA	Ponta Delgada	10,00%	9,81%	10,00%	9,81%	748.197	748.197	
Sonae Sierra								
Ercasa Cogeneracion SA	Grancasa (Espanha)	32,01%	1,60%	-	-	23.933	47.883	
Pátio Sertório	S.Paulo (Brasil)	100,00%	45,00%	-	-	1.497	-	
Torino Srl	Torino (Itália)	25,00%	12,50%	-	-	1.250	-	
Sonae.com								
Altitude, SGPS, SA	Lisboa	11,50%	7,19%	11,50%	9,48%	1.000.000	1.000.000	
Despegar.com	Porto	5,50%	3,44%	5,90%	4,87%	2	2	
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	Lisboa	1,38%	0,86%	1,38%	1,14%	197.344	197.344	
Minhodigital.com - Inv. na Área Tecnológica, SA	Porto	4,76%	2,84%	4,76%	3,93%	-	-	
Outsystems, Software de Rede, SA	Oeiras	1,50%	0,90%	2,03%	1,67%	-	-	
SESI - Soc. de Ens. Sup. e Investigação, SA	Porto	9,75%	4,22%	9,75%	3,94%	1	1	
Unipress - Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia	40,00%	25,02%	40,00%	32,98%	437.522	437.522	
Sonae Capital								
Delphinus – Soc. de Tur. e Div. de Tróia, SA	a) Grândola	79,00%	79,00%	79,00%	99,98%	-	-	-
Plysorol Contreplaques, SAS	a) França	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	37.000	2.775	
Sonae Capital Brasil, Lda	a) São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	5.312	5.312	
Sonae Indústria, SGPS, SA	b) Maia	5,95%	5,95%	-	-	53.263.065	-	
Sonae RE, SA	a) Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	1.250.000	1.250.000	
Fun International Entertainement, SA	a) Porto	50,00%	50,00%	50,00%	49,99%	825.001	361.000	
Infratroia – Emp. de Infraest. de Tróia, F N	a) Grândola	25,90%	25,90%	25,90%	25,89%	55.659	55.659	
Net, SA	Lisboa	2,80%	2,80%	2,80%	2,80%	11.132	11.132	

Sear - Sociedade Europeia de Arroz, SA	Santiago do Cacém	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	150.031	150.031
Société Naturel de Bois Gabonais	Gabão	4,24%	4,24%	4,24%	4,24%	-	-
Spidouro S.P.E.I. Douro e Trás-os-Montes, SA	Vila Real	8,30%	8,30%	8,30%	8,30%	-	-
Outras							
Sonae Investimentos América Latina, Lda	a) São Paulo (Brasil)	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	25.687	25.687
1) Enercila, Lda	Mourão	100,00%	35,97%	100,00%	35,97%	-	-
First Assur, SA	França	11,01%	11,01%	10,80%	10,80%	959.647	837.244
Sonae Indústria, SGPS, SA	b) Maia	0,71%	0,71%	-	-	6.400.000	-

- 1) Associada alienada no período;
 2) Filiais cindidas do Grupo Sonae desde 1 de Outubro de 2005.
 a) Filial, empresa controlada conjuntamente ou empresa associada para a qual, à data destas demonstrações financeiras, não existe informação financeira completa relativamente ao actual período;
 b) Participação mensurada ao justo valor.

8. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 15 de Dezembro de 2005, a Sonae, SGPS, SA, cindiu a participação financeira de 90,36% do capital social que detinha na Sonae Indústria, a qual foi fundida na sociedade Sonae 3P, tendo esta por sua vez, incorporado a totalidade do capital social da Sonae Indústria. A cisão teve efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual a Sonae Indústria e as suas filiais deixam de estar incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, SGPS, SA. Como consequência da cisão, a Sonae Indústria e suas filiais contribuem apenas em nove meses para a demonstração de resultados consolidados da Sonae, SGPS, SA.

Em 11 de Fevereiro de 2005, a Sonae, SGPS, SA anunciou que acordou os termos para a alienação à Europac SA da totalidade da sua participação e créditos na Imocapital, SGPS, SA, sociedade que detinha a participação de 65% na Gescartão, SGPS, SA, bem como de acções representativas de 3,58% do capital da Gescartão por si detidas. Como consequência a Imocapital e o grupo Gescartão não contribuiram para a demonstração de resultados consolidados de 2005 da Sonae, SGPS, SA.

Em 13 de Dezembro de 2005, a Modelo Continente, SGPS, SA alienou a totalidade da sua participação na Sonae Distribuição Brasil, SA, pelo que esta contribuiu apenas com onze meses para a demonstração de resultados.

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2005 foram as seguintes:

Aquisições

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		31.12.2005	Total
Modelo Continente			
Canasta – Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	98,06%
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, SA	Marinha Grande	100,00%	98,06%
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	Lisboa	100,00%	98,06%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	Maia	99,98%	98,03%
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia	100,00%	98,06%
Pinto Ribeiro – Supermercados, SA	Viana do Castelo	100,00%	98,06%
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia	100,00%	98,06%
Sonae Sierra			
Corso Magenta 85, Sarl	Milão (Itália)	50,00%	33,52%
Project Sierra Holding Portugal IV, SGPS, SA	Matosinhos	100,00%	67,04%
Limadarque, Retail Park, SA	Viana do Castelo	49,00%	25,00%
Monselice Center, Srl	Veneza (Itália)	100,00%	33,59%
Templo, Srl	Veneza (Itália)	100,00%	33,59%
Valecenter, Spa	Milão (Itália)	100,00%	33,59%
Sonae Capital			
Becim - Corretora de Seguros, Lda	Santa Maria da Feira	100,00%	100,00%
Unibroker - Correctora de Seguros, SA	Santa Maria da Feira	100,00%	100,00%
Outras			
Casa Agrícola João e António Pombo, SA	Portel	66,67%	32,67%
Sete e Meio - Investimentos e Consultadoria, SA	Grândola	100,00%	49,00%

Alienações

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		31.12.2005	Directo
		Total	
Sonae Indústria			
Gollin,GmbH	Bad Oeynhausen (Alemanha)	90,00%	78,90%
Modelo Continente			
Modelo Investimentos Financeiros, Ltda	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	98,06%
Sonae Distribuição Brasil, SA	Porto Alegre (Brasil)	98,45%	96,54%
Sonae Promotora de Vendas, Ltda	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	98,06%
Sonae Sierra			
CRP-Parque Comercial de Coimbra, SA	Porto	50,00%	33,52%
Sonae Capital			
Casino Hotel Troia, SA	Grândola	100,00%	100,00%
Grano Salis, Lda	Grândola	100,00%	100,00%
Outras			
Celnave-Agência de Navegação, Lda	Viana do Castelo	100,00%	34,17%
Celpap-Terminal de Cel. Papel Por, Lda	Viana do Castelo	100,00%	34,17%
Emprobal-Emp.Prod. e Com.Emb., Lda	Funchal	60,00%	21,58%
Gescartão,SGPS, SA	Lisboa	68,58%	35,97%
Imocapital,SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%
Lepe-Empresa Portuguesa Embalagens, SA	Marinha Grande	100,00%	35,97%
Papelnova Recolha Recup.Desperdícios, SA	Mourão	100,00%	35,97%
Portucel Embalagem-Emp.Prod.E.Cartão, SA	Cascais	100,00%	35,97%
Portucel Espana, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	35,97%
Portucel Recicla-Indústria Papel R., SA	Mourão	100,00%	35,97%
Portucel Viana-Emp.Prod.P.Ind., SA	Viana do Castelo	100,00%	35,97%
Portucel Viana Energia - Empresa de Cogeração Energética, SA	Viana do Castelo	100,00%	35,97%
Sulpac, Emp. Prod. Emb. Cartão, SGPS, SA	Mourão	100,00%	35,97%
Enercicla. Lda	Mourão	100,00%	35,97%

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005:

	Data da aquisição	31.12.2005
Activos líquidos adquiridos		
Propriedades de Investimento (Nota 11)	116.297.936	121.527.948
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (Notas 9 e 10)	186.413.866	197.491.584
Existências	2.901.028	4.515.724
Impostos diferidos activos (Nota 20)	4.646.928	1.291.146
Outros activos	5.882.897	7.722.195
Caixa e equivalentes a caixa	22.459.088	23.077.501
Empréstimos	(31.122.948)	(83.375.927)
Impostos diferidos passivos (Nota 20)	(27.285.754)	(33.497.235)
Outros passivos	(54.194.706)	(12.096.946)
	225.998.335	226.655.990
Diferenças de consolidação (Nota 12)	28.425.917	
Interesses minoritários (Nota 23)	16.198.094	
Preço de aquisição	270.622.346	
Pagamentos efectuados	107.066.475	
Montantes a pagar no futuro	163.555.871	
	270.622.346	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	107.066.475	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(22.459.088)	
	84.607.387	

Os pagamentos de investimentos relativos às filiais adquiridas podem ser analisados como segue:

	Custo de aquisição	Valor pago
Canasta – Sociedade Imobiliária, SA	1.579.375	1.579.375
Casa Agrícola João e António Pombo, SA	1.755.127	1.755.127
Limadárque, Retail Park, SA	2.927.796	2.927.796
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, SA	1.995.191	1.995.191
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	115.697.320	-
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	43.913.700	-
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, SA	1.619.397	1.619.397
Pinto Ribeiro – Supermercados, SA	45.000	45.000
Project Sierra Holding Portugal IV, SGPS, SA	1.754.771	1.754.771
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, SA	1.333.379	1.333.379
Sete e Meio - Investimentos e Consultadoria, SA	1.000.000	1.000.000
Templo, Srl	3.309.854	3.309.854
Unibroker - Correctora de Seguros, SA	15.979.203	12.034.352
Valecenter, Spa	77.712.233	77.712.233
	270.622.346	107.066.475

Os impactos das aquisições na demonstração de resultados foram os seguintes:

	31.12.2005
Proveitos operacionais	18.267.154
Custos operacionais	(3.598.188)
Resultado financeiro	(1.399.442)
Resultado relativos a investimentos	1.668.434
	Resultado antes impostos
	14.937.958
Imposto sobre o rendimento	(6.119.436)
	Resultado líquido
	8.818.522

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação e em 31 de Dezembro de 2004 são os seguintes:

	Data da alienação	31.12.2004
Activos líquidos alienados		
Propriedades de Investimento (Nota 11)	9.650.000	8.277.500
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (Notas 9 e 10)	353.621.217	315.058.402
Investimentos	8.868.303	6.306.920
Impostos diferidos activos (Nota 20)	42.774.185	34.754.756
Existências	147.945.621	112.925.321
Outros activos	139.518.207	109.547.557
Caixa e equivalentes a caixa	30.528.082	35.542.563
Empréstimos	(85.176.667)	(113.637.567)
Impostos diferidos passivos (Nota 20)	(5.710.217)	(10.289.346)
Outros passivos	(264.277.817)	(232.643.340)
Provisões	(24.782.641)	(13.291.786)
	<hr/>	<hr/>
Diferenças de consolidação negativas	352.958.273	252.550.980
Diferenças de consolidação positivas (Nota 12)	(16.970.987)	(16.970.987)
Reservas de conversão	227.071.232	166.586.579
Outros encargos com a alienação	(127.392.098)	
Interesses minoritários (Nota 23)	24.103.648	
	<hr/>	<hr/>
	25.864.330	28.017.138
	<hr/>	<hr/>
Ganho/(Perda) na alienação	485.634.398	430.183.710
	<hr/>	<hr/>
	207.463.430	
	<hr/>	<hr/>
	693.097.828	
	<hr/>	<hr/>
Recebimentos efectivados	665.271.592	
Montantes a receber no futuro	27.826.236	
	<hr/>	<hr/>
	693.097.828	
	<hr/>	<hr/>
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação		
Recebimentos efectivados	665.271.592	
Caixa e equivalentes a caixa alienados	(30.528.082)	
	<hr/>	<hr/>
	634.743.510	

"Outros encargos com a alienação" incluem basicamente o registo de uma provisão no montante de 27.000.000 euros para fazer face a responsabilidades futuras (Nota 32) deduzida do proveito de 8.550.000 euros registado na rubrica Outras Dívidas de Terceiros (Nota 17). Este montante é relativo a valores a receber da sociedade que adquiriu a Sonae Distribuição Brasil e que serão liquidados aquando do período, por parte dos anteriores accionistas, da opção de venda que detêm sobre a Modelo Investimentos Brasil, SA.

A opção de venda está registada nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de "Outras dívidas a terceiros" pelo montante de 74.139.801 reais (27.018.768 euros) (Nota 30).

Do preço de alienação dos activos do Brasil, encontra-se depositado numa Escrow Account o montante de 63.500.000 euros, como garantia de contingências assumidas no contrato de venda (Nota 13).

O vencimento desta garantia ocorrerá nos seguintes anos:

2006	10.500.000
2007	21.250.000
2008	31.750.000
	<u>63.500.000</u>

É entendimento do Conselho de Administração que esta garantia será integralmente libertada de acordo com as datas de vencimento apresentadas sem que resultem para o Grupo perdas patrimoniais para além da provisão constituída.

Os ganhos na alienação das filiais acima mencionadas foram registados 172.968.769 euros em "Resultados relativos a investimentos" (Nota 42) e 34.494.661 euros na rubrica de "Outros proveitos operacionais" (Nota 37).

O impacto nos recebimentos de investimentos das filiais alienadas pode ser analisado como segue:

	Valor da alienação	Valor recebido
Sonae Distribuição Brasil, SA	564.004.076	564.004.076
Grupo Gescartão	73.241.817	73.241.817
Grupo Gescartão - suprimentos alienados	24.624.943	24.624.943
CRP-Parque Comercial de Coimbra, SA	3.400.756	3.400.756
Casino Hotel Troia, SA	27.826.236	-
	<u>693.097.828</u>	<u>665.271.592</u>

Os impactos das alienações na demonstração de resultados foram os seguintes:

Os efeitos no balanço consolidado, da cisão dos activos líquidos da Sonae Indústria e suas filiais, em 30 de Setembro de 2005 (data de referência da cisão) e em 31 de Dezembro de 2004 são os seguintes:

	Data da Cisão	31.12.2004
Activos líquidos cindidos		
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (Notas 9 e 10)	1.157.295.263	1.142.571.795
Investimentos	998.938	767.946
Impostos diferidos activos (Nota 20)	54.795.890	61.332.706
Existências	169.605.332	159.011.303
Outros activos	199.495.179	118.744.968
Caixa e equivalentes a caixa	80.882.736	74.817.721
Empréstimos	(673.486.601)	(505.938.584)
Impostos diferidos passivos (Nota 20)	(40.794.376)	(27.513.512)
Outros passivos	(544.551.151)	(586.568.375)
Provisões	(29.219.958)	(24.970.268)
	<hr/>	<hr/>
	375.021.252	412.255.700
Diferenças de consolidação líquidas (Nota 12)	<hr/>	<hr/>
	49.255.959	52.362.062
	<hr/>	<hr/>
	424.277.211	464.617.762

Os impactos da cisão na demonstração de resultados foram os seguintes:

	Data da Cisão	31.12.2004
Vendas e prestações de serviços	1.080.605.495	1.355.159.151
Outro proveitos operacionais	1.538.265	28.936.485
Custo das existências vendidas e consumidas	(491.821.364)	(609.060.727)
Outros custos operacionais	(517.098.022)	(693.314.856)
Resultado financeiro	(28.413.772)	(56.478.561)
Resultado relativos a investimentos e associadas	11.660.831	8.952.132
	Resultado antes impostos	56.471.433
Imposto sobre o rendimento	(21.544.339)	(13.898.075)
	Resultado líquido	34.927.094
		20.295.549

9. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o movimento ocorrido no valor das Imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Imobilizações corpóreas						Total imobilizado corpóreo	
	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso		
Activo bruto:								
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2004	1.700.454.212	2.858.719.944	41.899.177	270.847.355	47.430.706	101.920.498	5.021.271.892	
Variações do perímetro de consolidação	(36.980)	(468.614)	(45.996)	(113.664)	(58.788)	(158.697)	(882.739)	
Investimento	26.230.396	32.737.469	1.792.007	11.103.817	413.984	180.329.078	252.606.751	
Aquisições de filiais	-	-	-	5.969.372	649.743	-	6.619.115	
Desinvestimento	(17.968.019)	(70.287.466)	(3.705.731)	(18.376.348)	(753.652)	(13.392.647)	(124.483.863)	
Variações cambiais	2.788.135	6.056.337	99.076	476.936	3.275	16.469	9.440.228	
Transferências	16.148.502	132.060.964	1.739.711	27.633.063	1.220.782	(157.077.669)	21.725.353	
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2005	1.727.616.246	2.958.818.634	41.778.244	297.540.531	48.906.050	111.637.032	5.186.296.737	
Variações do perímetro de consolidação	283.892	563.297	108.171	235.027	261.243	2.971	1.454.601	
Investimento	27.658.714	21.444.159	1.473.017	6.658.356	692.308	286.532.285	344.458.839	
Aquisições de filiais	Nota 8	184.072.599	2.516.380	143.095	740.826	137.280	-	
Desinvestimento		(64.430.631)	(54.997.287)	(2.854.387)	(15.978.564)	(1.807.205)	(1.703.683)	
Alienações de filiais	Nota 8	(155.542.723)	(349.763.203)	(9.817.048)	(40.735.446)	(8.321.144)	(14.397.293)	
Cisão	Nota 8	(411.539.735)	(1.642.402.938)	(13.162.240)	(44.113.261)	(19.500.932)	(31.448.771)	
Alteração de método de consolidação		(732.114)	(745.928)	(47.178)	(1.482.387)	(416.630)	(46.981)	
Variações cambiais		52.932.617	123.438.533	1.796.099	10.880.143	140.183	1.745.193	
Transferências		81.578.947	131.724.635	1.551.785	22.371.571	3.092.158	(267.150.995)	
Saldo final a 31 de Dezembro de 2005	1.441.897.812	1.190.596.282	20.969.558	236.116.796	23.183.311	85.169.758	2.997.933.517	
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2004	322.878.206	1.325.812.885	35.666.616	145.080.935	35.368.836	554.799	1.865.362.277	
Variações do perímetro de consolidação	(21.952)	(407.502)	(22.249)	(90.244)	(9.924)	-	(551.871)	
Depreciações do período	42.855.412	210.811.372	3.657.582	40.685.365	3.957.816	159.198	302.126.745	
Aquisições de filiais	-	-	-	4.488.672	279.925	-	4.768.597	
Desinvestimento		(4.779.843)	(49.755.434)	(2.612.753)	(18.344.860)	(511.434)	(76.004.324)	
Variações cambiais		210.033	1.271.433	60.774	204.503	(4.342)	-	
Transferências		(16.386.927)	(4.637.930)	(3.896.612)	(3.365.475)	(210.824)	-	
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2005	344.754.929	1.483.094.824	32.853.358	168.658.896	38.870.053	713.997	2.068.946.057	
Variações do perímetro de consolidação	55.526	278.494	91.273	225.278	219.104	-	869.675	
Depreciações do período	45.497.723	185.141.999	2.291.944	32.912.697	3.304.293	15.965	269.164.621	
Aquisições de filiais	Nota 8	225.619	472.613	71.003	420.660	70.888	-	
Desinvestimento		(11.133.800)	(30.755.699)	(2.274.729)	(12.835.691)	(1.539.355)	(58.539.274)	
Alienações de filiais	Nota 8	(29.706.234)	(173.467.842)	(7.146.335)	(23.294.886)	(7.636.351)	(24.151.648)	
Cisão	Nota 8	(90.447.768)	(861.922.450)	(9.039.639)	(28.943.382)	(15.532.694)	(1.005.885.933)	
Alteração de método de consolidação		(593.602)	(603.690)	(48.631)	(1.007.631)	(366.718)	-	
Variações cambiais		6.468.219	46.876.375	1.188.233	5.587.593	97.931	-	
Transferências		(623.872)	(18.214.822)	(226.219)	16.776.677	383.714	(458.795)	
Saldo final a 31 de Dezembro de 2005	264.496.740	630.899.802	17.760.258	158.500.211	17.870.865	271.167	1.089.799.043	
Valor líquido								
A 31 de Dezembro de 2004	1.382.861.317	1.475.723.810	8.924.886	128.881.635	10.035.997	110.923.035	3.117.350.680	
A 31 de Dezembro de 2005	1.177.401.072	559.696.480	3.209.300	77.616.585	5.312.446	84.898.591	1.908.134.474	

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Desinvestimento" referentes a Terrenos e edifícios e Equipamentos são referentes à alienação pela Sonae Distribuição Brasil, SA de um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais que explorava sob a insígnia Big, no Estado de S.Paulo, Brasil.

Os valores mais significativos incluídos nas rubricas de "Aquisições de filiais" são referentes à compra de Unidades de Participação em Fundos Imobiliários que detêm, na sua quase totalidade, activos imobiliários associados à exploração da actividade de retalho em Portugal.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em Curso" referem-se aos seguintes projectos:

	31.12.2005	31.12.2004
Remodelação e expansão de lojas em Portugal	22.545.971	12.539.469
Novos projectos em Portugal do segmento Retailho	17.687.515	49.464.075
Desenvolvimento de rede móvel	7.897.191	7.342.426
Desenvolvimento de rede fixa	3.213.590	1.428.604
Projecto Troia	11.269.829	11.354.047
Outros	22.555.662	29.508.411
	<hr/> 85.169.758	<hr/> 111.637.032

10. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido no valor das Imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Imobilizações incorpóreas				
	Propriedade industrial	Software	imobilizações incorpóreas	Imobilizado em curso	Outras
					Total
Activo bruto:					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2004	19.280.802	212.446.974	31.054.340	160.544.058	423.326.174
Investimento	75.761.222	1.842.296	550.137	44.261.830	122.415.485
Aquisições de filiais	-	-	15.284	-	15.284
Desinvestimento	(42.188)	(729.680)	(1.642.788)	(1.093.468)	(3.508.124)
Variações cambiais	25.932	83.719	3.439.828	-	3.549.479
Transferências	141.133.031	27.826.525	(2.831.185)	(190.528.675)	(24.400.304)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2005	236.158.799	241.469.834	30.585.616	13.183.745	521.397.994
Investimento	12.769.064	1.231.380	1.415.909	34.459.336	49.875.689
Aquisições de filiais	Nota 8	23.882	-	91.283	-
Desinvestimento		(852.997)	(1.149.527)	(662.549)	(82.101)
Alienações de filiais	Nota 8	(13.765.280)	(10.401.826)	(2.690.560)	(2.017.088)
Cisão	Nota 8	(4.036.351)	(223.951)	(2.467.773)	(74.659)
Alteração de método de consolidação		(1.987.510)	(29.292)	(4.886.079)	-
Variações cambiais		1.582.453	2.280.662	227	-
Transferências		860.444	26.746.118	147.159	(29.999.580)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2005	230.752.504	259.923.398	21.533.233	15.469.653	527.678.788
Amortizações e perdas por					
imparidade acumuladas					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2004	12.579.799	121.712.528	13.785.540	-	148.077.867
Amortizações do período	2.644.821	34.584.158	2.859.065	-	40.088.044
Aquisições de filiais	-	-	14.199	-	14.199
Desinvestimento	(56.244)	(708.409)	(522.992)	-	(1.287.645)
Variações cambiais	2.785	53.237	67	-	56.089
Transferências	(722.341)	(232.465)	74.873	-	(879.933)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2005	14.448.820	155.409.049	16.210.752	-	186.068.621
Amortizações do período	15.111.873	24.486.694	2.656.161	-	42.254.728
Aquisições de filiais	Nota 8	47.376	-	3.320	-
Desinvestimento		(620.896)	(601.502)	(324.464)	(1.546.862)
Alienações de filiais	Nota 8	(1.174.160)	(8.984.428)	(2.420.158)	(12.578.746)
Cisão	Nota 8	(3.901.731)	(167.962)	(1.719.722)	(5.789.415)
Alteração de método de consolidação		(1.403.354)	(10.939)	(1.317.533)	(2.731.826)
Variações cambiais		149.557	1.445.412	136	-
Transferências		824.355	(2.069.679)	56.388	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2005	23.481.840	169.506.645	13.144.880	-	206.133.365
Valor líquido					
A 31 de Dezembro de 2004	221.709.979	86.060.785	14.374.864	13.183.745	335.329.373
A 31 de Dezembro de 2005	207.270.664	90.416.753	8.388.353	15.469.653	321.545.423

Em 31 de Dezembro de 2005, o valor da rubrica "Propriedade Industrial" corresponde fundamentalmente aos activos relacionados com a tecnologia UMTS no valor líquido de cerca de 128.671.226 euros e ao justo valor atribuído a um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, no valor de 75.000.000 euros.

11. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	Propriedades de investimento			
	Em exploração	"Fit Out"	Em construção	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2004	1.581.467.424	-	216.599.522	1.798.066.946
Adições	14.754.201	-	216.977.213	231.731.414
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:				
Custo de produção	252.560.671	-	(252.560.671)	-
Ajustamento para justo valor (Nota 36)	42.778.129	-	(4.427.418)	38.350.711
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos (Nota 36):				
- Ganhos	74.527.072	-	-	74.527.072
- Perdas	(1.426.721)	-	-	(1.426.721)
Adições por concentração de actividades empresariais	32.550.500	-	44.326.386	76.876.886
Alienações de propriedades de investimento	(14.850.000)	-	-	(14.850.000)
Diferenças de conversão cambial	1.570.107	-	-	1.570.107
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2005	1.983.931.383	-	220.915.032	2.204.846.415
Adições	6.870.789	7.307.718	222.710.010	236.888.517
"Write-off"	-	-	(9.450.500)	(9.450.500)
Transferências	-	-	(119.733)	(119.733)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:				
Custo de produção	140.836.650	-	(140.836.650)	-
Ajustamento para justo valor (Nota 36)	64.805.913	-	(1.693.678)	63.112.235
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos (Nota 36):				
- Ganhos	165.725.617	-	-	165.725.617
- Perdas	(34.765.938)	-	-	(34.765.938)
Adições por concentração de actividades empresariais	112.000.000	-	4.297.936	116.297.936
Alteração de método de consolidação	(1.228.949.160)	(3.653.859)	(124.985.718)	(1.357.588.737)
Alienações de propriedades de investimento	(20.121.000)	-	(45.911.634)	(66.032.634)
Alienações de filiais (Nota 8)	(9.650.000)	-	-	(9.650.000)
Diferenças de conversão cambial	48.137.998	-	19.909	48.157.907
Saldo final a 31 de Dezembro de 2005	1.228.822.252	3.653.859	124.944.974	1.357.421.085

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o montante das Propriedades de investimento em exploração respeitava ao justo valor da proporção detida em centros comerciais que pode ser detalhado como segue:

	31.12.2005		31.12.2004		
	Montante	Intervalo de Yields	Pro-forma		Intervalo de Yields
			Montante	Montante	
Portugal	718.685.026	6,25% e 7,25%	612.712.250	1.225.424.500	6,50% e 8,25%
Espanha	357.728.006	5,25% e 7,50%	302.488.361	604.979.752	6,50% e 7,75%
Itália	58.257.500	6,50% e 7,50%	-	-	-
Brasil	97.805.579	11,00% e 12,50%	76.763.565	153.527.129	11,00% e 13,00%
	1.232.476.111		991.964.176	1.983.931.383	

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliações reportadas às datas dos balanços, efectuadas por uma entidade especializada independente e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o montante das propriedades de investimento em desenvolvimento era composto como segue:

	Pro-forma		
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
Portugal:			
Alverca	2.838.625	-	-
Cacém Shopping	875.176	820.545	1.641.090
Parque de Famalicão	1.427.234	1.419.066	2.902.631
Setubal Retail Park	736.764	674.681	1.349.363
Lima Retail Park	2.148.968	-	-
Louresshopping	-	12.972.459	27.697.819
Torres Colombo	4.271.352	4.270.253	8.541.831
Serra Shopping	-	1.994.591	3.989.183
Rio Sul	16.534.179	10.302.928	20.605.857
Outros	605.518	313.298	627.898
Alemanha:			
Berlin Alexanderplatz	36.016.961	29.322.705	58.645.410
3DO	7.932.227	5.120.855	10.241.710
Brasil:			
Outros	114.655	-	-
Espanha:			
Las Medulas	20.337.249	-	-
Plaza Mayor Shopping	6.319.577	4.851.167	9.651.675
Plaza Éboli	-	14.675.416	29.403.151
Dos Mares - expansão	1.650.387	1.400.387	2.805.289
Outros	-	52.286	101.942
Grécia:			
Aegean Park	4.725.071	9.248.302	18.496.605
Outros	10.160	-	-
Itália:			
Freccia Rossa	13.930.831	24.213.580	24.213.578
Biella	4.071.824	-	-
Outros	398.219	-	-
	124.944.974	121.652.519	220.915.032

Em 31 de Dezembro de 2005 as seguintes propriedades de investimento tinham sido apresentadas como garantia real de empréstimos bancários contraídos:

3DO	La Farga
Airona	Las Medulas
Alexander Platz	Louresshopping
Algarveshopping	Luz del Tajo
Arrabidashopping	Madeirashopping
Avenida M40	Maiashopping
Cascaishopping	Norteshopping
Centro Colombo	Parque Atlântico
Centro Vasco da Gama	Parque Príncipado
Coimbra Retail Park	Plaza Éboli
Coimbrashopping	Plaza Mayor
Dos Mares	Plaza Mayor Shopping
Estação Viana	Rio Sul
Freccia Rossa	Serra Shopping
Gaiashopping	Valecenter
Grancasa	Valle Real
Guimarãeshopping	Viacatarina
Kareaga	Zubiarte

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 não existem, para além das acima indicadas, obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação ou manutenção

12. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2005	31.12.2004
Valor Bruto:		
Saldo inicial	453.242.056	346.330.745
Novas empresas no consolidado (Nota 8)	28.425.917	7.580.979
Aumentos	81.762.041	111.526.460
Diminuições	(239.731.503)	(12.196.128)
Crédo (Nota 8)	(49.255.959)	-
Alienação com alteração de método de consolidação	(25.554.825)	-
Saldo final	<u>248.887.726</u>	<u>453.242.056</u>
Perdas por imparidade		
acumuladas:		
Saldo inicial	-	-
Aumentos	3.309.480	-
Diminuições	-	-
Saldo final	<u>3.309.480</u>	<u>-</u>
Valor líquido	<u>245.578.246</u>	<u>453.242.056</u>

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com periodicidade anual.

Durante o período, os acréscimos de percentagem por aquisição de participações financeiras geraram diferenças de consolidação no montante de 20.330.762 euros.

Nos aumentos das diferenças de consolidação positivas estão incluídos 53.375.968 euros relativos á variação cambial das diferenças de consolidação do período, que foram registadas em Reservas de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados.

Nas diminuições das diferenças de consolidação positivas estão incluídos 227.071.232 euros relativos essencialmente à alienação de filiais no Brasil e do grupo Gescartão (Nota 8).

13. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31.12.2005		31.12.2004	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Investimentos em filiais, empresas controladas conjuntamente				
ou empresas associadas excluídas				
Saldo em 1 de Janeiro	74.113.537	-	268.572.249	-
Aquisições durante o período	7.409.474	-	13.817.561	-
Alienações durante o período	(15.719.727)	-	(208.486.272)	-
Cisão	(44.045.314)	-	-	-
Transferências	(12.962.276)	-	209.999	-
Saldo em 31 de Dezembro	8.795.694	-	74.113.537	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	(7.957.738)	-	(50.868.826)	-
	837.956	-	23.244.711	-
Investimentos em associadas				
Saldo em 1 de Janeiro	29.392.647	-	20.633.483	-
Aquisições durante o período	5.206.088	-	102.788	-
Alienações durante o período	(34.951.297)	-	(3.789.887)	-
Equivalência patrimonial	21.696.600	-	10.621.728	-
Cisão	(3.878.823)	-	-	-
Transferências	3.789.637	-	1.824.535	-
Saldo em 31 de Dezembro	21.254.852	-	29.392.647	-
Diferença de consolidação transferidas para investimentos	2.958.551	-	20.524.891	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	(844.130)	-	-	-
	23.369.273	-	49.917.538	-
Investimentos disponíveis para venda				
Justo valor em 1 de Janeiro	33.073.103	-	7.513.328	-
Aquisições durante o período	53.135.461	-	30.499.867	-
Alienações durante o período	(34.406.994)	-	(5.069.141)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	34.980.725	-	-	-
Cisão	(47.398)	-	-	-
Transferências	46.686.450	-	129.049	-
Justo valor em 31 de Dezembro	133.421.347	-	33.073.103	-
Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados				
Justo valor em 1 de Janeiro	-	2.233.267	-	3.402.680
Aquisições durante o período	-	10.979.724	-	-
Alienações durante o período	-	(494.410)	-	(1.169.414)
Cisão	-	(2.097.615)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro	-	10.620.966	-	2.233.266
Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)				
Justo valor em 1 de Janeiro	-	87.325.645	-	105.245.118
Aquisições durante o período	-	301.900	-	-
Alienações durante o período	-	(87.567.070)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-	-	(17.919.473)
Justo valor em 31 de Dezembro	-	60.475	-	87.325.645
	157.628.576	10.681.441	106.235.352	89.558.911

Os investimentos em associadas incluem diferenças de consolidação no valor de 2.958.551 euros (20.524.891 euros em 31 de Dezembro de 2004). Durante o período foi alienada parte da participação de uma associada, passando esta a partir dessa data a estar registada em Investimentos disponíveis para venda e valorizada pelo seu justo valor.

Os investimentos disponíveis para venda estão deduzidos de perdas por imparidade acumuladas (Nota 32) no valor de 2.770.033 euros (2.813.392 euros em 31 de Dezembro de 2004).

Em investimentos disponíveis para venda estão incluídos 63.500.000 euros relativos aos montantes depositados numa Escrow Account, estando este montante repartido entre activo corrente (10.500.000 euros) e activo não corrente (53.000.000 euros) de acordo com o prazo de vencimento da garantia prestada (Nota 8).

14. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, é o seguinte:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor liquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor liquido
Empréstimos concedidos a empresas associadas						
Bar-Bar-Idade Glass - Serviç. de Gest. e Investiment, SA	12.000.000	-	12.000.000	-	-	-
Outros	2.687.500	(34.916)	2.652.584	1.928.849	(331.515)	1.597.334
	14.687.500	(34.916)	14.652.584	1.928.849	(331.515)	1.597.334
Outros empréstimos concedidos						
Tarnaise des Panneaux, SA	-	-	-	10.931.182	(10.931.182)	-
Portucel Viana Energia, SA	-	-	-	6.723.989	-	6.723.989
Andar - Sociedade Imobiliária, SA	2.650.673	-	2.650.673	2.420.173	-	2.420.173
Outros	1.728.801	(259.889)	1.468.912	5.021.409	(3.307.875)	1.713.534
	4.379.474	(259.889)	4.119.585	25.096.753	(14.239.057)	10.857.696
Clientes e outros devedores						
Depósitos judiciais	823.385	-	823.385	29.543.621	-	29.543.621
Activos relativos a alienação de investiment. financeiro	1.911.424	-	1.911.424	25.690.682	-	25.690.682
Câmaras Municipais de Lisboa e de Málaga	4.723.019	-	4.723.019	7.776.954	-	7.776.954
Outros	12.243.096	(4.722.917)	7.520.179	32.299.518	(7.490.619)	24.808.899
	19.700.924	(4.722.917)	14.978.007	95.310.775	(7.490.619)	87.820.156
Estado e outros entes públicos						
Outros activos não correntes	1.988.844	-	1.988.844	6.046.820	-	6.046.820
	40.756.742	(5.017.722)	35.739.020	133.558.458	(22.061.191)	111.497.267

15. EXISTÊNCIAS

O detalhe das Existências em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, é o seguinte:

	Pro-forma		
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.097.930	18.373.688	117.077.946
Mercadorias	404.016.004	348.287.569	459.007.635
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	525	10.137	21.006
Produtos acabados e intermédios	14.438.654	12.222.009	73.985.069
Produtos e trabalhos em curso	49.610.520	43.230.523	47.010.858
Adiantamentos por conta de compras	548.174	1.416.681	1.416.683
	485.711.807	423.540.607	698.519.197
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 32)	(25.230.922)	(21.618.281)	(24.660.246)
	460.480.885	401.922.326	673.858.951

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 ascendeu a 3.737.853.813 euros e 3.644.078.704 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Existências iniciais	366.661.256	209.424.325	576.085.581	349.879.674	209.821.419	559.701.093
Efeito da conversão cambial	-	38.497.976	38.497.976	-	2.443.022	2.443.022
Variações de perímetro	-	(248.307.831)	(248.307.831)	-	(324.578)	(324.578)
Compras	2.434.480.707	1.375.589.858	3.810.070.565	2.281.302.056	1.394.292.967	3.675.595.023
Regularizações de existências	(18.462.174)	(3.666.640)	(22.128.814)	(17.839.972)	(6.829.042)	(24.669.014)
Existências finais	419.954.674	1.159.260	421.113.934	366.661.256	209.424.325	576.085.581
	2.362.725.115	1.370.378.428	3.733.103.543	2.246.680.502	1.389.979.463	3.636.659.965
Perdas por imparidade	4.608.310	2.183.234	6.791.544	9.108.415	1.658.760	10.767.175
Reversão de perdas por imparidade	(937.073)	(1.104.202)	(2.041.275)	(880.788)	(2.467.648)	(3.348.436)
	2.366.396.352	1.371.457.460	3.737.853.812	2.254.908.129	1.389.170.575	3.644.078.704

16. CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, é o seguinte:

	Pro-forma		
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
Clientes correntes			
Derivados de Madeira	-	-	80.648.556
Retalho	17.758.626	10.583.641	21.074.371
Centros Comerciais	14.690.903	16.393.559	21.177.945
Telecomunicações	136.893.800	144.889.014	144.505.041
Outros Segmentos	76.605.860	74.977.144	77.926.914
	245.949.189	246.843.358	345.332.827
Clientes, conta letras	6.383.363	8.003.863	16.903.443
Clientes de cobrança duvidosa	88.560.436	92.577.604	108.799.366
	340.892.988	347.424.825	471.035.636
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(96.067.713)	(99.754.396)	(124.202.723)
	244.825.275	247.670.429	346.832.913

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível, às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Grupo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

17. OUTRAS DIVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, é o seguinte:

	Pro-forma		
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
Outros Devedores			
Fornecedores c/c - saldos devedores	32.445.023	30.958.194	32.873.600
Regime esp.reg.dívidas ao Fisco e Seg.Social (Dec.Lei 248-A)	14.576.053	14.836.878	14.836.878
IVA de imóveis	8.572.458	-	-
Alienação de imobilizado	4.336.373	30.451.986	28.481.738
Alienação de investimentos financeiros	260.410.243	868.174.295	12.953.841
Venda c/ créditos s/ terceiros	-	-	48.224.563
Securitização de créditos	1.684.510	2.124.027	26.982.507
Valor a receber relativo à venda de filiais no Brasil (Nota 8)	8.550.000	-	-
Outros	49.691.201	43.303.970	56.360.005
	380.265.861	989.849.350	220.713.132
Adiantamentos a fornecedores	4.877.763	32.520	6.336.979
Outros empréstimos concedidos	19.758.938	161.281.243	53.039.477
	404.902.562	1.151.163.113	280.089.588
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(14.238.511)	(17.750.202)	(16.554.191)
	390.664.051	1.133.412.911	263.535.397

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social, corresponde essencialmente a impostos pagos, que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável para o Grupo.

Na rubrica de "Alienações de investimentos financeiros", no balanço pro-forma de 31 de Dezembro de 2004, estão incluídos 855.245.893 euros relativos à simulação das transações de alienação das filiais do Brasil, da Gescartão e da Sonae Sierra que ocorreram apenas em 2005, mas que para efeitos do balanço pro-forma foram simuladas a 31.12.2004.

Na mesma rubrica em 31 de Dezembro de 2005 o valor mais significativo corresponde à dívida da alienação de 17,04% da Sonae Sierra, SGPS, SA (226.260.029 euros).

Na rubrica "Outros empréstimos concedidos", no balanço pro-forma a 31 de Dezembro de 2004 estão incluídos 122.611.287 euros relativos a empréstimos concedidos a filiais do grupo Sonae Indústria.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, é o seguinte:

	Pro-forma		
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
Valores devedores			
Imposto sobre o rendimento	19.860.624	17.610.990	27.193.511
Imposto sobre o valor acrescentado	63.381.176	45.577.853	85.231.301
Outros Impostos	4.394.205	2.904.669	4.537.425
	87.636.005	66.093.512	116.962.237
Valores credores			
Imposto sobre o rendimento	21.267.569	19.326.413	28.754.249
Imposto sobre o valor acrescentado	26.032.550	25.186.716	36.123.173
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	4.752.997	1.633.552	1.658.044
Contribuições para a Segurança Social	14.371.354	13.274.006	23.478.405
Outros Impostos	3.390.098	3.291.176	10.018.237
	69.814.568	62.711.863	100.032.108

19. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos Outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, é o seguinte:

	Pro-forma		
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
Facturação a emitir	37.549.383	39.094.202	39.094.202
Receitas comerciais	5.178.983	3.330.224	3.330.224
Custos diferidos - rendas	3.527.674	2.911.662	2.911.662
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	11.771.694	8.636.881	8.636.881
Outros activos correntes	7.548.359	7.332.838	21.203.512
	65.576.093	61.305.807	75.176.481

20. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2004
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	-	-	200.453.376	312.126.104
Homogeneização de amortizações	282.358	1.280.059	24.696.174	53.638.912
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	13.201.778	8.727.269	2.560.614	-
Anulação de imobilizações corpóreas e incorpóreas	28.640.493	21.437.022	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	23.436.106	20.027.140	2.067.858	1.547.494
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	320.595	4.852.097	16.631	3.542.519
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	3.838.774	3.875.316
Prejuízos fiscais reportáveis	42.886.889	161.088.375	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	4.485.183	5.455.564
Outros	(284.180)	(460.537)	65.651	7.904.940
	108.484.039	216.951.425	238.184.261	388.090.849

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 foi como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2004
Saldo inicial	216.951.425	237.832.317	388.090.849	328.125.407
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	-	-	60.713.539	39.596.289
Homogeneização de amortizações	(1.256.961)	1.262.399	8.102.805	2.943.713
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	4.288.769	1.059.830	3.683.627	(1.252.134)
Anulação de imobilizações corpóreas e incorpóreas	6.328.243	4.795.333	161.899	1.787.410
Anulação de acréscimos e diferimentos	2.667.524	(355.957)	333.025	(1.868.025)
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	(2.944.390)	(332.158)	(3.082.220)	(232.343)
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	(89.953)	(21.830)
Prejuízos fiscais reportáveis	(14.537.202)	(24.955.682)	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(81.669)	(75.559)
Outros	(1.455.584)	(3.280.043)	535.410	6.856.484
	(6.909.601)	(21.806.278)	70.276.463	47.734.005
Efeito em reservas:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	-	-	798.325	10.876.616
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	(12.114.929)	(623.152)	(538.903)	(1.050.333)
Conversão cambial	12.625.874	749.899	7.963.708	615.656
Imputração do justo valor nas aquisições de filiais	-	799.043	1.362.272	13.720
Cisão (Nota 8)	(54.795.890)	-	(40.794.379)	-
Variação de taxa de imposto	321.469	1.359.279	(176.557)	1.868.665
Outros	2.944.441	(3.475.489)	(11.117.068)	(93.241)
	(51.019.035)	(1.190.420)	(42.502.602)	12.231.083
Alteração do método de consolidação	(12.411.493)	-	(199.255.986)	-
Aquisição de filiais	4.646.928	2.115.806	27.285.754	354
Alienação de filiais	(42.774.185)	-	(5.710.217)	-
Saldo final	108.484.039	216.951.425	238.184.261	388.090.849

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 1999	-	-		15.624.274	4.216.924	2005
Gerados em 2000	1.860.520	464.590	2006	7.008.937	1.627.738	2006
Gerados em 2001	7.365.362	2.010.374	2007	35.438.140	9.744.575	2007
Gerados em 2002	61.090.945	16.727.473	2008	59.451.372	16.195.703	2008
Gerados em 2003	32.257.714	9.013.529	2009	43.340.935	12.271.177	2009
Gerados em 2004	5.295.699	1.317.769	2010	12.141.429	3.826.939	2010
Gerados em 2005	10.614.908	2.926.903	2011	-	-	
	118.485.148	32.460.638		173.005.087	47.883.056	
Sem limite de data de utilização	9.122.035	3.250.519		11.692.437	4.217.389	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	20.502.091	7.175.732		32.396.962	13.024.507	
Actividades descontinuadas	-	-		383.727.697	95.963.423	
	29.624.126	10.426.251		427.817.096	113.205.319	
	148.109.274	42.886.889		600.822.183	161.088.375	

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram activos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2005 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 1.341.331.692 euros, cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

	31.12.2005			31.12.2004		
	Prejuizo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuizo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 1999	-	-		3.838.780	1.055.664	2005
Gerados em 2000	67.743.331	18.629.417	2006	65.770.015	18.093.568	2006
Gerados em 2001	125.518.521	34.517.593	2007	158.151.505	43.507.701	2007
Gerados em 2002	679.213.519	186.783.717	2008	732.550.064	201.460.612	2008
Gerados em 2003	65.091.201	18.520.346	2009	56.107.915	15.505.802	2009
Gerados em 2004	41.053.702	11.326.503	2010	40.022.792	11.119.583	2010
Gerados em 2005	229.033.258	62.990.282	2011	-	-	
	1.207.653.532	332.767.858		1.056.441.071	290.742.930	
Sem limite de data de utilização a)	133.678.160	46.113.016		135.348.577	46.683.361	
Actividades descontinuadas	-	-		1.037.494.539	358.490.680	
	1.341.331.692	378.880.874		2.229.284.187	695.916.971	

21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Pro-forma		
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
Numerário	2.799.622	2.472.997	3.839.186
Depósitos bancários	795.834.935	250.248.601	337.966.921
Aplicações de tesouraria	113.659.759	65.961.984	144.407.335
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	912.294.316	318.683.582	486.213.442
Descobertos bancários (Nota 24)	(18.673.265)	(19.253.677)	(24.735.790)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	893.621.051	299.429.905	461.477.652

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos bancários.

22. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma. Nessa data a sociedade e suas filiais detinham 133.976.146 acções próprias, registadas por 143.630.520 euros.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2005:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais	52,94

23. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o período findo em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 foram os seguintes:

	31.12.2005	31.12.2004
Saldo inicial em 1 de Janeiro	785.515.291	921.125.745
Dividendos distribuídos	(14.977.382)	(2.398.420)
Variação resultante da conversão cambial	19.108.495	3.923.955
Aquisição de filiais (Nota 8)	16.198.094	(263.359.881)
Alienação de filiais (Nota 8)	(25.864.330)	-
Alienação da Sonae Sierra e mudança de método de consolidação	(553.940.396)	-
Cisão da Sonae Indústria	35.247.616	-
Outras variações	(1.968.496)	(6.137.684)
Resultado do período atribuível aos interesses minoritários	135.388.720	132.361.575
Saldo final em 31 de Dezembro	394.707.612	785.515.290

24. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2005			
	Custo amortizado		Valor nominal	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Empréstimos bancários	573.021.760	892.835.901	573.477.973	912.093.283
Empréstimos obrigacionistas	89.725.193	910.949.438	89.819.686	921.819.684
Credores por locações financeiras (Nota 25)	11.030.610	36.194.019	11.030.610	36.194.019
Outros empréstimos	1.082.647	8.164.831	1.082.647	8.164.831
Descobertos bancários (Nota 21)	18.673.265	-	18.673.265	-
Instrumentos derivados de cobertura (Nota 26)	959.050	481.953	-	-
	694.492.525	1.848.626.142	694.084.181	1.878.271.817

	31.12.2004			
	Custo amortizado		Valor nominal	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Empréstimos bancários	774.487.573	1.825.940.672	775.922.177	1.868.172.461
Empréstimos obrigacionistas	35.078.955	431.782.099	35.080.762	436.116.630
Credores por locações financeiras (Nota 25)	11.439.067	40.779.698	11.439.067	40.779.698
Outros empréstimos	5.381.527	145.646.891	5.381.527	140.758.506
Descobertos bancários (Nota 21)	24.735.790	-	24.735.790	-
Instrumentos derivados de cobertura (Nota 26)	98.538.076	3.632.912	-	-
	949.660.988	2.447.782.272	852.559.323	2.485.827.295

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 26).

O valor nominal dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

	31.12.2005	31.12.2004
2005	-	852.559.323
2006	694.084.181	757.869.633
2007	144.560.638	160.912.179
2008	126.167.422	179.019.440
2009	349.217.525	478.382.160
2010	333.764.184	112.039.422
Após 2010	924.562.049	797.604.461
	2.572.355.998	3.338.386.618

Os principais empréstimos, em vigor em 31 de Dezembro de 2005, podem ser caracterizados como segue:

- Em 6 de Agosto de 2004, a filial Optimus concluiu com um sindicato bancário internacional a negociação e assinatura de um novo contrato de financiamento, através de dívida sénior, no montante de 450.000.000 euros, por um prazo de 5 anos. Este financiamento destinou-se ao refinanciamento dos montantes utilizados ao abrigo do anterior contrato de financiamento ao projecto (assinado em Julho de 2003) e será utilizado para o financiamento das actividades correntes e futuras. A taxa de juro está indexada à Euribor e é função da sua performance financeira, nomeadamente em relação ao rácio Dívida Líquida sobre EBITDA. Os montantes utilizados ao abrigo da linha de financiamento BEI serão reembolsados em duas amortizações (30% em Junho de 2008 e 70% em Junho de 2009). A tranche de financiamento em sistema de conta corrente será reembolsada, na sua totalidade, em Junho de 2009. Em 31 de Dezembro de 2005 o montante utilizado ao abrigo desta linha de crédito é de 324.458.200 euros classificados na sua totalidade como não correntes;
- Empréstimos bancários obtidos por várias filiais da Sonae Sierra junto de várias instituições financeiras, no valor de 961.970.424 euros que vencem juros a taxas de mercado e que serão amortizados a partir de Março de 2006 a Maio de 2027. A 31 de Dezembro de 2005 o valor utilizado destes financiamentos era de 702.313.716 euros, estando registados em não correntes 683.252.465 euros e em correntes 19.061.251 euros. Como garantia destes empréstimos foram constituídas hipotecas sobre os imóveis propriedade destas sociedades, não existindo garantias dos accionistas;

- Empréstimos bancários obtidos por várias filiais da Sonae Sierra junto de várias instituições financeiras, no valor de 531.057.807 euros que vencem juros a taxas de mercado e que serão amortizados a partir de Fevereiro de 2006 a Dezembro de 2025. A 31 de Dezembro de 2005 o valor utilizado destes financiamentos era de 309.607.897 euros, estando registados em não correntes 288.935.522 euros e em correntes 20.672.375 euros. Como garantia destes empréstimos foram constituídas hipotecas sobre os imóveis propriedade destas sociedades e penhor sobre as acções do capital social das filiais, não existindo garantias dos accionistas;
- Empréstimos bancários não correntes, obtidos por uma filial da Sonae SGPS junto a instituições financeiras em 2001, no valor de 32.154.000 euros que vencem juros a taxas de mercado e que serão reembolsados após dois anos de carência, em vinte prestações trimestrais consecutivas. Em 31 de Dezembro de 2005 o montante classificado como corrente ascende a 6.150.940 euros e como não corrente a 10.764.146 euros;
- Empréstimo bancário não corrente, obtido por uma filial da Sonae SGPS junto a instituição financeira em 11 de Fevereiro de 2005, no valor de 40.000.000 euros que vence juros a taxas de mercado e que será reembolsado de uma só vez, em 9 de Fevereiro de 2007. Este financiamento encontra-se garantido pela Sonae, SGPS, SA.
- Empréstimos bancários correntes, obtidos por uma filial da Sonae Capital junto a instituição financeira em 30 de Dezembro de 2005, no valor de 34.791.153 euros que vencem juros a taxas de mercado e que serão reembolsados de uma só vez, em 30 de Junho de 2006. Estes financiamentos encontram-se garantidos pela Sonae, SGPS, SA.
- Empréstimo obrigacionista Modelo Continente / 2003 no valor de 82.000.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro de 2011. A taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses com um spread de 0,75%;
- Empréstimo obrigacionista Modelo Continente / 2004 no valor de 100.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março de 2009. A taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses com um spread de 1,15%;
- Empréstimo obrigacionista Modelo Continente / 2005 / 2010 no valor de 265.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer o reembolso antecipado. O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da emitente total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo, mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado. A taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses com um spread de 0,70%;
- Empréstimo obrigacionista Modelo Continente / 2005 / 2012 no valor de 150.000.000 euros, reembolsável ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer o reembolso antecipado. O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da emitente, sem penalização, total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º e 13º cupões. A taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses com um spread de 0,85%;
- Empréstimo obrigacionista Sonae / 97 no valor de 149.639.369 euros, reembolsável ao par, em 2 prestações iguais no vencimento do 18º e 20º cupão; a taxa de juro corresponde à Lisboa (posteriormente mudou para Euribor) acrescida de 0,17% do 1º ao 13º cupão, de 1,17% no 14º cupão e de 1,22% do 15º ao 20º cupão. Este empréstimo será reembolsado ao par, em Outubro de 2006, em metade do seu capital (74.819.685 euros);
- Empréstimo obrigacionista Sonae / 05 no valor de 100.000.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, numa única prestação em 31 de Março de 2013; a taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses acrescida de 0,875% e os juros serão pagos semestralmente;
- Empréstimo obrigacionista Sonae Imobiliária / 99 no valor de 50.000.000 de euros, reembolsável de uma só vez em Dezembro de 2006; a taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses, sendo acrescida de 0,5% até ao 10º cupão e de 0,55% do 11º ao 14º cupão. Este financiamento previa a possibilidade de os subscritores exercerem um reembolso antecipado do empréstimo na data de vencimento do 10º cupão, que ocorreu em Dezembro de 2004, tendo sido reembolsado o montante de 20.000.000 euros;
- Empréstimo obrigacionista Sonaecom / 2005 no valor de 150.000.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em Junho de 2013. A taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses com um spread de 0,875%;
- A Sonae SGPS contratou em 23 de Agosto de 2004 um programa de papel comercial no montante de 350.000.000 euros, com a duração de 10 anos. Em 31 de Dezembro de 2005, o montante de emissões no mercado ascende a 340.950.000 euros;

25. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe

	31.12.2005	31.12.2004
Bens adquiridos com recurso a locação financeira		
Terrenos e Edifícios	44.829.095	56.769.699
Equipamento Básico	4.665.686	15.569.270
Equipamento Transporte	94.984	662.277
Ferramentas e Utensílios	38.239	178.399
Equipamento Administrativo	10.161.235	15.043.412
Outras Imobilizações Corpóreas	2.721	5.443
Imobilizações em Curso	738.162	489.401
Propriedades de Investimento	8.628.500	-
	<hr/> 69.158.622	<hr/> 88.717.901
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Credores por locação financeira		
	Pagamentos mínimos da locação financeira	Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira
	31.12.2005	31.12.2005
	31.12.2004	
Montantes a pagar por locações financeiras:		
2005	-	11.843.427
2006	12.374.539	11.030.610
2007	7.787.861	6.722.693
2008	8.903.230	8.030.152
2009	5.299.193	4.576.721
2010	5.207.812	4.655.132
Após 2010	13.498.785	12.209.321
	<hr/> 53.071.420	<hr/> 11.827.142
	<hr/> 47.224.629	<hr/> 52.218.765
Juros futuros	-5.846.791	
	<hr/> <hr/>	
Componente de curto prazo	11.030.610	11.439.067
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo	<hr/> 36.194.019	<hr/> 40.779.698

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de Dezembro de 2005, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

26. INSTRUMENTOS FINANCIEROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

O Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, por forma a efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma o Grupo contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio e opções de compra e venda de divisas, por forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Em 31 de Dezembro de 2005, o justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio, calculados tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no activo de 60.475 euros (307.485 euros em 31 de Dezembro de 2004), não existindo valores no passivo (573 euros em 31 de Dezembro de 2004).

As perdas do período associados a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura, ascenderam a 61.048 euros e foram registadas directamente na demonstração de resultados na rubrica de Resultados financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo tinha contratadas opções de compra de moeda como forma de cobertura de justo valor de instrumentos financeiros derivados resultantes da contratação de um empréstimo. O justo valor estimado destas opções, o qual era idêntico ao justo valor estimado dos instrumentos financeiros derivados cobertos ascendia a 5.494.113 euros, tendo sido objecto de registo os correspondentes activo e passivo. Estes derivados foram alienados durante o período de 2005 em virtude do empréstimo obtido subjacente a essas coberturas ter sido amortizado antecipadamente.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2005, respeitam, fundamentalmente, a "swaps" e opções de taxa de juro ("cash flow hedges") contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 255.692.090 euros (984.264.932 euros em 31 de Dezembro de 2004) cujo justo valor ascendia a -1.441.003 euros (-8.444.082 euros em 31 de Dezembro de 2004), deste montante 454.221 euros dizem respeito a derivados cujo passivo correspondente foi reembolsado durante o período pelo que deixaram de cumprir os requisitos para serem designados instrumentos de cobertura, embora continuem a contribuir para a redução da exposição à variação das taxas de juro.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura, são os seguintes:

- "Matching" entre fluxos de caixa pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro no derivado;
- "Matching" perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao
- Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.

Seleção das contrapartes dos derivados com base na solidez financeira e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo esse perfil de risco mensurado normalmente através de nota de "rating" atribuída por empresas de "rating" de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são instituições financeiras de primeira linha, de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo tinha contratados derivados de taxa de juro com o objectivo de cobrir o justo valor de determinados empréstimos de taxa fixa, cuja amortização ocorreu durante o período de 2005. O Grupo procedeu então à alienação desses instrumentos derivados. O justo valor destes instrumentos derivados ascendia a 8.823.290 euros em 31 de Dezembro de 2004.

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo tinha contratados instrumentos derivados que incorporaram gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro. Destinavam-se fundamentalmente a eliminar a volatilidade de activos ou passivos cobertos e dos respectivos juros originada por variações das taxas de câmbio. Com a ocorrência da amortização antecipada dos activos e passivos subjacentes, o Grupo procedeu à alienação dos respectivos instrumentos de cobertura.

O justo valor destes instrumentos de cobertura encontra-se discriminado no quadro abaixo:

	31.12.2005	31.12.2004
Activos	-	72.700.757
Passivos	-	(85.787.551)
	-	(13.086.794)

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	(Nota 13)		(Nota 24)	
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2004
Derivados que não são de cobertura	60.475	-	454.221	573
Derivados de cobertura				
Taxa de câmbio	-	5.801.597	-	5.494.113
Taxa de Juro	-	8.823.290	986.782	8.444.082
Taxa de Juro e taxa de câmbio	-	72.700.758	-	85.787.551
Outros derivados	-	-	-	2.444.669
	60.475	87.325.645	1.441.003	102.170.988

27. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	Pro-forma		
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
Accionistas	50.411.714	62.146.301	106.324.498
Subsídios ao investimento	-	-	84.845.088
Fornecedores de imobilizado	25.410.132	30.899.862	38.657.095
Outras dívidas a terceiros não correntes	481.162.421	619.975.989	652.750.725
Estado e outros entes públicos	-	-	14.056.100
Responsabilidades por pensões	-	-	23.758.519
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 28)	29.428.569	20.347.853	20.347.853
	586.412.836	733.370.005	940.739.878

A rubrica de Outras dívidas a terceiros não correntes inclui o valor de 460.085.361 euros (593.463.454 euros em 31 de Dezembro de 2004) referente ao preço pago pelo Grupo Santander relativo a acções Modelo Continente, SGPS, SA, actualmente representativo de 22,42% do capital desta filial, actualizado para o momento presente nos termos do acordo de opção de compra.

Em 9 de Maio de 2002, a sociedade procedeu à alienação, ao preço da Oferta Pública de Aquisição (€ 1,85 por acção), de 19,95% das acções representativas do capital da sua filial Modelo Continente, SGPS, SA ao Banco Santander Central Hispano e outras entidades por ele detidas (Grupo Santander), dando assim cumprimento a um conjunto de contratos assinados com o Grupo Santander em 8 de Fevereiro de 2002 no âmbito do lançamento da Oferta Pública de Aquisição de acções dessa filial.

Essa alienação foi efectuada em simultâneo com a assinatura de contratos que concedem à sociedade a opção de compra dessas acções (a exercer no prazo de 4 anos por filial nomeada em 16 de Dezembro de 2002 para o efeito) e ao Grupo Santander uma opção de venda das mesmas acções (a exercer sobre filial nomeada em 16 de Dezembro de 2002 para o efeito, após decorridos 3 anos e até ao final do 4º ano). Os preços do exercício das opções de compra e de venda definidos nesses contratos estão indexados ao preço de aquisição inicial e a variáveis financeiras.

Em Janeiro de 2003, o Grupo Santander subscreveu acções representativas de 5,7% do aumento de capital da Modelo Continente, SGPS, SA, as quais estão sujeitas ao mesmo regime contratual, após o que este grupo passou a deter 18,65% das acções representativas do capital social desta Empresa.

Em 16 de Novembro de 2004, os contratos acima referidos foram objecto de renegociação passando a incluir parte das acções da Modelo Continente, SGPS, SA adquiridas durante o período, passando o Grupo Santander a deter 30% das acções representativas do capital social desta filial.

A negociação efectuada manteve as opções de compra pela Sonae das acções detidas pelo Grupo Santander a qual pode ser exercida em qualquer momento, bem como a opção de venda detida pelo Grupo Santander sobre as mesmas acções a qual só pode ser exercida após 30 de Novembro de 2008. Os preços do exercício das opções de compra e de venda definidos nesses contratos estão indexados ao preço de aquisição inicial e a variáveis financeiras.

Em execução do Contrato de Opção de Compra celebrado em 16 de Novembro de 2004, a Sonae adquiriu, em 19 de Maio de 2005, em operação fora de bolsa, 83.375.000 acções (7,58% do capital social) da Modelo Continente, SGPS, SA, pelo valor de 150,4 milhões de euros.

Neste contexto, a aplicação das normas de contabilidade determina que, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador (Grupo Santander) todos os direitos e deveres inerentes a essas acções, os activos líquidos da Modelo Continente, SGPS, SA e suas filiais, que lhes estão associados, sejam mantidos no activo consolidado da Sonae, SGPS, SA, por força da opção de compra subscrita, para o exercício da qual foi nomeada uma filial integrada na consolidação, que determina a manutenção do controlo das acções pelo Grupo Sonae.

A rubrica Outras dívidas a terceiros não correntes inclui ainda o montante 26.865.801 euros a 31 de Dezembro de 2004 a título de estimativa de obrigações potenciais decorrentes de processos judiciais e fiscais em curso na Sonae Distribuição Brasil, para as quais existiam depósitos judiciais em Clientes e outros devedores não correntes (Nota 14).

28. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

O Grupo Sonae concedeu, em 2005 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de acções, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço da empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos são valorizadas nos termos da Nota 2.16.. Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				31.12.2005	31.12.2004
Acções					
	2002	2005	-	-	6.701.663
	2003	2006	288	15.973.503	10.564.485
	2004	2007	453	9.654.065	8.393.347
	2005	2008	474	8.446.941	-
				34.074.509	25.659.495
Opções					
	2001	2004	54	-	654.041
	2002	2005	115	4.203.376	4.830.099
	2003	2006	-	-	-
	2004	2007	-	-	-
	2005	2008	-	-	-
				4.203.376	5.484.140
Total				38.277.885	31.143.635

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31.12.2005	31.12.2004
Valor registrado em custos com pessoal	16.397.493	10.033.207
Registado em resultados transitados	13.031.076	10.314.646
	29.428.569	20.347.853
Registado em outros passivos correntes	-	-
Registado em outros passivos não correntes	29.428.569	20.347.853
	29.428.569	20.347.853

O movimento ocorrido no período no número de opções em aberto foi o seguinte:

	31.12.2005
Em aberto no início	3.086.290
Atribuídas no período	-
Exercidas no período	(238.656)
Vencidas e não exercidas no período	(441.410)
Em aberto no fim	2.406.224

Apenas existem opções de compra de acções Sonaecom que podem ser resumidas como segue:

Ano de vencimento	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Exercíveis até	31.03.05	31.03.06	31.03.07	31.03.08	31.03.09	
Pregó de exercício (definido na data de atribuição)	3.014 €	1.694 €	-	-	-	
Responsabilidade total	-	4.203.376	-	-	-	4.203.376
Responsabilidade registada	-	4.203.376	-	-	-	4.203.376
Número de opções em aberto	285.406	2.120.818	-	-	-	2.406.224
Número de opções exercidas até 31.12.2005	(238.656)	-	-	-	-	(238.656)
Número de opções vencidas mas não exercidas até 31.12.2005 (a)	(208.443)	(167.027)	-	-	-	(375.470)
Cotação média das opções exercidas até 31.12.2005	3.721 €					

(a) Foram ainda extintas 65.940 opções do plano que se vencia em 2003/2004

Durante o período o Grupo reconheceu custos com pessoal no montante de 1.467.065 euros (1.828.047 euros até 31 de Dezembro de 2004) relativos aos planos de opções de compra de acções da Sonaecom.

29. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2004		
	31.12.2005	Pro-forma	31.12.2004
Fornecedores conta corrente			
Derivados de Madeira	-	-	126.949.990
Retalho	454.106.013	453.753.187	587.377.862
Centros Comerciais	9.188.401	9.950.318	19.742.129
Telecomunicações	100.207.056	112.192.513	112.151.969
Outros Segmentos	76.168.660	49.287.312	54.997.718
	639.670.130	625.183.330	901.219.668
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	158.565.925	147.062.729	163.761.973
Fornecedores, títulos a pagar	10.444.926	11.197.389	33.900.297
	808.680.981	783.443.448	1.098.881.938

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

30. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

	31.12.2004		
	31.12.2005	Pro-forma	31.12.2004
Empresas participadas e participantes	29.107.161	62.986.704	12.256.999
Fornecedores de imobilizado	79.751.869	87.319.615	122.228.489
Outras dívidas	68.104.841	117.375.707	161.919.594
Créditos descontados em sistema de factoring	18.282.079	17.336.657	48.999.834
	195.245.950	285.018.683	345.404.916

Na rubrica de Outras dívidas, está registada uma opção de venda que o Grupo concedeu aos accionistas de uma participada alienada durante o período, no montante de 74.139.801 reais (27.018.768 euros) sobre acções dessa participada. Na sequência do período dessa opção de venda, o Grupo irá revender essas acções pelo montante de 8.550.000 euros conforme acordos efectuados em consequência da alienação daquela participada (Nota 8).

31. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31.12.2004		
	31.12.2005	Pro-forma	31.12.2004
Custos com o pessoal	98.573.788	84.497.448	114.563.040
Encargos financeiros a liquidar	12.409.099	10.422.654	14.496.941
Facturação a emitir por operadores	25.558.463	28.251.086	28.251.086
Comissões a agentes	12.605.394	8.021.212	8.021.212
Publicidade e propaganda	12.085.832	9.647.640	9.647.640
Outros fornecimentos e serviços externos	31.147.265	11.287.627	26.038.027
Receitas antecipadas de clientes	27.818.663	24.710.969	24.710.969
Rendas fixas debitadas antecipadamente	4.628.367	3.554.107	3.554.107
Subsídios	615.621	2.555.028	11.009.083
Outros	47.595.485	64.537.754	125.164.061
	<u>273.037.977</u>	<u>247.485.525</u>	<u>365.456.166</u>

32. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em	Aumentos	Diminuições	Variações de perimetro	Saldo em
	31.12.2004				31.12.2005
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 13)	53.682.218	1.063.973	(150.471)	(43.023.819)	11.571.901
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 14)	22.061.191	2.439.051	(432.541)	(19.049.979)	5.017.722
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	124.202.723	12.569.006	(14.102.531)	(26.601.485)	96.067.713
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	16.554.191	809.318	(2.257.789)	(867.209)	14.238.511
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 15)	24.660.246	6.975.389	(2.367.547)	(4.037.166)	25.230.922
Provisões não correntes	57.189.153	53.307.541	(12.823.828)	(43.194.947)	54.477.919
Provisões correntes	13.937.849	5.721.541	(6.717.288)	(10.657.119)	2.284.983
	<u>312.287.571</u>	<u>82.885.819</u>	<u>(38.851.995)</u>	<u>(147.431.724)</u>	<u>208.889.671</u>

Rubricas	Saldo em	Saldo em		
	31.12.2003	Aumentos	Diminuições	31.12.2004
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 13)	65.795.256	2.386.882	(14.499.920)	53.682.218
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 14)	20.636.201	5.826.693	(4.401.703)	22.061.191
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	115.532.603	24.912.892	(16.242.772)	124.202.723
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	19.117.602	903.361	(3.466.772)	16.554.191
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 15)	21.548.495	10.155.269	(7.043.518)	24.660.246
Provisões não correntes	53.696.014	20.314.902	(16.821.763)	57.189.153
Provisões correntes	17.572.911	752.626	(4.387.688)	13.937.849
	<u>313.899.082</u>	<u>65.252.625</u>	<u>(66.864.136)</u>	<u>312.287.571</u>

Nos aumentos está incluído o valor de 11.647.892 euros, referente à variação cambial, tendo sido contabilizado em reservas de conversão, bem como 27.000.000 euros para eventuais custos a incorrer com a alienação das filiais do Brasil (Nota 8) e que foram registados na demonstração de resultados em "Resultados relativos a investimentos".

As variações de perimetro das perdas por imparidade e das provisões podem ser analisadas como segue:

	31.12.2005
Alienação de empresas	(27.933.358)
Cisão do grupo Sonae Indústria	(106.528.501)
Alteração do método de consolidação do grupo Sonae Sierra	(13.270.625)
Outros	300.760
	<u>(147.431.724)</u>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

33. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2005	31.12.2004
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	64.279.059	43.461.384
por processos judiciais em curso	2.135.699	586.599
Outras	265.851.124	260.362.172

O valor de "Outras" inclui as seguintes garantias:

- 70.337.776 euros como garantias prestadas a clientes relativos a contratos de construção;
- 16.817.472 euros para garantir parte da dívida de filiais da Sonae Sierra relacionadas com compra, venda e permuta de terrenos;
- 117.532.153 euros como garantia relativa a responsabilidades assumidas por uma filial do grupo junto de uma instituição financeira;

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o Grupo tinha um penhor de 31,83% de ações Modelo Continente, SGPS, SA dado ao Grupo Santander em cumprimento de disposições contratuais decorrentes de contratos de opção de compra e de venda de ações Modelo Continente, SGPS, SA com uma filial do grupo.

34. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que o Grupo age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como proveitos, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, ascenderam a 161.552.245 euros e 122.846.915 euros, respectivamente.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

Vencíveis em:	31.12.2005	
	(a)	
2006	78.197.265	
2007	70.368.094	
2008	60.448.535	
2009	52.554.422	
2010	36.348.033	
Após 2010	35.590.995	
	<hr/> 333.507.344	

(a) Valores proporcionais a 50% dado que as filiais apenas vão contribuir com essa percentagem a partir de 2006;

35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos períodos de 2005 e de 2004 foram como segue:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Vendas de mercadorias	2.903.645.886	1.423.226.398	4.326.872.284	2.735.985.764	1.035.707.307	3.771.693.071
Vendas de produtos	95.106.540	763.034.215	858.140.755	164.757.680	1.377.756.368	1.542.514.048
	<hr/> 2.998.752.426	<hr/> 2.186.260.613	<hr/> 5.185.013.039	<hr/> 2.900.743.444	<hr/> 2.413.463.675	<hr/> 5.314.207.119
Prestações de serviços	1.214.419.634	(6.918.399)	1.207.501.235	1.157.457.954	(7.374.509)	1.150.083.445
Vendas e prestações de serviços	4.213.172.060	2.179.342.214	6.392.514.274	4.058.201.398	2.406.089.166	6.464.290.564

36. VARIAÇÃO DE VALOR DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O detalhe da variação de valor das propriedades de investimento nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 é a seguinte:

	Acumulado 31.12.2005	Acumulado 31.12.2004
Propriedades que estavam em construção e foram concluídas		
durante o período (Nota 11)	63.112.235	38.350.711
Variação de justo valor de propriedades de investimento (Nota 11)		
em exploração		
Ganhos	165.725.617	74.527.072
Perdas	(34.765.938)	(1.426.721)
	194.071.914	111.451.062

37. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 é a seguinte:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Proveitos suplementares	251.539.296	36.334.262	287.873.558	210.669.545	38.698.776	249.368.321
Trabalhos para a própria empresa	149.320.241	949.439	150.269.680	89.274.576	1.378.982	90.653.558
Ganhos na alienação de activos	34.516.556	50.725.327	85.241.883	7.345.593	8.623.874	15.969.467
Reversão de perdas de imparidade	7.995.425	2.752.778	10.748.203	-	-	-
Restituição de impostos	95.006	4.438.430	4.533.436	211.483	35.007.837	35.219.320
Subsídios	1.009.169	5.790.758	6.799.927	687.975	9.735.627	10.423.602
Direitos de ingresso	13.104.222	-	13.104.222	10.425.085	-	10.425.085
Diferenças de consolidação	-	-	-	3.413.722	2.269.802	5.683.524
Outros	19.767.809	9.438.161	29.205.970	23.957.795	2.958.303	26.916.098
	477.347.724	110.429.155	587.776.879	345.985.774	98.673.201	444.658.975

A rubrica de Proveitos Suplementares diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento Retailho, comparticipadas pelos parceiros do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2005 os ganhos na alienação de activos incluem cerca de 39 milhões de euros, registados nas "actividades descontinuadas", relativos à alienação de 10 estabelecimentos comerciais no Estado de S.Paulo (Brasil), efectuada durante o primeiro semestre. As "actividades continuadas" incluem cerca de 34 milhões de euros relativos à alienação dos projectos do casino, hotel casino e centro de congressos de Troia.

Em 31 de Dezembro de 2004 o valor de restituição de impostos incluem cerca de 23 milhões de euros, registados nas "actividades descontinuadas", relativos fundamentalmente a impostos recuperados de ICMS - imposto de circulação de mercadorias e serviços.

38. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 é a seguinte:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Subcontratos	527.018.930	11.424.195	538.443.125	464.890.478	15.958.435	480.848.913
Publicidade e propaganda	116.689.855	33.396.903	150.086.758	107.126.900	28.849.027	135.975.927
Trabalhos especializados	110.107.485	38.307.037	148.414.522	90.974.775	36.906.308	127.881.083
Transportes de mercadorias	37.254.871	93.032.024	130.286.895	33.292.406	114.347.481	147.639.887
Rendas e alugueres	76.730.141	32.920.667	109.650.808	58.136.980	34.611.029	92.748.009
Electricidade	35.087.780	63.635.895	98.723.675	33.764.832	84.264.358	118.029.190
Conservação e reparação	35.433.182	47.824.586	83.257.768	39.504.005	62.742.458	102.246.463
Comissões	54.980.413	3.005.682	57.986.095	56.950.508	5.005.210	61.955.718
Outros	121.891.334	80.834.368	202.725.702	104.959.916	98.715.552	203.675.468
	1.115.193.991	404.381.357	1.519.575.348	989.600.800	481.399.858	1.471.000.658

39. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 é a seguinte:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Remunerações	446.920.151	190.735.896	637.656.047	403.540.082	224.309.750	627.849.832
Encargos sobre remunerações	87.396.019	46.285.556	133.681.575	80.265.485	53.935.568	134.201.053
Seguros	8.637.220	1.214.469	9.851.689	7.797.155	1.746.141	9.543.296
Custos com acção social	2.886.225	11.154.070	14.040.295	2.788.486	11.228.270	14.016.756
Outros custos com pessoal	13.935.877	15.208.508	29.144.385	13.913.800	19.147.525	33.061.325
	559.775.492	264.598.499	824.373.991	508.305.008	310.367.254	818.672.262

40 OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 é a seguinte:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Custos com terminais pagamento automático	18.900.554	9.799.072	28.699.626	18.137.208	7.914.709	26.051.917
Imposto municipal sobre imóveis	7.836.226	2.957.124	10.793.350	7.340.406	2.375.583	9.715.989
Outros impostos	22.504.222	14.812.259	37.316.481	20.992.307	14.790.976	35.783.283
Perdas na alienação de activos	6.288.104	7.053.245	13.341.349	10.947.303	14.497.416	25.444.719
Redução de valor de propriedades de investimento	9.450.500	-	9.450.500	-	-	-
Donativos	5.273.483	47.426	5.320.909	4.616.806	110.456	4.727.262
Dividas incobraveis	4.347.494	1.165.138	5.512.632	1.179.196	965.238	2.144.434
Outros	17.749.018	10.589.559	28.338.577	23.158.216	13.097.658	36.255.874
	92.349.601	46.423.823	138.773.424	86.371.442	53.752.036	140.123.478

41. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos períodos de 2005 e de 2004 têm a seguinte composição:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Custos e perdas:						
Juros suportados						
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(65.570.406)	(28.303.945)	(93.874.351)	(80.638.166)	(42.868.014)	(123.506.180)
relativos a obrigações não convertiveis	(19.254.290)	(7.017.720)	(26.272.010)	(15.841.980)	(1.106.526)	(16.948.506)
relativos a contratos de locação financeira	(1.508.615)	(170.235)	(1.678.850)	(1.528.921)	(408.164)	(1.937.085)
outros	(22.370.007)	(822.660)	(23.192.667)	(26.248.818)	(3.862.577)	(30.111.395)
	(108.703.318)	(36.314.560)	(145.017.878)	(124.257.885)	(48.245.281)	(172.503.166)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.976.072)	(12.785.480)	(14.761.552)	(893.144)	(11.552.655)	(12.445.799)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(2.051.963)	(11.069.089)	(13.121.052)	(1.040.564)	(15.794.543)	(16.835.107)
Perdas na valoriz. de instrum.derivados de cobertura	(7.851.273)	(8)	(7.851.281)	(4.599.379)	-	(4.599.379)
Outros custos e perdas financeiras	(25.242.389)	(22.843.199)	(48.085.588)	(25.230.108)	(26.827.321)	(52.057.429)
	(145.825.015)	(83.012.336)	(228.837.351)	(156.021.080)	(102.419.800)	(258.440.880)
Proveitos e ganhos						
Juros obtidos	26.618.072	(397.616)	26.220.456	40.181.396	(12.075.033)	28.106.363
Diferenças de câmbio favoráveis	3.929.739	22.362.512	26.292.251	1.103.388	9.494.641	10.598.029
Descontos de pronto pagamento obtidos	174.608	5.855.728	6.030.336	175.982	4.505.991	4.681.973
Ganhos na valoriz. de instrum.derivados de cobertura	5.362.157	15.039	5.377.196	6.926.280	32.640	6.958.920
Outros proveitos e ganhos financeiras	5.620.041	5.934.647	11.554.688	3.971.091	3.568.949	7.540.040
	41.704.617	33.770.310	75.474.927	52.358.137	5.527.188	57.885.325
Resultados financeiros	(104.120.398)	(49.242.026)	(153.362.424)	(103.662.943)	(96.892.612)	(200.555.555)

42. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos períodos de 2005 e de 2004 têm a seguinte composição:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Dividendos	14.496.140	47.058	14.543.198	6.616.979	21.272	6.638.251
Alienação de filiais no Brasil (Nota 8)		141.277.164	141.277.164			-
Alienação do grupo Gescartão (Nota 8)		31.691.605	31.691.605			-
Alienação de ações Tafisa		9.763.770	9.763.770		10.364.919	10.364.919
Alienação parcial da ba Vidro	38.184.913		38.184.913	21.014.195		21.014.195
Alienação de 17,04% do grupo Sonae Sierra	54.737.659		54.737.659			-
Alienação de ações Portucel			-	74.363.446		74.363.446
Outras	14.949.990	32.008	14.981.998	12.919	584.914	597.833
Resultados obtidos na alienação de investimentos	107.872.562	182.764.547	290.637.109	95.390.560	10.949.833	106.340.393
Perdas de imparidade de investimentos	(456.196)	(255.630)	(711.826)	109.703	(109.703)	-
	121.912.506	182.555.975	304.468.481	102.117.242	10.861.402	112.978.644

43. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 são detalhados como segue:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Imposto corrente	37.465.654	5.188.670	42.654.324	31.981.476	7.209.479	39.190.955
Imposto diferido (Nota 20)	61.226.817	15.959.247	77.186.064	60.081.953	9.458.329	69.540.282
	98.692.471	21.147.917	119.840.388	92.063.429	16.667.808	108.731.237

44. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, podem ser detalhados como segue:

<u>Transacções</u>	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2004
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas	29.441.019	443.245	1.962.087	2.882.863
Empresas controladas conjuntamente	37.917.879	22.318.213	1.070.860	10.368.275
Empresas associadas	3.027.715	2.615.701	11.206.737	7.877.918
Entidades parceiras e acionistas	12.831.935	180.427	6.529.776	911.056
	83.218.548	25.557.586	20.769.460	22.040.112
<u>Transacções</u>	Juros auferidos		Juros suportados	
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2004
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas	29.646	-	52.960	41.531
Empresas controladas conjuntamente	331.050	295.308	7.458	48.937
Empresas associadas	5.950	992.452	45.955	-
Entidades parceiras e acionistas	474.277	63.385	6.096.746	5.541.800
	840.923	1.351.145	6.203.119	5.632.268

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2004
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas	12.640.910	22.661.281	367.578	148.801
Empresas controladas conjuntamente	29.268.146	2.444.300	3.757.773	3.441.742
Empresas associadas	6.929.214	838.034	2.283.497	387.313
Entidades parceiras e acionistas	9.553.739	-	13.688.689	-
	58.392.009	25.943.615	20.097.537	3.977.856

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31.12.2005	31.12.2004	31.12.2005	31.12.2004
Empresa - Mãe, filiais excluídas e participadas	2.750.000	1.750.000	2.208.335	14.132.899
Empresas controladas conjuntamente	23.133.138	-	1.254.924	7.141.832
Empresas associadas	-	-	20.129.907	8.416.670
Entidades parceiras e acionistas	36.809.925	110.983.248	-	42.848.656
	62.693.063	112.733.248	23.593.166	72.540.057

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe, auferidas em todas as sociedades do Grupo, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, tem a seguinte composição:

	31.12.2005	31.12.2004
Remuneração fixa	2.475.600	2.146.648
Remuneração variável	2.369.221	2.421.940
	4.844.821	4.568.588

45. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, excluindo o efeito das operações em descontinuação, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.2005			31.12.2004		
	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado	Actividades continuadas	Actividades descontinuadas	Total acumulado
Resultados						
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	302.101.261	210.702.024	512.803.285	256.153.737	27.367.273	283.521.010
Efeito das acções potenciais						
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-	-	-	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	302.101.261	210.702.024	512.803.285	256.153.737	27.367.273	283.521.010
Número de acções						
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.865.952.847	1.865.952.847	1.865.952.847	1.865.821.979	1.865.821.979	1.865.821.979
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-	-	-	-	-
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	1.865.952.847	1.865.952.847	1.865.952.847	1.865.821.979	1.865.821.979	1.865.821.979
Resultado por acção (básico e diluído)	0,161902	0,112919	0,274821	0,137287	0,014668	0,151955

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae, SGPS, SA, pelo que não existe diluição dos resultados.

46. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 6 de Abril de 2005 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,02 euros por acção (0,015 euros por acção em 2003), os quais foram pagos no dia 6 de Maio de 2005, correspondendo a um valor total de 37.316.439,58 euros (27.987.329,69 euros em 2003).

Relativamente ao exercício de 2005, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo ilíquido de 0,025 euros por acção. Considerando que o Conselho de Administração se propõe manter as acções próprias até à data do pagamento do dividendo o valor total de dividendos a pagar será de 46.650.596,35 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos accionistas em Assembleia Geral.

47. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos de 2005 e de 2004 foram identificados como segmentos primários os seguintes negócios:

- Derivados de Madeira
- Retalho
- Centros Comerciais
- Telecomunicações
- Outros

Os segmentos geográficos (representando os segmentos secundários) identificados nos períodos de 2005 e 2004 foram os seguintes:

- Portugal
- Espanha
- França
- Inglaterra
- Alemanha
- Resto da Europa
- Brasil
- Canadá
- África do Sul
- Resto do Mundo

Os contributos dos principais segmentos de negócio para a Demonstração de Resultados consolidada dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 podem ser analisados como segue:

	31.12.2005					
	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros Segmentos	Ajustamentos de consolidação	Consolidado Actividades Continuadas
Proveitos operacionais						
Vendas	2.726.110.499	-	93.468.598	179.938.280	(764.951)	2.998.752.426
Prestações de serviços	12.985.004	255.907.544	725.066.512	251.464.651	(31.004.077)	1.214.419.634
Variação valor propriedades de investimento	2.154.962	191.916.952	-	-	-	194.071.914
Outros proveitos operacionais	215.068.321	31.167.229	24.986.302	172.520.174	33.605.698	477.347.724
	2.956.318.786	478.991.725	843.521.412	603.923.105	1.836.670	4.884.591.698
Proveitos intersegmentos	58.264.952	11.226.081	12.775.028	11.410.780	(93.676.841)	-
	3.014.583.738	490.217.806	856.296.440	615.333.885	(91.840.171)	4.884.591.698
Cash-flow operacional (EBITDA)	235.677.148	312.175.397	161.418.367	24.958.451	9.867.436	744.096.799
Resultados operacionais (EBIT)	168.417.483	298.434.282	28.321.065	15.126.437	11.189.845	521.489.112
Resultados financeiros	(27.532.679)	(39.719.445)	(13.046.227)	(24.526.582)	704.535	(104.120.398)
Resultados relativos a empresas associadas	-	(3.349.052)	-	-	1.633.239	(1.715.813)
Resultados relativos a investimentos	-	33.667.632	(9.762.791)	161.901.721	(63.894.056)	121.912.506
Resultado antes de impostos	140.884.804	289.033.417	5.512.047	152.501.576	(50.366.437)	537.565.407
Imposto sobre o rendimento	(19.163.814)	(72.503.470)	(4.008.288)	(7.392.056)	4.375.157	(98.692.471)
Resultado Líquido	121.720.990	216.529.947	1.503.759	145.109.520	(45.991.280)	438.872.936
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe						302.101.261
- atribuível a interesses minoritários						136.771.675

31.12.2004

31 de Dezembro de 2004	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros Segmentos	Ajustamentos de consolidação	Consolidado Actividades Continuadas
Proveitos operacionais						
Vendas	2.600.420.613	23.000	102.588.164	198.213.295	(501.628)	2.900.743.444
Prestações de serviços	12.970.997	211.031.667	750.841.272	204.385.956	(21.771.938)	1.157.457.954
Variação valor propriedades de investimento	-	111.451.062	-	-	-	111.451.062
Outros proveitos operacionais	169.520.184	30.176.884	29.419.892	103.620.975	13.247.839	345.985.774
	2.782.911.794	352.682.613	882.849.328	506.220.226	(9.025.727)	4.515.638.234
Proveitos intersegmentos	58.220.385	27.818.759	12.104.049	(15.774.712)	(82.368.481)	-
	2.841.132.179	380.501.372	894.953.377	490.445.514	(91.394.208)	4.515.638.234
Cash-flow operacional (EBITDA)	234.681.640	221.947.437	206.766.465	12.163.511	(1.758.377)	673.800.676
Resultados operacionais (EBIT)	170.015.747	214.396.912	68.666.476	9.574.658	(1.952.196)	460.701.597
Resultados financeiros	(29.821.631)	(39.972.223)	(18.670.488)	(17.183.970)	1.985.369	(103.662.943)
Resultados relativos a empresas associadas	-	(172.368)	5.861.007	74.788	12.985.102	18.748.529
Resultados relativos a investimentos	105.141	2.757.788	(1.143.455)	120.453.693	(20.055.925)	102.117.242
Resultado antes de impostos	140.299.257	177.010.109	54.713.540	112.919.169	(7.037.650)	477.904.425
Imposto sobre o rendimento	(16.330.626)	(53.647.383)	(18.140.149)	(4.490.846)	545.575	(92.063.429)
Resultado Líquido	123.968.631	123.362.726	36.573.391	108.428.323	(6.492.075)	385.840.996
- atribuível aos accionistas da empresa-mãe						256.153.737
- atribuível a interesses minoritários						129.687.259

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Balanços consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 podem ser analisados como segue:

31.12.2005

	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros Segmentos	Ajustamentos de consolidação	Consolidado
Imobilizado						
Incorpóreo	65.218.165	4.160.407	192.082.594	80.012.195	(19.927.938)	321.545.423
Corpóreo	1.142.618.913	617.843	477.068.126	287.014.457	815.134	1.908.134.473
Propriedades de investimento	-	1.354.305.233	-	-	3.115.852	1.357.421.085
Diferenças de consolidação ¹	-	-	-	-	245.578.246	245.578.246
Investimentos	70.694.041	4.082.997	1.203.713	115.082.868	(33.435.043)	157.628.576
Activos por impostos diferidos	24.126.376	13.782.635	66.239.164	4.346.574	(10.710)	108.484.039
Outros activos	567.978.053	93.959.498	234.740.676	779.460.197	(391.217.095)	1.284.921.329
Caixa, Equivalentes de Caixa e Investimentos Correntes	574.416.472	92.125.872	210.736.401	219.651.464	(173.954.452)	922.975.757
Total do activo	2.445.052.020	1.563.034.485	1.182.070.674	1.485.567.755	(369.036.006)	6.306.688.928
Passivos não correntes						
Empréstimos	602.203.218	524.673.796	457.749.927	264.208.974	(209.773)	1.848.626.142
Passivos por impostos diferidos	32.958.557	201.806.318	-	3.488.953	(69.567)	238.184.261
Outros passivos não correntes	42.632.517	56.422.251	22.487.102	579.260.699	(59.911.814)	640.890.755
Passivos correntes						
Empréstimos	168.411.146	66.162.280	3.311.456	456.612.739	(5.096)	694.492.525
Outros passivos correntes	794.559.633	86.467.255	280.916.320	677.868.986	(490.747.735)	1.349.064.459
Total do passivo	1.640.765.071	935.531.900	764.464.805	1.981.440.351	(550.943.985)	4.771.258.142
Dívida Bruta	770.614.364	590.838.076	461.061.383	720.821.713	(214.869)	2.543.118.667
Dívida Líquida	196.197.892	498.710.204	250.324.982	501.170.249	173.739.583	1.620.142.910

	31.12.2004						
	Derivados de Madeira	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros Segmentos	Ajustamentos de consolidação	Consolidado
Imobilizado							
Incorpóreo	1.411.517	63.974.804	9.159.422	195.973.251	83.927.044	(19.116.667)	335.329.371
Corpóreo	1.137.472.497	1.116.905.308	1.487.494	483.844.870	409.706.980	(32.066.469)	3.117.350.680
Propriedades de investimento	-	-	2.209.626.199	-	-	(4.779.784)	2.204.846.415
Diferenças de consolidação ¹	-	-	-	-	-	453.242.056	453.242.056
Investimentos	18.723.383	51.956.227	9.151.400	(158.918)	107.583.789	(81.020.529)	106.235.352
Activos por impostos diferidos	61.332.706	59.731.623	18.526.246	68.705.484	10.911.968	(2.256.602)	216.951.425
Outros activos	326.106.286	615.390.656	245.664.520	235.320.109	1.139.662.034	(974.280.359)	1.587.863.246
Caixa, Equivalentes de Caixa e Investimentos Correntes	77.191.833	347.422.369	115.212.239	53.201.043	27.842.770	(45.097.901)	575.772.353
Total do activo	1.622.238.222	2.255.380.987	2.608.827.520	1.036.885.839	1.779.634.585	(705.376.255)	8.597.590.898
Passivos não correntes							
Empréstimos	397.138.264	594.432.053	874.869.988	307.489.083	241.668.926	32.183.958	2.447.782.272
Passivos por impostos diferidos	27.142.333	39.002.492	315.547.895	8	11.176.745	(4.778.624)	388.090.849
Outros passivos não correntes	296.383.058	68.956.570	100.572.428	17.072.886	780.330.476	(265.386.387)	997.929.031
Passivos correntes							
Empréstimos	109.985.292	249.842.927	51.345.656	6.579.235	554.692.439	(22.784.561)	949.660.988
Outros passivos correntes	366.590.926	925.694.144	214.280.300	284.939.574	685.903.276	(553.695.244)	1.923.712.976
Total do passivo	1.197.239.873	1.877.928.186	1.556.616.267	616.080.786	2.273.771.862	(814.460.858)	6.707.176.116
Dívida Bruta	507.123.556	844.274.980	926.215.644	314.068.318	796.361.365	9.399.397	3.397.443.260
Dívida Líquida	429.931.723	496.852.611	811.003.405	260.867.275	768.518.595	54.497.298	2.821.670.907

1) A alocação das diferenças de consolidação pode ser detalhada como segue:

	31.12.2005	31.12.2004
Derivados de Madeira	-	52.362.063
Retalho	114.470.775	276.354.395
Centros Comerciais	67.356.455	80.595.844
Telecomunicações	12.135.698	9.675.017
Outros segmentos	51.615.318	34.254.737
Total	245.578.246	453.242.056

Os contributos dos principais segmentos de negócio para os Fluxos de Caixa consolidados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 podem ser analisados como segue:

	31.12.2005				
	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros Segmentos	Actividades Continuadas
Actividades operacionais	214.847.726	129.113.590	138.458.551	(5.485.637)	476.934.230
Actividades de investimento	(219.539.265)	(341.734.688)	(136.597.852)	76.354.948	(621.516.857)
Actividades de financiamento	(127.698.257)	172.182.422	131.923.984	(205.692.967)	(29.284.818)
Variação de caixa e equivalentes	(132.389.796)	(40.438.676)	133.784.683	(134.823.656)	(173.867.445)

	31.12.2004				
	Retalho	Centros Comerciais	Telecomunicações	Outros Segmentos	Actividades Continuadas
Actividades operacionais	315.262.068	59.594.575	206.434.644	108.842.788	690.134.075
Actividades de investimento	43.665.320	(246.540.380)	(92.246.951)	(113.504.974)	(408.626.985)
Actividades de financiamento	(215.841.163)	57.778.067	(165.365.813)	67.713.364	(255.715.545)
Variação de caixa e equivalentes	143.086.225	(129.167.738)	(51.178.120)	63.051.178	25.791.545

As vendas e prestações de serviços e o resultado operacional por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

	Consolidado das actividades continuadas			
	31.12.2005		31.12.2004	
	Vendas e prestações de serviços	Resultado operacional	Vendas e prestações de serviços	Resultado operacional
Portugal	3.864.696.473	450.811.996	3.774.646.788	389.332.368
Espanha	94.078.576	90.065.830	57.163.688	71.744.956
França	91.649.198	(5.187.935)	100.774.123	3.967.690
Inglaterra	29.379.880	1.250.066	16.257.480	537.278
Alemanha	13.185.264	(3.059.786)	3.129.562	(1.609.463)
Brasil	33.781.390	(1.927.356)	340.276	966.939
Resto da Europa	68.182.039	(10.367.366)	87.935.905	(2.926.046)
Resto do Mundo	18.219.240	(96.337)	17.953.576	(1.312.125)
	4.213.172.060	521.489.112	4.058.201.398	460.701.597

Adicionalmente apresenta-se em seguida os contributos para o total do activo e passivo por segmento geográfico:

	Consolidado			
	31.12.2005		31.12.2004	
	Total do Activo	Total do Passivo	Total do Activo	Total do Passivo
Portugal	5.596.258.680	4.184.068.940	6.120.339.803	4.394.691.159
Espanha	401.693.145	285.436.726	462.028.724	638.464.347
França	7.279.624	47.021.629	734.612	133.546.547
Inglaterra	9.236.383	1.693.616	94.097.933	60.074.604
Alemanha	34.590.136	15.675.145	584.293.316	357.508.803
Brasil	198.690.935	67.923.078	1.078.499.567	424.901.945
Resto da Europa	58.940.025	153.453.112	41.919.903	543.326.408
Resto do Mundo	-	15.985.896	215.677.040	154.662.303
	6.306.688.928	4.771.258.142	8.597.590.898	6.707.176.116

Os colaboradores do Grupo podem ser analisados como segue:

	31.12.2005	31.12.2004
Derivados de Madeira	-	6.361
Retalho	23.806	43.963
Centros Comerciais	709	666
Telecomunicações	2.071	2.309
Outros segmentos	5.804	4.530
	32.390	57.829

48. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 6 de Fevereiro de 2006, a Sonae, SGPS, SA efectuou anúncio preliminar de lançamento de oferta pública de aquisição sobre a totalidade das acções representativas do capital social e das obrigações convertíveis da Portugal Telecom, SGPS, SA (PT). A contrapartida oferecida é de 9,50 euros, por cada acção, e de 5.000 euros por cada obrigação convertível. A oferta está sujeita à obtenção do registo prévio junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, das aprovações e autorizações administrativas exigidas nos termos da lei, nomeadamente a não oposição da Autoridade da Concorrência, a declaração pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários da derrogação do dever de lançamento de oferta subsequente nos termos do Código dos Valores Mobiliários.

A oferta está ainda subordinada à verificação de um conjunto de condições, das quais se destacam a aquisição de pelo menos 50,01% do capital social da PT, a autorização da Assembleia Geral da PT de aquisição de participação superior a 10% sem estabelecimento de outro limite, a alteração dos estatutos da PT para que não subsista qualquer limite à contagem de votos emitidos por um só accionista e para a eliminação dos privilégios inerentes às acções da categoria A. A oferta é efectuada com base em pressupostos descritos no respectivo anúncio.

Em 7 de Fevereiro de 2006, a Sonae, SGPS, SA efectuou anúncio preliminar de lançamento de oferta pública de aquisição sobre a totalidade das acções representativas do capital social da PT - Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (PTM). A contrapartida oferecida é de 9,03 euros por acção. Esta oferta está sujeita à obtenção do registo e das aprovações similares às da oferta sobre a PT e é igualmente feita com base em pressupostos descritos nos respectivos anúncios.

Em 8 de Fevereiro de 2006, a Sonae, SGPS, SA informou que as ofertas descritas acima serão efectuadas pela filial Sonaecom, SGPS, SA e que assegurou o financiamento da aquisição junto do Banco Santander.

As referências acima não dispensam a leitura integral dos anúncios mencionados.

49. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de Março de 2006. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

50. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS)

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 1 de Janeiro de 2005 pode ser detalhado como segue:

	1.01.2004		31.12.2004		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:					
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	4.529.088.468	(1.097.920.835)	3.431.167.633	4.700.852.146	(1.248.172.095)
Propriedades de investimento	-	1.798.066.946	1.798.066.946	-	2.204.846.415
Diferenças de consolidação	-	346.346.597	346.346.597	-	453.242.056
Investimentos	508.785.437	(238.129.851)	270.655.586	347.102.653	(240.867.301)
Impostos diferidos activos	-	237.832.317	237.832.317	-	216.951.425
Outros activos não correntes	59.521.228	71.466.338	130.987.566	89.019.748	22.477.519
Total de activos não correntes	5.097.395.133	1.117.661.512	6.215.056.645	5.136.974.547	1.408.478.019
					6.545.452.566
ACTIVOS CORRENTES:					
Existências	680.092.444	(1.174.104)	678.918.340	672.703.272	1.155.679
Clientes e Outros activos correntes	1.245.560.174	(461.815.067)	783.745.107	1.222.534.169	(420.027.139)
Investimentos	379.979.627	(130.544.552)	249.435.075	182.274.470	(92.715.559)
Caixa e equivalentes de caixa	271.654.983	216.787.242	488.442.225	340.808.878	145.404.564
Total de activos correntes	2.577.287.228	(376.746.481)	2.200.540.747	2.418.320.789	(366.182.455)
					2.052.138.334
TOTAL DO ACTIVO	7.674.682.361	740.915.031	8.415.597.392	7.555.295.336	1.042.295.564
					8.597.590.900
CAPITAL PRÓPRIO:					
Capital social	2.000.000.000	-	2.000.000.000	2.000.000.000	-
Acções Próprias	(144.537.597)	-	(144.537.597)	(144.537.597)	-
Reservas e Resultados Transitados	(1.272.970.680)	218.842.489	(1.054.128.191)	(1.365.429.064)	331.345.141
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe				192.060.205	91.460.805
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe	582.491.722	218.842.489	801.334.212	682.093.544	422.805.946
Interesses Minoritários	749.664.275	171.461.470	921.125.745	527.771.715	257.743.577
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.332.155.997	390.303.959	1.722.459.957	1.209.865.259	680.549.523
					1.890.414.782
PASSIVO:					
PASSIVOS NÃO CORRENTES:					
Empréstimos	2.074.762.849	322.118.429	2.396.881.277	2.220.386.496	227.395.776
Outros passivos não correntes	789.279.202	87.895.506	877.174.708	827.530.423	113.209.456
Impostos diferidos passivos	-	328.125.407	328.125.407	-	388.090.849
Provisões	-	53.696.014	53.696.014	-	57.189.153
Total de passivos não correntes	2.864.042.051	791.835.356	3.655.877.407	3.047.916.919	785.885.234
					3.833.802.153
PASSIVOS CORRENTES:					
Empréstimos	1.151.066.667	106.777.505	1.257.844.172	805.324.564	144.336.423
Fornecedores e Outros passivos correntes	2.178.391.620	(416.548.674)	1.761.842.946	2.344.147.178	(434.372.051)
Provisões	149.026.026	(131.453.115)	17.572.911	148.041.416	(134.103.565)
Total de passivos correntes	3.478.484.313	(441.224.284)	3.037.260.029	3.297.513.158	(424.139.193)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	7.674.682.361	740.915.031	8.415.597.392	7.555.295.336	1.042.295.564
					8.597.590.900

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é o seguinte:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	01.01.2004	31.12.2004

Ajustamento de conversão para IFRS

Propriedades de Investimento	327.922.054	419.434.124
Diferenças de Consolidação	357.968.891	452.690.551
Imobilizações	(252.550.020)	(239.764.253)
Acréscimos e Diferimentos	(134.593.148)	(106.183.565)
Aplicação do método proporcional	168.658.896	214.233.933
Inclusão de empresas excluídas	(7.752.415)	(4.213.889)
Instrumentos Financeiros	(51.343.220)	(42.150.698)
Outros	(18.007.079)	(13.496.680)
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	390.303.959	680.549.523

As **propriedades de investimento**, em POC, estavam registadas em imobilizações corpóreas ao custo de aquisição ou construção (01.01.2004: 1.313.346.387 euros; 31.12.2004: 1.475.670.137 euros), sendo os edifícios amortizados ao longo de 50 anos e os terrenos não amortizados. Em IFRS estão apresentadas em linha própria de balanço e são registadas a valor de mercado baseado em avaliações semestrais independentes (01.01.2004: 1.798.165.533 euros; 31.12.2004: 2.098.849.495 euros). As variações do valor de mercado foram registadas em resultados e apresentadas em linha separada (31.12.2004: 111.451.062 euros). As propriedades de investimento em desenvolvimento são mantidas ao custo de construção até ao momento da sua utilização. Nesse momento são avaliadas e a diferença entre o valor de mercado e o custo de construção é registada em resultados.

O Grupo Sonae, em linha com o disposto no normativo IFRS, passa a registar as **diferenças de consolidação** como um activo, não amortizável, e sujeito a testes de imparidade anuais. As diferenças de consolidação originadas na aquisição de filiais, empresas controladas conjuntamente e associadas estrangeiras foram alocadas a essas unidades, sendo como tal registadas na moeda funcional dessas filiais e convertidas para a moeda de reporte do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão estão registadas na rubrica de Reservas de conversão cambial, em Reservas e resultados transitados.

Este procedimento difere da prática que o Grupo Sonae adoptou desde 2001, que consistiu na anulação das diferenças de consolidação por contrapartida de reservas, uma abordagem diferente da preconizada pelo POC, tal como mencionado nas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade (01.01.2004: 538.678.125 euros; 31.12.2004: 628.760.403 euros), sendo os impactos desses ajustamentos registados em Resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em Resultados transitados (IFRS 1) (01.01.2004: -206.029.653 euros; 31.12.2004: -160.729.564 euros).

Os **activos corpóreos e incorpóreos** são registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade. Na data da transição foram anulados, por contrapartida de Resultados transitados, todos os activos corpóreos e incorpóreos que não cumprem os critérios de reconhecimento do normativo IFRS (01.01.2004: 146.566.180 euros; 31.12.2004: 122.706.443 euros). Os activos corpóreos e incorpóreos nessas condições registados após essa data no normativo POC, foram transferidos para a correspondente rubrica de custos (31.12.2004: 6.378.829 euros). A diferente natureza dos activos afectos aos diferentes negócios originou a definição de vidas úteis diferentes das anteriormente utilizadas na consolidação em POC (com o seguinte efeito em Capitais próprios, 01.01.2004: -125.007.688 euros; 31.12.2004: -134.006.998 euros).

Os **acréscimos e diferimentos** que não cumprem os requisitos dos IFRS foram anulados por contrapartida de Resultados transitados (com o seguinte efeito em Capitais próprios, 01.01.2004: -134.593.148 euros; 31.12.2004: -106.183.565 euros), deixando de ser reconhecidos em resultados do exercício ao longo do período de diferimento.

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente passaram a ser incluídas pelo **método de consolidação proporcional**, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente na data de aquisição está reconhecido como diferença de consolidação (01.01.2004: 11.420.982 euros; 31.12.2004: 20.890.568 euros). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre essas empresas e empresas do Grupo foram eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o normativo IFRS todas as empresas devem ser incluídas na consolidação, pelo que o ajustamento de **inclusão de empresas excluídas** reflecte o efeito da inclusão de empresas que no normativo POC estavam excluídas da consolidação, na maioria dos casos por imaterialidade ou por objecto social diverso.

A generalidade dos **instrumentos derivados** utilizados pelo Grupo Sonae são instrumentos de cobertura de fluxos de caixa associados a financiamentos. No activo, em investimentos correntes, e no passivo, em empréstimos correntes, estão registados swaps de taxa de câmbio e de taxa de juro relacionados com empréstimos (Nota 26).

O efeito nas demonstrações de resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.12.2004		
	Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS
Proveitos operacionais:			
Vendas	5.398.949.241	(84.742.122)	5.314.207.119
Prestações de serviços	1.235.043.902	(84.960.457)	1.150.083.445
Variação de valor das propriedades de investimento	-	111.451.062	111.451.062
Outros proveitos operacionais	344.345.577	100.313.398	444.658.975
Total de proveitos operacionais	6.978.338.720	42.061.881	7.020.400.601
Custos operacionais			
Custo das vendas	(3.658.222.905)	14.144.201	(3.644.078.704)
Variação da produção	(8.851.856)	660.199	(8.191.657)
Fornecimentos e serviços externos	(1.646.506.633)	175.505.975	(1.471.000.658)
Custos com o pessoal	(826.481.369)	7.809.106	(818.672.263)
Amortizações e depreciações	(382.592.797)	56.004.704	(326.588.093)
Provisões e perdas por imparidade	(40.959.050)	22.623.769	(18.335.281)
Outros custos operacionais	(59.583.569)	(80.539.909)	(140.123.478)
Total de custos operacionais	(6.623.198.179)	196.208.045	(6.426.990.134)
Resultados operacionais	355.140.541	238.269.926	593.410.467
Resultados financeiros			
Resultados relativos a empresas associadas	15.755.063	3.025.200	18.780.263
Resultados relativos a investimentos	122.556.665	(9.578.018)	112.978.647
Resultado antes de impostos	326.402.616	198.211.206	524.613.822
Imposto sobre o rendimento	(56.544.690)	(52.186.547)	(108.731.237)
Resultado depois de impostos	269.857.926	146.024.659	415.882.585
Resultados de operações em descontinuação após impostos			
Resultado consolidado do período	269.857.926	146.024.659	415.882.585
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe	192.060.205	91.460.805	283.521.010
Interesses Minoritários	77.797.721	54.563.854	132.361.575

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	Acumulado
	31.12.2004
Propriedades de Investimento	94.435.515
Imobilizações	19.183.958
Acréscimos e Diferimentos	28.732.394
Método proporcional	(13.880.996)
Inclusão Empresas Excluídas	9.482.645
Instrumentos Financeiros	(354.887)
Outros	8.426.030
Total de ajustamentos de conversão para IFRS	146.024.659

Ao nível da demonstração de fluxos de caixa, os ajustamentos não são significativos, uma vez que os impactos mais significativos referem-se a reclassificações entre despesas com actividades de investimento relacionadas com activos incorpóreos, as quais não qualificam como tal ao nível dos IFRS pelo que foram reclassificadas para despesas operacionais.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

31 DEZEMBRO 2005

SONAE, SGPS, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	IFRS		POC
		31.12.2005	31.12.2004	31.12.2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	4	338.579	573.612	573.613
Imobilizações incorpóreas	5	2	2	2
Investimentos disponíveis para venda	6	3.002.481.945	3.046.689.003	4.249.761.501
Outros activos não correntes	7	499.617.624	807.328.131	13.897
Total de activos não correntes		<u>3.502.438.150</u>	<u>3.854.590.748</u>	<u>4.250.349.013</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Clientes	8	1.207.534	1.133.290	1.133.290
Outras dívidas de terceiros	9	239.473.376	19.748.990	19.748.990
Estado e outros entes públicos	10	490.177	142.224	142.224
Outros activos correntes	11	286.466	716.569	1.449.388
Investimentos detidos para negociação	12	5.707.400	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	13	197.441.606	415.418	30.732.998
Total de activos correntes		<u>444.606.559</u>	<u>22.156.491</u>	<u>53.206.890</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>3.947.044.709</u></u>	<u><u>3.876.747.239</u></u>	<u><u>4.303.555.903</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	14	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções próprias	15	(138.044.363)	(143.984.221)	(143.984.221)
Reservas legais	16	152.721.161	152.113.582	152.113.582
Reservas de justo valor, cobertura e outras	17	827.322.335	979.630.903	1.405.988.355
Resultado transitados		322.737	(250.474)	-
Resultado líquido do período		98.055.074	12.724.783	12.151.572
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u><u>2.940.376.944</u></u>	<u><u>3.000.234.573</u></u>	<u><u>3.426.269.288</u></u>
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos bancários de longo prazo - líquidos da parcela de curto prazo	18	-	34.345.447	34.375.000
Empréstimos obrigacionistas - líquidos da parcela de curto prazo	19	172.402.473	149.346.185	149.639.369
Total de passivos não correntes		<u>172.402.473</u>	<u>183.691.632</u>	<u>184.014.369</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Parcela de curto prazo dos empréstimos bancários de longo prazo		-	6.250.000	-
Empréstimos bancários de curto prazo	20	340.973.523	395.881.441	401.729.790
Empréstimos obrigacionistas - parcela de curto prazo	21	74.725.192	-	-
Fornecedores		386.703	209.160	209.160
Outras dívidas a terceiros	22	408.622.830	283.747.798	208.062.664
Estado e outros entes públicos	23	901.462	560.139	560.139
Outros passivos correntes	24	8.655.582	6.172.496	82.710.493
Total de passivos correntes		<u>834.265.293</u>	<u>692.821.034</u>	<u>693.272.246</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>3.947.044.709</u></u>	<u><u>3.876.747.239</u></u>	<u><u>4.303.555.903</u></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRACÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

Notas	IFRS		IFRS		POC 31.12.2004 Acumulado	
	31.12.2005		31.12.2004			
	4º Trimestre 05 (Não auditado)	Acumulado	4º Trimestre 04 (Não auditado)	Acumulado		
Proveitos operacionais:						
Prestações de serviços	27	1.201.365	2.319.260	1.089.804	2.181.217	
Outros proveitos operacionais	28	34.997	1.368.115	105.041	248.693	
Total de proveitos operacionais		1.236.362	3.687.375	1.194.845	2.429.910	
Custos operacionais						
Fornecimentos e serviços externos	29	(1.042.138)	(4.081.964)	(606.363)	(2.397.560)	
Custos com o pessoal	30	(1.515.462)	(5.353.586)	(1.320.391)	(5.040.810)	
Amortizações e depreciações	4	(64.235)	(255.170)	(169.418)	(268.623)	
Outros custos operacionais	31	(128.769)	(425.894)	(1.672.046)	(2.490.484)	
Total de custos operacionais		(2.750.604)	(10.116.614)	(3.768.218)	(10.197.477)	
Resultados operacionais		(1.514.242)	(6.429.239)	(2.573.373)	(7.767.567)	
Resultados financeiros						
Resultados relativos a investimentos	32	(1.574.973)	(2.973.316)	5.788.578	19.491.104	
Resultado antes de impostos	33	78.156.637	107.471.670	-	1.017.521	
		75.067.422	98.069.115	3.215.205	12.741.058	
Imposto sobre o rendimento	34	(14.041)	(14.041)	(16.138)	(16.275)	
Resultado do periodo		75.053.381	98.055.074	3.199.067	12.724.783	
Resultados por acção						
Básico	35	0,040221	0,052550	0,001715	0,006820	
Diluído	35	0,040221	0,052550	0,001715	0,006820	
					0,006513	

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital Social	Acções Próprias	Reservas Legais	Reserva de Justo valor	Reserva de Cobertura	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	2.000.000.000	(143.984.221)	150.629.362	(807.297.941)	(5.081.189)	1.405.775.525	(250.474)	29.684.383	2.629.475.445
Aplicação do resultado de 2003:									
Transferência para reserva legal	-	-	1.484.220	-	-	-	-	(1.484.220)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(27.987.330)	(27.987.330)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	212.833	-	(212.833)	-
(Aquisição)/Alienação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura, líquido de imposto	-	-	-	-	4.799.581	-	-	-	4.799.581
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	381.222.094	-	-	-	-	381.222.094
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2004	-	-	-	-	-	-	-	12.724.783	12.724.783
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<u>2.000.000.000</u>	<u>(143.984.221)</u>	<u>152.113.582</u>	<u>(426.075.847)</u>	<u>(281.608)</u>	<u>1.405.988.358</u>	<u>(250.474)</u>	<u>12.724.783</u>	<u>3.000.234.573</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	2.000.000.000	(143.984.221)	152.113.582	(426.075.847)	(281.608)	1.405.988.358	(250.474)	12.724.783	3.000.234.573
Aplicação do resultado de 2004:									
Transferência para reserva legal	16	-	-	607.579	-	-	-	(607.579)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(25.772.446)	-	(11.543.993)	(37.316.439)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	573.211	(573.211)	-
(Aquisição)/Alienação de acções próprias	15	-	5.939.858	-	-	(4.353.519)	-	-	1.586.339
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura, líquido de imposto	-	-	-	-	281.608	-	-	-	281.608
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	587.173.985	-	-	-	-	587.173.985
Cisão Sonae Indústria, SGPS, SA	-	-	-	90.715.029	-	(756.158.113)	-	-	(665.443.084)
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2005	-	-	-	-	-	-	-	98.055.074	98.055.074
Outros	33	-	-	(44.195.112)	-	-	-	-	(44.195.112)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u>2.000.000.000</u>	<u>(138.044.363)</u>	<u>152.721.161</u>	<u>207.618.055</u>	<u>-</u>	<u>619.704.280</u>	<u>322.737</u>	<u>98.055.074</u>	<u>2.940.376.944</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

DEMONSTRACÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2004</u>
Recebimentos de clientes		2.245.016	1.048.003
Pagamentos a fornecedores		(4.023.528)	(1.815.861)
Pagamentos ao pessoal		(4.069.125)	(4.123.010)
Fluxos gerados pelas operações		(5.847.637)	(4.890.868)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(364.091)	667.198
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		487.098	(342.108)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(5.724.630)</u>	<u>(4.565.778)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	36	129.287.060	33.655
Imobilizações corpóreas		100	3.244
Imobilizações incorpóreas		75.000.000	-
Dividendos		8.718.968	1.019.471
Juros e proveitos similares		26.957.954	37.749.766
Empréstimos concedidos		709.450.574	1.733.033.194
		<u>949.414.656</u>	<u>1.771.839.330</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	36	(340.915.676)	(918.814.124)
Imobilizações corpóreas		(20.137)	(817.646)
Imobilizações incorpóreas		-	(2)
Empréstimos concedidos		(399.713.608)	(1.069.585.430)
		<u>(740.649.421)</u>	<u>(1.989.217.202)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>208.765.235</u>	<u>(217.377.872)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		4.006.270.099	2.704.377.442
Venda de acções (quotas) próprias		1.586.339	-
Outros		-	39.666.666
		<u>4.007.856.438</u>	<u>2.744.044.108</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(3.913.677.803)	(2.454.564.317)
Juros e custos similares		(23.242.524)	(31.154.315)
Dividendos		(37.307.385)	(27.993.401)
Outros		(39.666.666)	
		<u>(4.013.894.378)</u>	<u>(2.513.712.033)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(6.037.940)</u>	<u>230.332.075</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		197.002.665	8.388.425
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	<u>415.418</u>	<u>(7.973.007)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	<u>197.418.083</u>	<u>415.418</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA ("Empresa" ou "Sonae") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS - anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade- "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 38, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares foram apresentadas trimestralmente de acordo com o IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.6).

2.2 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil da cada activo.

2.3 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.5 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes activos não são amortizados.

2.6 Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos Correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes. Os investimentos em partes de capital em filiais e associadas são classificados como investimentos disponíveis para venda.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

e) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura, de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são inicialmente, registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

g) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em Outras reservas.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, no balanço.

2.7 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.8 Réido e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.9 Eventos subseqüentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10 Responsabilidade por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com o pessoal e outros passivos correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido.

2.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas ou erros materiais de exercícios anteriores.

4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe das imobilizações corpóreas e respectivas amortizações era o seguinte:

Imobilizações corpóreas	31.Dezembro.2005				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / abates	Saldo final
Equipamento básico	17.352	-	-	-	17.352
Equipamento de transporte	195.863	-	-	-	195.863
Equipamento administrativo	2.348.722	20.137	-	-	2.368.859
Outras imobilizações corpóreas	723	-	-	-	723
Total	2.562.660	20.137	-	-	2.582.797

31.Dezembro.2004

Imobilizações corpóreas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / abates	Saldo final
Equipamento básico	17.352	-	-	-	17.352
Equipamento de transporte	194.407	1.456	-	-	195.863
Equipamento administrativo	1.558.129	405.975	24.873	409.491	2.348.722
Outras imobilizações corpóreas	-	723	-	-	723
Imobilizado corpóreo em curso	-	409.491	-	(409.491)	-
Total	1.769.888	817.645	24.873	0	2.562.660

31.Dezembro.2005

Amortizações	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / abates	Saldo final
Equipamento básico	14.756	1.298	-	-	16.054
Equipamento de transporte	195.864	-	-	-	195.864
Equipamento administrativo	1.777.903	253.844	-	-	2.031.747
Outras imobilizações corpóreas	525	28	-	-	553
Total	1.989.048	255.170	-	-	2.244.218

31.Dezembro.2004

Amortizações	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / abates	Saldo final
Equipamento básico	13.021	1.735	-	-	14.756
Equipamento de transporte	194.407	1.457	-	-	195.864
Equipamento administrativo	1.534.129	264.906	21.132	-	1.777.903
Outras imobilizações corpóreas	-	525	-	-	525
Total	1.741.557	268.623	21.132	-	1.989.048

5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Esta rubrica inclui o valor contratual de aquisição de um conjunto de marcas, das quais se destaca a marca "Continente".

6. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe dos investimentos disponíveis para venda era o seguinte:

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Investimentos em empresas do grupo e associadas	2.962.316.974	3.016.238.256
Outros investimentos disponíveis para venda	40.164.971	30.450.747
	3.002.481.945	3.046.689.003

6.1 Investimentos em empresas do grupo e associadas

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo e associadas era o seguinte:

Empresa	% de detenção	31.Dezembro.2005					
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Transferências / cisão	Saldo final
Gescartão, SGPS, SA	-	-	7.657.036	7.657.036	-	-	-
Imocapital, SGPS, SA	-	44.678.042	-	44.678.042	-	-	-
Integrum- Serviços Partilhados, SA	-	2.976.495	-	2.976.495	-	-	-
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	-	106.686
Investalentejo, SGPS, SA	49,00%	-	2.205.000	-	-	-	2.205.000
Modelo Continente, SGPS, SA	75,64%	1.092.979.943	150.436.014	-	403.927.013	-	1.647.342.970
Sonae Capital, SGPS, SA	100,00%	408.759.919	-	-	-	-	408.759.919
Sonae Industria, SGPS, SA	-	658.787.363	-	-	55.691.303	(714.478.666)	-
Sonae Investimentos America Latina	99,99%	25.684	-	-	-	-	25.684
Sonae Investments, BV	100,00%	18.151	-	-	-	-	18.151
Sonae Sierra SGPS, SA	50,00%	530.992.017	180.617.626	160.007.726	80.853.511	-	632.455.428
Sonae Turismo, SGPS, SA	97,89%	127.174.947	-	-	-	-	127.174.947
Sonaecom, SGPS, SA	17,40%	149.579.394	-	-	-5.510.820	-	144.068.574
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	-	159.615
Total		3.016.238.256	340.915.676	215.319.299	534.961.007	(714.478.666)	2.962.316.974

Empresa	% de detenção	31.Dezembro.2004					
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Transferências / fusão	Saldo final
Imocapital, SGPS, SA	50,00%	-	44.678.042	-	-	-	44.678.042
Sonae Prod.Derivados Flor.SGPS, SA	-	243.772.143	-	-	-	(243.772.143)	-
Integrum- Serviços Partilhados, SA	85,00%	1.721.711	1.254.784	-	-	-	2.976.495
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	-	106.686
Modelo Continente, SGPS, SA	68,06%	890.757.661	172.277.701	-	29.944.581	-	1.092.979.943
Sonae Capital, SGPS, SA	100,00%	164.987.776	-	-	-	243.772.143	408.759.919
Sonae Industria, SGPS, SA	97,02%	225.296.854	199.903.518	-	233.586.991	-	658.787.363
Sonae Investimentos America Latina	99,99%	25.684	-	-	-	-	25.684
Sonae Investments, BV	100,00%	18.151	-	-	-	-	18.151
Sonae Sierra SGPS, SA	50,10%	-	469.503.439	-	61.488.578	-	530.992.017
Sonae Turismo, SGPS, SA	97,89%	127.174.947	-	-	-	-	127.174.947
Sonaecom, SGPS, SA	-	50.000	-	50.000	-	-	-
Sonaecom, SGPS, SA	17,40%	92.581.676	879.060	-	56.118.658	-	149.579.394
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	-	159.615
Total		1.746.652.904	888.496.544	50.000	381.138.808	-	3.016.238.256

6.2 Outros investimentos disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe dos outros investimentos disponíveis para venda era o seguinte:

Empresa	% de detenção	31.Dezembro.2005					
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Transferências	Saldo final
Sonae Industria, SGPS, SA	0,71%	-	-	41.631.824	(1.003.758)	49.035.582	6.400.000
Associação Escola Gestão Porto	-	49.880	-	-	-	-	49.880
Eirles Three Junior Notes	-	30.400.867	-	-	3.314.224	-	33.715.091
Total		30.450.747	0	41.631.824	2.310.466	49.035.582	40.164.971

Empresa	% de detenção	31.Dezembro.2004					
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Transferências	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	-	49.880	-	-	-	-	49.880
Eirles Three Junior Notes	-	-	30.317.580	-	83.287	-	30.400.867
Total		49.880	30.317.580	-	83.287	-	30.450.747

7. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Sonae Investments, BV	498.572.204	546.530.385
Investalentejo, SGPS, SA	788.000	-
Sonae Industria, SGPS, SA	-	25.734.806
Sonae Capital, SGPS, SA	-	210.424.100
Imocapital, SGPS, SA	-	24.624.943
Cauções	13.529	13.897
Outros devedores	<u>243.891</u>	<u>-</u>
	<u>499.617.624</u>	<u>807.328.131</u>

8. CLIENTES

O saldo de clientes respectivamente de 1.207.534 euros e 1.133.290 euros em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

9. OUTRAS DIVÍDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe das outra divídas de terceiros era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Outros devedores		
Grovesnor Investments (Portugal), S.à.r.l (Nota 36)	226.260.029	-
Outros	685.341	693.644
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
MDS - Sociedade Mediadora de Seguros, SA	-	901.000
Pargeste, SGPS, SA	-	15.000
Sonae Turismo, SGPS, SA	7.195.000	-
SC- Sociedade de Consultadoria, SA	365.000	-
Box Lines- Navegação, SA	1.000.000	-
Choice Car, SGPS, SA	250.000	-
Empresas do grupo - Juros:		
Sonae Investments, BV	3.717.859	-
Sonae Industria, SGPS, SA	-	9.676.936
Sonae Capital, SGPS, SA	-	8.462.410
Investalentejo, SGPS, SA	147	-
	<u>239.473.376</u>	<u>19.748.990</u>

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Pagamentos por conta	51.104	46.739
Retenções na fonte	439.073	95.485
	<u>490.177</u>	<u>142.224</u>

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe dos outros activos correntes era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Acréscimos de proveitos	146.979	55.209
Custos diferidos	139.487	661.360
	<u>286.466</u>	<u>716.569</u>

12. INVESTIMENTOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe dos investimentos detidos para negociação era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Opção de compra de acções Modelo Continente ao Banco Santander Central Hispano	5.707.400	-
	<u>5.707.400</u>	<u>-</u>

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Numerário	2.500	2.498
Depósitos bancários	<u>197.439.106</u>	<u>412.920</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>197.441.606</u>	<u>415.418</u>
Descobertos Bancários (Nota 20)	<u>23.523</u>	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>197.418.083</u>	<u>415.418</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 a sociedade detinha um depósito bancário de curto prazo no valor de 197.400.000 euros que foi resgatado em princípios de 2006.

14. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o capital social está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de Dezembro de 2005 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,94% das acções representativas do capital social da Sociedade.

15. ACÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe das acções próprias era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Acções próprias - valor nominal	132.806.072	134.128.021
Acções próprias - descontos e prémios	<u>5.238.291</u>	<u>9.856.200</u>
	<u>138.044.363</u>	<u>143.984.221</u>

Durante o período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2005 a Empresa alienou 1.321.949 acções próprias a uma filial ficando naquela data directamente com 132.806.072 acções próprias, com um custo médio por acção de 1,04 euros.

16. RESERVAS LEGAIS

A sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2005 transferiu para esta rubrica resultados no valor de 607.579 euros.

17. RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Reservas livres	479.791.497	1.261.479.803
Reserva nos termos do artº 324 do CSC	139.912.783	144.508.555
Reserva de justo valor	207.618.055	(426.075.847)
Reserva de cobertura	-	(281.608)
	<u>827.322.335</u>	<u>979.630.903</u>

Os movimentos ocorridos em 2005 e em 2004 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio. Importa salientar o impacto da cisão ocorrida em 2005 através da qual as reservas livres foram reduzidas em 756.158.113 euros.

18. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Banco Europeu de Investimentos	-	34.375.000
Custos de emissão ainda não amortizados	-	29.553
	<u>-</u>	<u>34.345.447</u>

Durante o período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2005 o empréstimo detido pela Empresa junto do Banco Europeu de Investimentos contratualizado conjuntamente com a Sonae Indústria, SGPS, SA foi transferido para aquela empresa.

19. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

Empréstimo obrigacionista Sonae / 97 no valor de 149.639.369 euros, reembolsável ao par, em 2 prestações iguais no vencimento do 18º e 20º cupão; a taxa de juro corresponde à Lisbor (posteriormente mudou para Euribor) acrescida de 0,17% do 1º ao 13º cupão, de 1,17% no 14º cupão e de 1,22% do 15º ao 20º cupão. Este empréstimo será reembolsado ao par, em Outubro de 2006, em metade do seu capital (74.819.685 euros) - (Nota 21.).

Empréstimo obrigacionista Sonae / 05 no valor de 100.000.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, numa única prestação em 31 de Março de 2013; a taxa de juro corresponde à Euribor a 6 meses acrescida de 0,875% e os juros serão pagos semestralmente.

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Valor nominal dos empréstimos obrigacionistas	174.819.685	149.639.369
Custos de emissão ainda não amortizados	2.417.212	293.184
	<u>172.402.473</u>	<u>149.346.185</u>

20. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Papel comercial	340.950.000	395.479.790
Descobertos Bancários (Nota 13)	23.523	-
Derivados	-	401.651
	<u>340.973.523</u>	<u>395.881.441</u>

21. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS - PARCELA DE CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Valor nominal do empéstimo obrigacionista - Sonae /97 (Nota 19)	74.819.685	-
Custos de emissão ainda não amortizados	94.493	-
	<u>74.725.192</u>	<u>—</u>

22. OUTRAS DIVÍDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe das outras divídas a terceiros era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Empresas do grupo:		
Atlantic Ferries, SA	7.195.000	-
Sonaecom, SGPS, SA	172.473.000	35.350.000
Modelo, SGPS, SA	13.861.000	-
Interlog, SGPS, SA	-	18.285.000
Sonae Sierra, SGPS, SA	23.067.600	10.167.672
Sonae Capital, SGPS, SA	81.776.150	141.884.992
Cinclus-Planeamento Gestão de Projectos, SA	-	2.350.000
Integrum- Serviços Partilhados, SA	-	25.000
Accionistas curto prazo - Lucros disponíveis	33.531	24.477
Credores por subscrições não liberadas:		
Sonae Turismo, SGPS, SA	35.216.379	35.216.379
Outros credores	<u>75.000.170</u>	<u>40.444.278</u>
	<u>408.622.830</u>	<u>283.747.798</u>

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Imposto estimado	14.041	16.138
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Trabalho dependente	39.891	38.947
Trabalho independente	10.339	1.608
Capitais	632.097	281.735
Outros rendimentos	923	-
Imposto sobre o valor acrescentado	161.189	177.261
Contribuições para a segurança social	42.897	44.350
Imposto de selo	85	100
	<u>901.462</u>	<u>560.139</u>

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	3.756.447	2.470.106
Juros a liquidar	4.884.328	3.661.741
Outros	14.807	40.649
	<u>8.655.582</u>	<u>6.172.496</u>

25. PASSIVOS CONTINGENTES

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	1.776.135	1.668.260
por processos judiciais em curso	355.199	355.199
outras (descritas abaixo)	192.323.306	361.888.946 (a)

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 21.323.610,11 euros concedido à Imoareia - Sociedade Imobiliária, SA (já existente a 31 de Dezembro de 2004).

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 13.467.543,22 euros concedido à Imoareia - Sociedade Imobiliária, SA (já existente a 31 de Dezembro de 2004).

A Sociedade é solidariamente responsável por financiamentos da sua filial Sonae Investments, BV até ao montante de 69.382.000 euros, não se encontrando utilizado qualquer valor à data de 31 de Dezembro de 2005 (a 31 de Dezembro de 2004 o montante utilizado era de 45.573.826 euros).

Garantia no montante de 117.532.153 euros relativa a responsabilidades assumidas pela sua filial Sonae Investments, BV junto de uma instituição financeira (já existente a 31 de Dezembro de 2004).

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 40.000.000 euros concedido à Investalentejo, SGPS, SA.

(a) - Entre outras inclui 119.000.000 euros relativos a garantia solidária com as filiais Sonae Indústria, SGPS, SA e Glunz, AG que durante 2005 deixou de ter a intervenção da Sonae, SGPS, SA.

Adicionalmente, a sociedade tinha constituído um penhor sobre 31,83% de acções Modelo Continente, SGPS, SA dado ao Grupo Santander em cumprimento de disposições contratuais decorrentes de contratos de opção de compra e venda de acções Modelo Continente, SGPS, SA com uma filial (já existente a 31 de Dezembro de 2004).

26. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	Empresas do grupo e associadas	
	31.Dezembro.2005	31.Dezembro.2004
<u>Transacções</u>		
Prestação de serviços	2.319.260	2.181.217
Compras e serviços recebidos	1.634.956	1.327.245
Juros auferidos	21.572.864	42.601.031
Juros suportados	8.698.412	4.674.806
Dividendos recebidos	8.718.968	1.019.471
<u>Saldos</u>		
Contas a receber	5.442.252	19.378.004
Contas a pagar	112.974.436	37.468.511
Empréstimos obtidos	298.372.750	208.062.664
Empréstimos concedidos	508.170.204	808.230.234

Em 2005, não ocorreram transacções com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Em 31 de Dezembro de 2005 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

27. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os montantes de 2.319.260 euros e 2.181.217 euros relativos a 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, respectivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão no âmbito da lei das SGPS.

28. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e nos quartos trimestres findos nessas datas o detalhe dos outros proveitos operacionais era o seguinte:

	2005		2004	
	4º Trimestre (Não auditado)	Acumulado	4º Trimestre (Não auditado)	Acumulado
Proveitos suplementares	34.367	142.102	73.880	184.078
Anulação de estimativa	-	777.600	-	-
Outros	630	448.413	31.161	64.615
	<u>34.997</u>	<u>1.368.115</u>	<u>105.041</u>	<u>248.693</u>

29. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e nos quartos trimestres findos nessas datas o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	2005		2004	
	4º Trimestre (Não auditado)	Acumulado	4º Trimestre (Não auditado)	Acumulado
Subcontratos	43.987	766.408	89.225	408.412
Electricidade	201	384	323	1.422
Combustíveis	7.341	28.260	6.641	25.288
Água	134	146	42	94
Livros e documentação técnica	963	11.233	2.425	8.742
Material de escritório	6.401	19.997	7.446	28.394
Rendas e alugueres	95.488	357.107	111.948	452.712
Despesas de representação	7.563	43.046	102	23.074
Comunicação	58.080	221.414	55.283	201.129
Seguros	255.635	1.108.927	67.820	201.231
Deslocações e estadas	72.259	179.562	59.427	168.923
Honorários	59.154	192.094	10.815	47.885
Contencioso e notariado	2.540	10.525	2.764	11.245
Conservação e reparação	10.652	32.632	9.387	30.890
Publicidade e propaganda	23.219	31.700	2.032	37.680
Limpeza higiene e conforto	3.820	13.993	3.614	13.839
Vigilância e segurança	-	-	310	1.705
Trabalhos especializados	358.920	874.231	133.876	515.429
Outros fornecimentos e serviços	35.781	190.305	42.883	219.466
	<u>1.042.138</u>	<u>4.081.964</u>	<u>606.363</u>	<u>2.397.560</u>

30. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e nos quartos trimestres findos nessas datas o detalhe dos custos com o pessoal era o seguinte:

	2005		2004	
	4º Trimestre (Não auditado)	Acumulado	4º Trimestre (Não auditado)	Acumulado
Remunerações dos órgãos sociais	727.283	2.439.837	581.702	1.831.873
Remunerações do pessoal	662.955	2.451.835	584.674	2.425.960
Encargos sobre remunerações	110.768	410.715	105.235	423.075
Outros custos com o pessoal	14.456	51.199	48.780	359.902
	<u>1.515.462</u>	<u>5.353.586</u>	<u>1.320.391</u>	<u>5.040.810</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 o número médio de trabalhadores ao serviço da Sociedade era, de 59 e 58, respectivamente.

31. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e nos quartos trimestres findos nessas datas o detalhe dos outros custos operacionais era o seguinte:

	2005		2004	
	4º Trimestre	Acumulado	4º Trimestre	Acumulado
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
Donativos	15.000	15.000	15.000	15.375
Multas	-	89	-	10.374
Impostos	101.597	257.198	870.355	1.590.739
Perdas em imobilizações	-	-	902	902
Outros custos operacionais	12.172	153.607	785.789	873.094
	<u>128.769</u>	<u>425.894</u>	<u>1.672.046</u>	<u>2.490.484</u>

32. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e nos quartos trimestres findos nessas datas o detalhe dos resultados financeiros era o seguinte:

	2005		2004	
	4º Trimestre	Acumulado	4º Trimestre	Acumulado
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
Custos e perdas financeiras				
Juros suportados:				
Relativos a empréstimos bancários	(17.521)	(426.644)	(263.104)	(4.167.872)
Relativos a obrigações não convertíveis	(2.089.355)	(7.503.608)	(1.628.644)	(9.006.300)
Outros	(3.648.628)	(15.806.326)	(3.227.078)	(8.267.661)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(10)	(10)	(10)
Outros custos e perdas financeiras	(174.334)	(1.543.137)	(2.459.036)	(7.142.331)
	<u>(5.929.838)</u>	<u>(25.279.725)</u>	<u>(7.577.872)</u>	<u>(28.584.174)</u>
Proveitos e ganhos financeiros				
Juros obtidos	4.354.865	22.304.844	13.364.132	48.072.885
Diferenças de câmbio favoráveis	-	1.565	-	75
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-	2.318	2.318
	<u>4.354.865</u>	<u>22.306.409</u>	<u>13.366.450</u>	<u>48.075.278</u>
Resultados financeiros				
	<u>(1.574.973)</u>	<u>(2.973.316)</u>	<u>5.788.578</u>	<u>19.491.104</u>

33. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e nos quartos trimestres findos nessas datas o detalhe dos resultados relativos a investimentos era o seguinte:

	2005		2004	
	4º Trimestre	Acumulado	4º Trimestre	Acumulado
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
Dividendos recebidos	-	8.718.968	-	1.019.471
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	78.156.637	98.752.702	-	(1.950)
	<u>78.156.637</u>	<u>107.471.670</u>	<u>-</u>	<u>1.017.521</u>

Os dividendos foram recebidos da filial Sonae Sierra, SGPS, SA. Na rubrica de ganhos na alienação de investimentos são de destacar os relativos à alienação de 17,04% da Sonae Sierra, SGPS, SA (66.109.279 euros), à alienação a uma filial de parte da participação na Sonae Indústria, SGPS, SA (12.047.358 euros) e à alienação da participação na Imocapital, SGPS, SA e Gescartão, SGPS, SA (20.906.741 euros).

O valor de ganhos e perdas na alienação de investimentos inclui o montante de 44.195.112 euros relativos a ganhos anteriormente registados na rubrica Reservas de justo valor que em resultado da alienação de participações financeiras foi transferido para resultado do exercício.

34. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento foi de 14.041 euros e 16.275 euros em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, respectivamente.

34.1 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 é como se segue:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Resultado antes de Imposto	98.069.115	12.741.058
Acréscimos/(Reduções) à matéria coléctável	-55.964.744	-776.111
Matéria coléctável	42.104.371	11.964.947
Utilização reportes fiscais	-42.104.371	-11.964.947
Matéria coléctável corrigida	-	-
Imposto à taxa de 27,5%	-	-
Tributações autónomas	<u>14.041</u>	<u>16.275</u>
Imposto do exercício	<u>14.041</u>	<u>16.275</u>
Taxa média efectiva de imposto	<u>0,0143%</u>	<u>0,1277%</u>

34.2 Reportes fiscais

	<u>31.Dezembro.2005</u>		<u>31.Dezembro.2004</u>	
	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2001	-	-	26.955.551	2007
Gerados em 2002	<u>440.468.659</u>	2008	<u>455.617.479</u>	2008
	<u>440.468.659</u>		<u>482.573.030</u>	

Em 31 de Dezembro de 2005 não foram registados activos por impostos diferidos relativamente a estes prejuízos fiscais, face à incerteza da recuperação dos mesmos.

35. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2005		2004	
	4º Trimestre	Acumulado (Não auditado)	4º Trimestre	Acumulado (Não auditado)
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	75.053.381	98.055.074	3.199.067	12.724.783
Efeito das acções potenciais	-	-	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>75.053.381</u>	<u>98.055.074</u>	<u>3.199.067</u>	<u>12.724.783</u>
Número de acções				
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.866.023.854	1.865.952.847	1.865.821.979	1.865.821.979
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-	-	-
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.866.023.854</u>	<u>1.865.952.847</u>	<u>1.865.821.979</u>	<u>1.865.821.979</u>
Resultado por acção (básico e diluído)	<u>0,040221</u>	<u>0,052550</u>	<u>0,001715</u>	<u>0,006820</u>

36. AQUISIÇÃO/(ALIENAÇÃO) DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As aquisições e alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2005 foram as seguintes:

Empresas	Alienações		Aquisições	
	Preço total	Valor recebido	Preço total	Valor pago
Gescartão, SGPS, SA	9.707.019	9.707.019	7.657.036	7.657.036
Imocapital, SGPS, SA	63.534.798	63.534.798	-	-
Integrum- Serviços Partilhados, SA	278.545	49.365	-	-
Investalentejo, SGPS, SA	-	-	2.205.000	2.205.000
Modelo Continente, SGPS, SA	-	-	150.436.014	150.436.014
Sonae Sierra SGPS, SA (Nota 9)	226.260.029	-	180.617.626	180.617.626
Sonae Indústria, SGPS, SA	53.679.183	53.679.183	-	-
	<u>353.459.574</u>	<u>126.970.365</u>	<u>340.915.676</u>	<u>340.915.676</u>

Na rubrica Recebimentos de investimentos financeiros, na demonstração de fluxos de caixa, estão incluídos 2.316.695 euros relativos à alienação de participações em exercícios anteriores.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de Março de 2006. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

38. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS)

A Empresa adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 1 de Janeiro de 2005 pode ser detalhado como segue:

	1.Janeiro.2004			31.Dezembro.2004		
	Ajustamentos de conversão para			Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS	POC	IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	28.331	-	28.331	573.615	(1)	573.614
Investimentos	4.009.392.205	(2.262.689.423)	1.746.702.782	4.249.761.501	(1.203.072.498)	3.046.689.003
Outros activos não correntes	20.369	1.455.391.482	1.455.411.851	13.897	807.314.234	807.328.131
Total de activos não correntes	4.009.440.905	(807.297.941)	3.202.142.964	4.250.349.013	(395.758.265)	3.854.590.748
ACTIVOS CORRENTES:						
Clientes e outros activos correntes	25.768.680	-	25.768.680	22.473.892	(732.819)	21.741.073
Caixa e equivalentes de caixa	132.821	-	132.821	30.732.998	(30.317.580)	415.418
Total de activos correntes	25.901.501	-	25.901.501	53.206.890	(31.050.399)	22.156.491
TOTAL DO ACTIVO	4.035.342.406	(807.297.941)	3.228.044.465	4.303.555.903	(426.808.664)	3.876.747.239
CAPITAL PRÓPRIO:						
Capital social	2.000.000.000	-	2.000.000.000	2.000.000.000	-	2.000.000.000
Acções Próprias	(143.984.221)	-	(143.984.221)	(143.984.221)	-	(143.984.221)
Reservas e Resultados Transitados	1.586.089.267	(812.629.605)	773.459.662	1.558.101.937	(426.607.926)	1.131.494.011
Resultado líquido do período	-	-	-	12.151.572	573.211	12.724.783
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3.442.105.046	(812.629.605)	2.629.475.441	3.426.269.288	(426.034.715)	3.000.234.573
PASSIVO:						
PASSIVOS NÃO CORRENTES:						
Empréstimos	190.264.369	(431.810)	189.832.559	184.014.369	(322.737)	183.691.632
Total de passivos não correntes	190.264.369	(431.810)	189.832.559	184.014.369	(322.737)	183.691.632
PASSIVOS CORRENTES:						
Empréstimos	224.246.158	-	224.246.158	401.729.790	401.651	402.131.441
Fornecedores e outros passivos correntes	178.726.833	5.763.474	184.490.307	291.542.456	(852.863)	290.689.593
Total de passivos correntes	402.972.991	5.763.474	408.736.465	693.272.246	(451.212)	692.821.034
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	4.035.342.406	(807.297.941)	3.228.044.465	4.303.555.903	(426.808.664)	3.876.747.239

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é o seguinte:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	<u>1.Janeiro.2004</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Investimentos	(807.297.941)	(426.075.847)
Instrumentos Financeiros	(5.081.189)	(281.608)
Outros	<u>(250.475)</u>	<u>322.740</u>
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	<u>(812.629.605)</u>	<u>(426.034.715)</u>

De acordo com o POC a Empresa valorizava os investimentos financeiros em filiais e associadas de acordo com o custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o mais baixo. Para efeitos de IFRS a Empresa passou a classificar estes investimentos financeiros como disponíveis para venda registando-os ao justo valor, sempre que mensurável com fiabilidade, tendo o efeito do ajustamento de conversão na data de transição ascendido a 807.297.941 euros (Nota 2.6.a))

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2004		
	Ajustamentos de conversão para IFRS		
	<u>POC</u>	<u>IFRS</u>	<u>IFRS</u>
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	2.181.217	-	2.181.217
Outros proveitos operacionais	<u>184.078</u>	<u>64.615</u>	<u>248.693</u>
Total de proveitos operacionais	<u>2.365.295</u>	<u>64.615</u>	<u>2.429.910</u>
Custos operacionais			
Fornecimentos e serviços externos	(2.397.560)	-	(2.397.560)
Custos com o pessoal	(5.723.093)	682.283	(5.040.810)
Amortizações e depreciações	(1.046.223)	777.600	(268.623)
Outros custos operacionais	(1.682.243)	(808.241)	(2.490.484)
Total de custos operacionais	<u>(10.849.119)</u>	<u>651.642</u>	<u>(10.197.477)</u>
Resultados operacionais	(8.483.824)	716.257	(7.767.567)
Resultados financeiros	20.619.700	(1.128.596)	19.491.104
Resultados relativos a investimentos	<u>31.834</u>	<u>985.687</u>	<u>1.017.521</u>
Resultado antes de impostos	12.167.710	573.348	12.741.058
Imposto sobre o rendimento	<u>(16.138)</u>	<u>(137)</u>	<u>(16.275)</u>
Resultado depois de impostos	<u>12.151.572</u>	<u>573.211</u>	<u>12.724.783</u>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período de três e doze meses findos em 31 de Dezembro de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	<u>31.Dezembro.2004</u>	<u>4º Trimestre 2004</u>
Custos com o pessoal	682.284	-
Custo amortizado empréstimos	<u>(109.073)</u>	<u>(27.418)</u>
Total de ajustamentos de conversão para IFRS	<u>573.211</u>	<u>(27.418)</u>

Não foram feitos ajustamentos significativos na demonstração de fluxos de caixa.

39. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2005 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Investments, BV
Investalentejo, SGPS, SA

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2005 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Atlantic Ferries, SA
Box Lines - Navegação, SA
Choice Car, SGPS, SA
Elmo, SGPS, SA
Gestholding, SGPS, SA
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA
Imoareia, Investimentos Turísticos, SGPS, SA
Imoferro - Sociedade Imobiliária, SA
Imoplamac - Gestão de Imóveis, SA
Inparvi, SGPS, SA
Investalentejo, SGPS, SA
Ipaper - Indústria de Papéis Impregnados, SA
MDS- Sociedade Mediadora de Seguros, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA
Modelo Continente, SGPS, SA
Modelo Hiper Imobiliária, SA
Modelo, SGPS, SA
OK Bazar - Comércio Geral, SA
Project Sierra Holding Portugal V, SGPS, SA
Saúde Atlantica -Gestão Hospitalar, SA
SC - Sociedade de Consultadoria, SA
Solinca - Lazer, SGPS, SA
Soltroia - Soc. Imobiliária de Urbanização e Turismo de Troia, SA
Somit- Sociedade de Madeiras Industrializadas e Transformadas, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Indústria de Revestimentos, SA
Sonae Investments, BV
Sonae Matrix - Multimédia, SGPS, SA
Sonae Sierra, SGPS, SA
Sonae Turismo - Gestão e Serviços, SA
Sonae Turismo, SGPS, SA
Sonaecom, SGPS, SA
Todos os Dias - Com.a Retalho e Expl. De Centros Comerciais, SA
World Trade Center Porto, SA

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2005 são as seguintes:

Empréstimos Concedidos

Empresas	Saldo final
InvestaLentejo, SGPS, SA	788.000
Sonae Turismo, SGPS, SA	7.195.000
Box Lines - Navegação, SA	1.000.000
SC - Sociedade de Consultadoria, SA	365.000
Choice Car, SGPS, SA	250.000
Sonae Investments, BV	<u>498.572.204</u>
	508.170.204

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2005 são as seguintes:

Empréstimos Obtidos

Empresas	Saldo final
Atlantic Ferries, SA	7.195.000
SonaeCom, SGPS, SA	172.473.000
Modelo, SGPS, SA	13.861.000
Sonae Sierra, SGPS, SA	23.067.600
Sonae Capital, SGPS, SA	<u>81.776.150</u>
	298.372.750



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

31 DEZEMBRO 2005

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da
Sonae, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais da Sonae, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa e suas principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e ainda dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos os Balanços consolidados e individuais em 31 de Dezembro de 2005, as Demonstrações consolidadas e individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos. Adicionalmente procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2005 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, a qual contém nos seus parágrafos 6 e 7 duas ênfases.

Face ao exposto, somos da opinião que, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais supra referidas e o Relatório de Gestão bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Empresa e ainda aos órgãos sociais e serviços das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 9 de Março de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da Sonae, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem os Balanços Consolidado e Individual em 31 de Dezembro de 2005 (que evidenciam um total de 6.306.688.928 Euros e 3.947.044.709 Euros, respectivamente, e capitais próprios consolidados e individuais de 1.535.430.786 Euros e 2.940.376.944 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 512.803.285 Euros e um resultado líquido individual de 98.055.074 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. Conforme divulgado na Nota 2.1 dos Anexos consolidado e individual, a Empresa adoptou, pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) para as IFRS tal como adoptadas na União Europeia, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IFRS tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de comparabilidade. Nas Notas 50 e 38 dos Anexos consolidado e individual, respectivamente, encontram-se divulgadas as informações exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.
7. O nosso Relatório de Auditoria datado de 8 de Março de 2005 sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004 preparadas de acordo com as normas contabilísticas anteriormente adoptadas (POC), incluía uma reserva por desacordo quanto ao efeito da política contabilística adoptada para registar as diferenças de consolidação. No processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, referido no parágrafo anterior, a Empresa alterou aquela política tendo os efeitos dessa alteração sido incluídos nos ajustamentos de transição descritos na Nota 50 do anexo consolidado, pelo que aquela reserva deixa de ser aplicável relativamente àquelas demonstrações financeiras reexpressas. Adicionalmente, aquele relatório incluía uma ênfase sobre as incertezas relativas à realização de activos por impostos diferidos registados relativamente a algumas subsidiárias estrangeiras da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., a qual, deixou de ser aplicável em virtude da cisão desta participação ocorrida durante o exercício de 2005.

Porto, 9 de Março de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves



**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA
GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS**

SONAE - SGPS, S.A.

Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Capital social: 2.000.000.000,00 EURO

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o nº 14.168

Pessoa Colectiva nº 500273170

Sociedade Aberta

Certifico que, nos termos da acta número noventa e seis, de 6 de Abril de 2006, tomada no livro de actas da Assembleia Geral de accionistas da sociedade supra referida, se mostra que foram aprovadas as seguintes propostas:

- a) "Propõe-se que o Relatório de Gestão, Contas individuais e consolidadas e respectivos anexos relativos ao exercício de dois mil e cinco, sejam aprovados tal como apresentados."
- b) " Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados do exercício, no montante de 98.055.074,47 euros sejam aplicados da seguinte forma:

Reserva legal	4.902.753,72
Reservas Livres	46.501.724,40
Dividendos	46.650.596,35

O Conselho de Administração propõe ainda que o dividendo líquido a distribuir seja de 0,025 euros por acção, tendo em consideração que se propõe manter o número de acções próprias em carteira até à distribuição do dividendo."

Maia, 6 de Abril de 2006

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. Carlos Osório de Castro)